

MARIA NELE DOS SANTOS

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no
século XIX (1850 - 1888)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas

*Este exemplar corresponde à redação final
da tese depositada por Maria Nele dos
Santos e aprovada pela Comissão julgadora
30/11/84*

Peter Eisenberg

Campinas

1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

À memória de minha mãe Maria de Lourdes Santos

Para

Ana Clélia Thielen

Maria Augusta Lobão Moreira

Maria Thétis Nunes

S U M Á R I O

	PÁG:
INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VILA DE ITABAIANA.	
1 - Conquista e ocupação de Sergipe.....	09
a - O gado para a Bahia.....	09
b - O açúcar em Sergipe.....	16
c - Colonização e Fundação da Vila de Itabaiana....	20
CAPÍTULO II - DISTRIBUIÇÃO E FORMAS DE PROPRIEDADE DA TERRA.	
A - A Lei de Terras de 1850 (características gerais).	37
B - Os registros de Terras.....	37
b.1 - Distribuição dos registros.....	39
b.2 - Significado dos vocábulos descritivos.....	50
b.2.1 - "Posse".....	51
b.2.2 - "Fazendas" e "Engenhos".....	54
b.2.3 - Outras designações.....	58
C - Situação Jurídica.....	63
CAPÍTULO III - VIDA ECONÔMICA.	
1 - A lavoura do algodão em Sergipe (esboço).....	71
2 - O algodão na vila de Itabaiana.....	82
a - Francisco Borsone e a introdução do descaroga- dor à vapor.....	87
b - Transporte e comercialização.....	91
CAPÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO SOCIAL.	
1 - Os censos eleitorais.....	105
a - O quadro sócio-profissional.....	106
b - As classes de rendas.....	110
2 - Os lavradores.....	116
a - Fazendeiros.....	121
b - Sitiantes.....	122
b.1 - Do que viviam.....	123
b.2 - Como viviam.....	127
3 - A década de oitenta na vila de Itabaiana.....	130
CONCLUSÃO.....	142
BIBLIOGRAFIA.....	145
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

Fundamentalmente este trabalho é uma dissertação sobre a Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana situada na região do Agreste, e hoje um dos mais importantes municípios do estado de Sergipe.

A análise se insere entre a extinção do tráfico negreiro (1850) e a abolição da escravatura (1888). As balizas justificam por si só o período histórico demarcado. Lembro, porém, que o declínio da escravidão não é o enfoque central.

Presumindo abrir espaços, no estudo de outras áreas do território sergipano fora da região da mata, optei por uma região de transição entre esta e o sertão: o agreste. A área escolhida: o município de Itabaiana. Seu setor de produção variado foi o motivo principal. Passou sucessivamente da pecuária (séculos XVII e XVIII) para a agricultura (século XIX). Neste, as lavouras de cana e de algodão de um lado, e as lavouras de subsistência do outro retiraram a primazia das atividades criatórias, marcando acentuadamente a estrutura econômica. Entretanto, foram as lavouras de subsistência cultivadas principalmente em sítios, que caracterizaram a qualidade de vida do povo itabaianense.

Partindo deste contexto procurei apreender o sitiante dentro da estrutura sócio-econômica de Itabaiana através de dois aspectos: a) A posição ocupada na organização social; b) O modus-vivendi.

O trabalho se distribui em quatro capítulos.

No primeiro, realizo uma síntese do processo de ocupação do território, destacando a subordinação de Sergipe como fornecedor de gado para a Bahia. Paralelamente, registro as sesmarias, o surgimento dos primeiros engenhos e o desenvolvimento destes no século XVIII. Estes aspectos serviram para introduzir e compreender a evolução histórica do município de Itabaiana.

No segundo capítulo, examino a estrutura agrária, na medida que a documentação me permitiu. Usando, basicamente, os Livros de Registros de Terras também chamados "Registros Paroquiais" extraí os dados brutos. Manipulei-os estatisticamente, obtendo alguns resultados que foram analisados, avaliados e interpretados

tanto quanto possível.

No terceiro, trato do uso da terra. Estruturalmente'' havia dois setores agrícolas: um produtor de mercadorias destinadas aos mercados europeus; o outro produtor de alimentos dirigidos ao mercado local. O açúcar não foi o produto de destaque da Vila de Itabaiana. Por esse motivo concentrei atenções exclusivas para o algodão. Quanto às lavouras de subsistência são analisadas com os sítiantes.

Por fim, o quarto capítulo onde examino a estrutura social, enfocando principalmente o sítiante. Inexistindo censos estatísticos sobre a população e ocupações para Itabaiana de 1872, usei os censos eleitorais. Apesar das restrições impostas pelo sistema eleitoral vigente no Império reconstituí boa parte das categorias profissionais e as classes de rendas. A partir destas, aquilatee a posição sócio-econômica do sítiante. Para avaliar a qualidade de vida, servi-me dos inventários. Para uma visão mais geral sobre o desenvolvimento do município na década de oitenta, exatamente até o limite deste trabalho (1888) utilizei Resoluções e Posturas aprovadas pela Assembléia Legislativa Provincial.

Em seguida, as conclusões onde relaciono os principais resultados obtidos nos capítulos descritos.

Reconheço que os resultados alcançados poderiam ter sido amplos e essencialmente fecundos se as fontes primárias fossem enriquecidas de outras, especialmente as cartorárias. Em que pesem minha insistência direta e pedidos de terceiros junto aos titulares dos cartórios da cidade de Itabaiana, meu acesso à pesquisa foi vetado.

Incentivo, apoio, solidariedade, compreensão, sugestões e críticas construtivas recebi de inúmeras pessoas quando da realização deste trabalho. A todas, indistintamente, meu reconhecimento.

Registro, aqui, agradecimentos aos colegas e professores do Departamento de História da UFS, em especial Maria Andrade Gonçalves e Diana Maria Leal do Faro Diniz.

Aos professores Emanuel Franco e José Augusto Andrade,¹ pela elaboração do material cartográfico e à aluna Juliana Bonfim Simões, pela execução.

Agradecimentos sinceros ao aluno estagiário do curso de História, Antonio Nunes Filho, pelo levantamento de documentos no Arquivo Público, aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Sergipe, da Biblioteca Pública do Estado, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Biblioteca do Campus Universitário e de modo especial o pessoal Administrativo do Departamento de História da UFS pelo atendimento as minhas solicitações.

Finalmente, destaco o professor Peter Louis Eisenberg,¹ que pacientemente orientou e acompanhou cada passo dessa minha dissertação e a quem expresseo meu apreço.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VILA DE ITABAIANA

1- CONQUISTA E OCUPAÇÃO DE SERGIPE

(a) O Gado para a Bahia

Dos 750.000 Km² de área caracterizada como Nordeste do Brasil, 21.994 Km² são ocupados pelo estado de Sergipe, estendendo-se no litoral desde a foz do Rio Real até o Rio São Francisco.

A história da conquista das áreas litorâneas setentrionais no século XVI é a da continuação das lutas que levaram à conquista de Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ora, a terra livre numa e noutras regiões pelo insucesso de algumas capitâneas hereditárias era um convite para os estrangeiros que, insistindo em sustentar suas bases, instigavam os índios contra os portugueses.

O desenvolvimento da Bahia e de Pernambuco impingia os caminhos por terra, entre os dois centros irradiadores de povoamento. A conquista de Sergipe era uma exigência, em outras palavras, um imperativo. Assim sendo, por ordem do Governo Metropolitano, na época da União Ibérica, dar-se-á a ocupação definitiva de Sergipe sob a forma de empresa militar.

Por conseguinte, a guerra ao índio levada ao extremo de ser tornada justa pelas disposições governamentais, a eliminação do concurso dos franceses com os naturais do Rio Real ameaçando a segurança do governo baiano, a necessidade de uma comunicação terrestre entre Bahia e Pernambuco e sobretudo a expansão do gado, apoio vital às atividades açucareiras das mesmas capitâneas, figuram como as razões determinantes da conquista do território sergipano.

Após sucessivas e fracassadas tentativas entre as quais a dos jesuítas e a de Luiz de Brito, a conquista se consolidou com Cristóvão de Barros, um dos membros interinos da Junta Governativa Baiana àquela época, com vitórias decisivas sobre os índios em 1º de janeiro de 1590.¹

Tanto quanto se verificou noutras áreas do Brasil Colônia, entre elas o Nordeste, "A posse e a propriedade da terra resultaram da simples doação, na forma de sesmarias, sem restrições de maior importância que não fossem a obrigatoriedade de ocupá-la."²

A capitania de Sergipe não foi exceção à regra. Convenido da positividade da sua conquista, Cristovão de Barros, antes de retornar para Salvador, tomou algumas iniciativas: distribuiu sesmarias entre alguns participantes da expedição, estabeleceu as bases da organização da capitania, e deixou Tomé da Rocha Malheiros como governante.

O ato de conceder extensões de terra não deve ser interpretado apenas como recompensa, mas acima de tudo como um cumprimento às diretrizes da política portuguesa de colonização. As sesmarias foram sendo distribuídas nos vales dos rios Real, Piauí, Vaza-Barris e Cotinguiba. Seguindo a marcha da conquista, a colonização começou pelo Sul, acompanhando todo o litoral, tendo posteriormente, entre 1600 e 1602, se inserido pelo Norte e Centro.

A colonização do Nordeste, no século XVI, surgiu fundamentalmente vinculada à agricultura da cana-de-açúcar com a finalidade de abastecer o comércio europeu. Na capitania de Sergipe d'El Rey a tendência foi, "não outra", mas uma subordinação aos interesses das áreas açucareiras, no sentido de produzir alimentos, meios de transporte e energia animal.

Testemunhando essa explicação tradicional, citamos como exemplo o "Livro que dá Razão o Estado do Brasil", de publicação original em 1612:

"Esta capitania (Sergipe) é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para os quais todos os anos vai muito gado, tanto para comer como para o serviço. Criam-se nestes pastos (...) boas éguas e bons cavalos que, dos do Brasil, são os melhores".³

Entre os estudos recentes sobre Sergipe temos "As Sesmarias de Sergipe d'El Rey", onde a professora Lillian Salomão escreveu:

"(...) A colonização de Sergipe foi condicionada pelos problemas que afligiam Pernambuco e Bahia. Uma vez que esta foi realizada pelos baianos, preocupados em expandir a criação de gado, que seria fornecido às du

as capitâneas vizinhas, sua economia, originariamente, estava voltada para o atendimento das necessidades da agro-indústria canavieira. Conseqüentemente, seria área de apoio, eminentemente secundária, apesar da grande importância para a sustentação da atividade principal da colônia.⁴

Estas citações evidenciam os objetivos da colonização e reforçam a situação estratégica e a função econômica da Capitania Sergipana.

Independendo desses registros e de outras informações, sobretudo de cronistas, as próprias sesmarias, em grande número, reconhecem as atividades econômicas dos primeiros séculos da Capitania. Neelas são usadas habitualmente, as expressões: "gado ou gados", "criações", "criações miúdas", "criações diversas", "lavar e criar suas criações", "fazer roças e criações", "lavoura ou lavouras", "roças e mantimentos".

Entre 1594 e 1609, período da ocupação, a maioria das sesmarias concedidas foram de tamanho pequeno, com as "medidas em braças", e de "meia légua" alcançando um percentual de 4% no mesmo período entre 1596 e 1606, as de uma légua chegaram ao percentual de 13%. Portanto, totalizando 54% quanto ao seu aproveitamento, são na sua quase totalidade, as habituais "criações e roças".

QUADRO I

Dimensões das Semarias da Capitania de Sergipe

DIMENSÕES	%
Sem medidas declaradas	3,4
Medidas em braças	23,0
Meia légua	18,0
1 Légua	13,0
1,5 Léguas	2,0
2 Léguas	9,2
3 Léguas	25,0
4 Léguas	6,4
5 Léguas	0,8
6 Léguas	0,5
8 Léguas	0,5
10 Léguas	0,3
12 Léguas	0,8
30 Léguas	0,3

Fonte: SALOMÃO, Lillian da Fonseca - As Sesmarias de Sergipe d'El-Rey
op. cit p.55

Apesar de os pedidos de instalações de engenhos não terem sido tão frequentes, tudo nos faz crer que as dimensões não direcionaram as formas de utilização. Só a partir do final do século XVII, surgiram as ordens régias restringindo-as. A criação, especialmente a de gado, foi praticada num regime extensivo e até certo ponto itinerante. A propósito Celso Furtado tem este parecer:

"O regime de águas e distâncias dos mercados exigiam 'periódicos deslocamentos da população animal, sendo 'insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente".

As dimensões iniciais das semarias não obstaram a criação e expansão do gado, justamente pelo nomadismo da pecuária.

No século XVI inexistiam engenhos em Sergipe. Durante a maior parte do século XVII, poucos engenhos apareceram. Antes de 1602 não são mencionados nas cartas de sesmarias. Em 15 de junho de 1602, o desembargador Baltazar Ferraz, residente na Bahia, dizia possuir "(...) na Capitania de Sergipe fazenda de criações de gado vagun e cavallar' e outras criações". Em face disto solicita lhe sejam dadas em sesmarias duas léguas de terra,

"(...) medidas pelo dito Rio Sergipe hua legoa da outra banda ficando em meio a dita ribeira para nela fazer ' engenho ou engenhos de açucar que nella não há⁶."

Seguindo o exemplo do desembargador, outros pedidos de terras para montar emgenhos aconteceram, conforme apresentamos no quadro abaixo:

QUADRO 2

Sesmarias concedidas para instalação de engenhos.

Dia/Mês/Ano	Sesmeiros	Dimensoes Concedidas	Local
15.06.1602	Baltazar Ferraz	2 Léguas	Cotinguiba
06.07.1602	Antonio Vaz	1 Léguas	Vaza-Barris
02.08.1602	Antonio Guedes	Meia Léguas	Cotinguiba
02.08.1602	Gaspar, Amorim e Manoel Tomé	1 Léguas	"
02.08.1602	Gonçalo Álvares	1 Léguas	"
17.06.1602	Francisco de Barros e Sebastião de Brito Correia	Mil Braças	Rio Sergipe
09.09.1602	Bastião Álvares	1 Léguas	Rio Real
24.12.1602	Antonio Guedes	1 Léguas	Cotinguiba
05.08.1603	Os padres de São Bento	1 Léguas	"
-	-	-	-

Fonte: FREIRE, (Felisbelo) - História de Sergipe, Petrópolis, Ed. vozes, 1977. Apêndice - Sesmarias de Sergipe.

Lamentavelmente, não dispomos de qualquer documentação que confirme se os referidos concessionários puseram em prática seus objetivos. Supomos que não, porque de acordo com o "Livro que dá razão do Estado do Brasil", o mais antigo engenho sergipano data de 1612; em 1637 havia apenas oito engenhos.

A que razões devemos atribuir o retardamento da lavoura canavieira em Sergipe?

Durante um século e meio aproximadamente, o nordeste foi o pólo dinâmico das atividades econômicas do Brasil Colônia. Seu litoral foi, por excelência, o domínio da grande lavoura. Entre os fatores tão conhecidos destacam-se: a proximidade com o continente europeu e as condições geofísicas bastante favoráveis ao plantio da cana, que contava com a abundância de rios, relevo relativamente plano, matas extensas e terras férteis.

Apesar de o litoral ser dotado de um espaço territorial imenso, o mesmo não pode ser dito com relação às suas áreas cultiváveis, em consequência, a área de expansão da grande lavoura limitou-se a uma zona de 30 a 60 Km de largura que acompanha a costa. Ao sul de Pernambuco esta faixa se restringe. No Recôncavo Baiano "... os bons solos para a lavoura existiam apenas em "cantões", nas planícies e nas colinas onduladas, as quais se intercalavam em meio a terras de qualidade inferior"⁸

Mesmo considerando os incentivos concedidos pelo governo português, entre eles a isenção de impostos por dez anos para os engenhos construídos, grandes eram os riscos tendo em vista o nível de capitalização requerido. Conseqüentemente para a reposição dos investimentos era necessária uma produção que atingisse bons rendimentos. Logo, os esforços dispendidos pelos colonizadores não eram de pouca monta, sabendo-se d'antemão das limitações técnicas e dos processos empíricos de fabricação do açúcar.

Segundo autores entre eles, Roberto Simonsen, "nos primeiros tempos, os engenhos seriam todos de mais de 3.000 arrobas por ano; só bem mais tarde aparecerem as engenhocas, quando assim o permitiram a disseminação da população e outras condições" noutras palavras os engenhos pequenos, tais como Sergipe podiam ter sustentados, sendo inviáveis economicamente, são preteridos pelos médios e grandes

por falta de mercado interno.

O senhor de engenho precisava de terras muito férteis para cana. Quando a produtividade de sua terra caía atingindo um estágio não compensador, ele preferia derrubar novas matas, investindo seu capital em novas terras. Necessitava de terras para pastagens, porque a lavoura de cana também foi consumidora de gado. "Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores.¹⁰ Pari passu o aumento dos rebanhos ia demonstrando a impraticabilidade de uma convivência entre cana e gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar.¹¹

Com essas considerações objetivamos demonstrar o seguinte: Diante da limitação de áreas cultiváveis, os colonizadores do recôncavo baiano procuraram utilizá-las e aproveitá-las ao máximo na grande lavoura de cana, porque contavam com as terras sergipanas, para a criação do gado, retaguarda das suas atividades econômicas.

Observando-se a marcha da colonização sergipana nos séculos XVI e XVII, vemo-la começando pelo sul, acompanhando todo o litoral e depois se inserindo pelo norte e centro. Ao realizar este roteiro, a criação de gado estava inclusive ocupando áreas propícias ao plantio da cana de açúcar.

(b) O Açúcar em Sergipe

Desde os meados do século XVII, mais exatamente após a restauração portuguesa e a expulsão dos holandeses, a colonização sergipana foi acelerada. A Capitania de Sergipe, no séc. XVIII, viveu um clima de reorganização e de luta para superar toda sorte de dificuldades. Nele já se percebem os primeiros sinais de um sentimento de autonomia através do comportamento político das câmaras municipais. Em 1727, são em número de seis: a de S. Cristóvão, Santa Luzia, Lagarto, Itabaiana, Vila Nova e Santo Amaro. "Lutam pela integridade territorial, protestam contra os excessos do ouvidor e o arbítrio dos capitães-mores, ou chamam a si o lançamento de novos impostos."¹²

Este clima de reorganização política e econômica coincide com a retomada dos pedidos e concessões de sesmarias ocorridos por todo o século XVIII. Neste, as de três léguas por uma légua dominaram alcançando o maior percentual, ou seja, 25% (vide quadro 1, p. 4). De acordo com a ordem real de 9 de janeiro de 1697, as extensões das datas não poderiam ultrapassar aqueles limites. Face à proibição, os peticionários naturalmente solicitavam o máximo estipulado.

Essas sesmarias localizavam-se em áreas hoje correspondentes a Lagarto, Itabaiana, Rio Salgado, Serras Negras e Serra do Capitão. As áreas localizadas no interior não permitiam produções mais importantes do que a pecuária. Excetuando-se duas concedidas ao mesmo peticionário e destinadas a um engenho, as demais seriam utilizadas para a criação de gado.

Tomando em particular a área de Itabaiana, centro do nosso estudo, todos os pedidos indicaram dimensões de "uma légua de largo e três de comprido". Os alvarás expedidos entre 1726 e 1800 beneficiaram os seguintes sesmeiros:

QUADRO 3

Sesmarias de Itabaiana no século XVIII

Dia/Mês/Ano	Sesmeiros	Dimensões Concedidas	Local
18.10.1726	Cap. Francisco de Alm. Cabral	3 Léguas	Rio Jacarecica
10.04.1731	Cel. Manuel Nunes Coelho	"	Rio Vaza-Barris
29.01.1732	Cap. Antonio Martins Fontes	"	"
16.02.1735	Antonio Tavares de Menezes	"	Rio Campanha
07.12.1748	Sg.-mor José Correia de Araújo	"	Entre Itabaiana, Geremoabo e R.S. Franc.
06.02.1765	Ten. João Paes de Azevedo	"	Rio Vaza-Barris
01.02.1778	Antonio José da Costa	"	Lagos e Mandicoba
29.01.1789	Francisco Curvelo de Barros	"	Rio Vaza-Barris
21.02.1793	Francisco Pereira de Jesus e José Mário da Silva	"	Rio Jacoca
15.05.1800	Cap. João Barbosa Madureira	"	Rio Salgado

Fontes: FREIRE, Felisbello - História Territorial do Brasil, vol. I

É oportuno questionar: será que a predominância de sesmarias de três léguas pode ser explicada apenas pelas limitações das ordens régias? De certo modo não deixam de influenciar, entretanto, a creditamos poder percebê-la sob outra ótica.

Nos fins do século XVIII, uma alta nos preços do açúcar não só favoreceu a recuperação parcial da cultura canavieira em áreas tradicionais, como também promoveu o desenvolvimento noutras regiões' do país. Manuel Correia de Andrade argumenta que:

"(...) As guerras travadas na Europa na segunda metade' do século XVIII, em que se envolveram as principais po' tências colonizadoras e as revoluções surgidas no fim' daquele século nas Antilhas-Haiti, sobretudo - favore- ceram muito a nossa industria açucareira (...). Isto ' porque, ficando Portugal à margem daqueles conflitos,' colocava facilmente a produção brasileira do açúcar no mercado europeu".¹³

A Capitania de Sergipe, em 1756, contava com 46 engenhos, tendo este número triplicado para 146, em 1798.¹⁴ Neste mesmo século, as atividades criatórias avançavam através do agreste e do sertão. Assim sendo, a função de apoio exercida antes para as áreas externas da Bahia e Pernambuco, passava a ser requerida internamente.

Os fatores mencionados contribuíram de forma decisiva, para o desenvolvimento da cultura canavieira em Sergipe. Entretanto, outro aspecto importante deve ser considerado. A produção do açúcar exige um investimento inicial de grande monta aplicado, principalmente na compra de equipamentos, construção de prédios e na compra de escravos. Diante desse quadro uma pergunta se impõe: qual a origem do capital empregado na instalação dos engenhos sergipanos? Concordamos plenamente com o ponto de vista de Josué Modesto ao afirmar:

"É pouco provável que os criadores e lavradores sergipanos do século XVIII dispusessem de tal volume de recursos monetários. Entretanto, a proximidade de um importante centro comercial - a praça de Salvador - com suas inúmeras casas comerciais e a íntima vinculação econômica dos senhores de engenhos sergipanos com o comércio baiano nos levam a concluir que (...) foi possível, graças aos financiamentos concedidos (...) pelas referidas casas aos proprietários sergipanos."¹⁵

Uma das peculiaridades da cultura canavieira no nordeste foi o seu desenvolvimento ligado à faixa litorânea. Não fomos exceção. Dela foi "a chamada região da Cotinguiba o maior depósito açucareiro da capitania."¹⁶ Nos primeiros anos do século XIX, Santo Amaro das Brotas distinguiu-se como sua zona produtora até perder a preeminência para a povoação de Larangeiras, em 1823. Neste ano, dos 347 engenhos existentes na província, Larangeiras liderava com 144. Além de ser participante da região da Cotinguiba, privilegiava-a uma posição geográfica favorável à navegação fluvial, fato que a transformou no centro principal do comércio importador e exportador.

Desde o período colonial, o comércio sergipano esteve, dependente da Bahia, mesmo quando Sergipe já possuía centenas de engenhos. O comércio internacional se fazia, exclusivamente, através do porto de Salvador. A partir de 1839 casas exportadoras foram se instalando na província. Dentre elas, a mais importante foi a

Scharamm e Cia., localizada na cidade de Maroim. Este evento não modificou a situação de subordinação em relação a Salvador, pois a maior parte das importações e exportações sergipanas continuava a sair e entrar através da Bahia.

De qualquer modo, independente dessa ou daquela circunstância, o comércio era executado através das barras dos rios Real, Vaza-Barris, Piauí e Cotinguiba. Destas, a da Cotinguiba e Vaza-Barris eram das melhores e mais importantes. Exportavam-se açúcar, algodão, fumo, gado vacum-cavalar, porcos, sola branca, couros e cereais, .. principalmente a farinha. Em contrapartida, importavam-se exclusivamente da Bahia: escravos, fazendas de algodão, linho, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora.¹⁷

A cultura canavieira prosseguiu em ritmo avançado com os engenhos, ganhando e ocupando os espaços da faixa litorânea banhada pelos rios Piauí, Vaza-Barris, Cotinguiba, Sergipe, Siriri e o Japarutuba.

Paralelamente a criação de gado vai se interiorizando ao tempo em que restringe seu caráter itinerante. A pecuária perde este aspecto porque:

- 1º - As áreas do agreste e do sertão já vinham sendo demarcadas, limitando o acesso livre a estas áreas.
- 2º - À medida que as terras se distanciam do litoral aumenta a aridez, exigindo renovação e aumento dos pastos.
- 3º - A criação de gado não poderá atingir grandes distâncias em virtude das funções que lhes passaram a ser requeridas internamente, pelos engenhos de açúcar. Estas funções eram: produzir alimento, meios de transportes e energia animal.

Por esses motivos, mesmo que a população animal das fazendas de gado não fosse em grande número, os pedidos de três léguas seriam plenamente justificáveis.

(c) Colonização e Fundação da Vila de Itabaiana.

O objetivo primordial desta pesquisa, é entender como evoluiu uma área de Sergipe, no século XIX, enfocando os aspectos econômico e social. A área escolhida é o agreste, e o município é Itabaiana. O estudo se insere num contexto que abrange desde a extinção do tráfico (1850) até a abolição da escravatura (1888).

Justificamos os cortes propostos com os seguintes argumentos: em primeiro lugar, 1850 é o ano da abolição em definitivo do tráfico internacional de escravos, ponto de partida da crise de mão-de-obra na economia brasileira, cujos efeitos foram sentidos muito de perto pelas províncias nordestinas entre elas a de Sergipe. Quanto à 1888, traduz o que sobejamente já conhecemos: A extinção total da escravatura.

Dentro dos limites destas balizas procuraremos configurar a economia e a sociedade itabaianense, principalmente nesta fase da crise da mão-de-obra, lembrando porém que não faremos do declínio da escravidão o cerne da análise. Economicamente destacaremos o algodão e a lavoura de subsistência. Socialmente daremos aos sitiante o enfoque maior.

Escolhemos a antiga Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana porque, observando-se as áreas e as atividades econômicas ao longo da História de Sergipe verificamos:

- 1º) que a Vila de Itabaiana situada na área do agreste apresentou um variado setor de produção:
- 2º) que os setores agrícolas se impuseram ao da pecuária a partir do século XIX.
- 3º) que basicamente o tipo de produção dos setores agrícolas teve nas lavouras de subsistência, cultivadas em sítios, o fator dominante, produzindo um excedente de alimentos para mercados locais. Ao lado delas figuraram as lavouras de cana e de algodão.

Partindo dessas considerações qual teria sido o processo de formação e evolução históricas da referida vila?

Figurando como distrito-sede dos povoados Bom Jardim , Capunga, Mangabeira, Cajaíba, Serra do Machado, Sobrado, Terra Dura, Zanguê, Candeias e Gandu, abrange, hoje, uma área de 364 Km².₁₈ Localiza-se no agreste central sergipano, sendo banhado pelas bacias do Rio Sergipe, através do seu afluente Jacarecica e do Vaza-Barris, por intermédio dos rios das Pedras e Jacoca. Considerando, no Estado de Sergipe, um dos primeiros colocados na produção agrícola, tem como municípios limítrofes: Ribeirópolis ao norte, Itaporanga d'Ajuda ao Sul, Malhador ao leste, Frei Paulo e Campo do Brito ao oeste. (vide mapa nº 01 à seguir).

Mas na época colonial, Itabaiana incluía uma extensão enorme de terra, calculada em 1757 em cerca de 200 léguas quadradas, ou seja, 8.000 Km². Explica-se a redução no tamanho de Itabaiana, através dos séculos XIX e XX, como resultado do desmembramento de novas unidades político-administrativas e pela complementação de outras que se foram desmembrando dos municípios vizinhos, num total de dez: Campo do Brito, Frei Paulo, Macambira, Ribeirópolis, Pinhão, Pedra Mole, Moita Bonita, S.Domingos, partes de Malhador e Areia Branca.

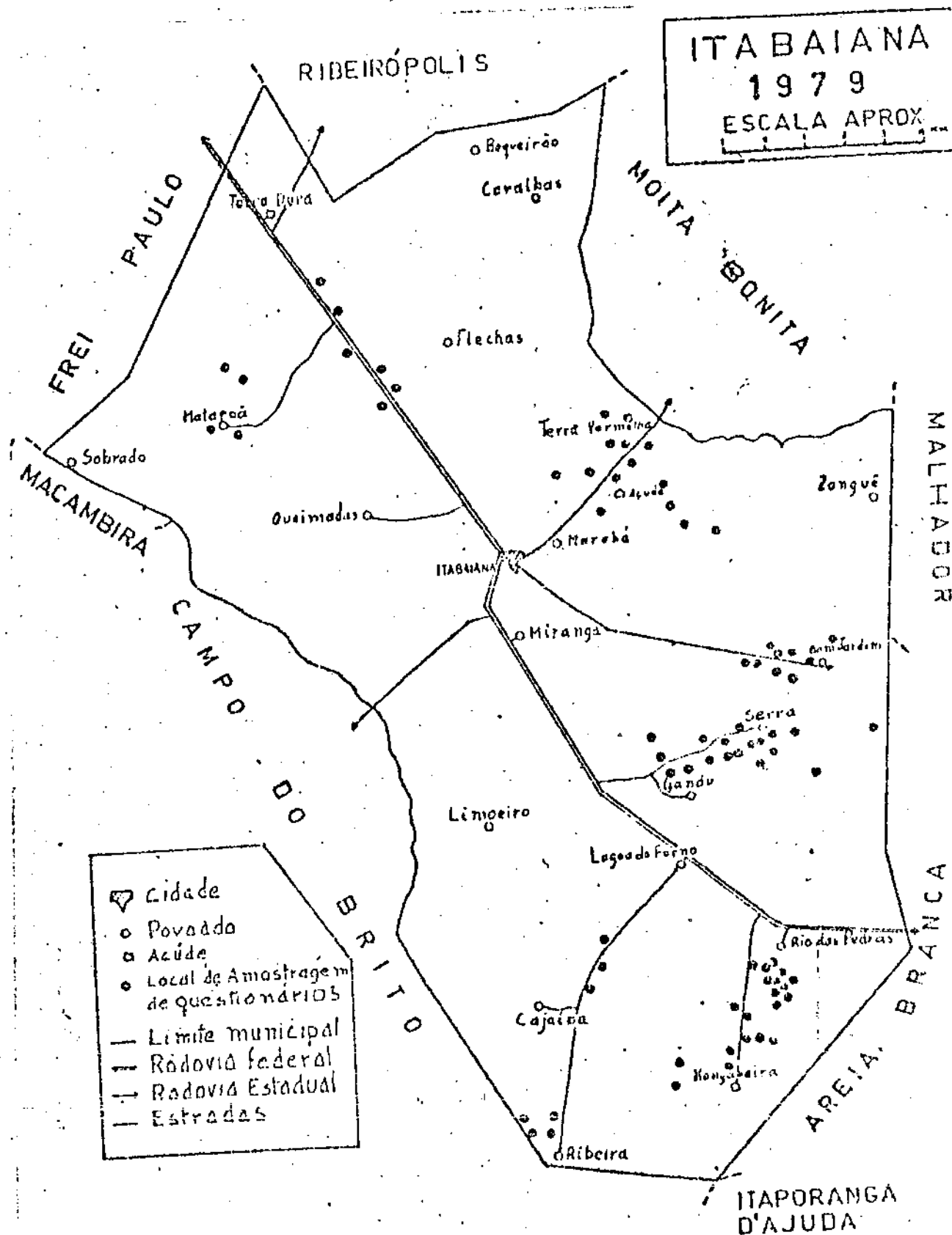
Dessa relação, Pedra Mole, Pinhão e S.Domingos, não se fazem representar no mapa indicado, por dois motivos:

- 1º) Nosso alvo principal foi destacar os municípios limítrofes;
- 2º) Procuramos configurar a área espacial de Itabaiana destacando especialmente seus povoados, fato que não seria possível se utilizássemos um mapa geral do Estado de Sergipe.

A forma de ocupação da sua área territorial foi uma decorrência do processo geral da distribuição de sesmarias dentro da Capitania. Na administração de Diogo Quadros entre 1594 até 1600, a distribuição de sesmarias foi constante e permanente. Ao todo realizaram-se sessenta e uma doações. Não obstante, foi na administração de Manuel Miranda Barbosa entre 1600 e 1602 que a colonização se encaminhou para o norte e para o centro. E é justamente nessa administração que quase oito léguas foram dadas em Itabaiana.

MAPA Nº 01

Organização Espacial de Itabaiana.



Fonte: SANTOS, Aldeci Figueiredo et alii - O processo de minifundização do município de Itabaiana, Cadernos Sergipanos de Geografia nº 06, 1979.

A primeira sesmaria em Itabaiana parece ter sido a seguinte:

"Saiban, etc. diz Manoel da Fonseca Mor nesta capitania que ele en companhia de Cristovam de Barros veo ajudar a tomar esta tera e capitania pouvar a sua custa des então até agora sempre residio nela com sua pessoa e família ajudando a pouvar a todas entradas he geras que en tempo dos outros capitais, overão em serviso de S.M. e nã ten teras en que lavrar suas rosas he suas criasois pede en nome de S.M. hua dada de tera que foi dada hu Simão Fernandes Gaguo por o capitão Tome da Rocha que foi desta capitania por quãto a nã veo pouvar dentro no tempo que lhe dá o drº e ordenasan e nã cõprimento dos preções que mandou deitar na prasa da cidade de Salvador o Snr. Governador Gerall nã cumprio nem nuca tomou posse e esta por devolluta a quall tera he de mill brasas para ao llongo do rio Cajaíba e são tres mill brasas para o certão e porque ele dito ten filhas para casar pẽ de mais outra tanta que serão duas mill brasas ao llongo do rio da Cahiba he as tres para o certão corendo as duas pelo rio asima caminho da banda de noroeste as tres para o certão para a banda de sudoeste as qual tera esta amtre ho rio de Cahahiba e Potihipeba por o caminho que ía para a aldea de taperagua e pede asin como o dito Tome da Rocha a tinha dado a Simão Fernandez diretamente pelo rio asima resallvando pontas he enseadas no salgados cõ tanto que tudo fique cõ todas as madeiras que nelas ouver sendo causo que seja dada cora avante crm dou ao sopricante en nome de S.M. as mill brasas de tera e as tres mill para o certão que foram dadas a Sirmão Fizr. Sergipe a sinquo de março de 1600. Diogo Quadors." 21

Nesta sesmaria ficam destacados os seguintes pontos:

- 1º) Manoel da Fonseca foi um dos colaboradores de Cris-tóvão de Barros não aquinhoado com extensões de terra;
- 2º) Tomé da Rocha Malheiros, capitão-mor entre 1591 a 1594 ou 1596, havia passado carta de sesmaria a Simão Fernandes que não veio tomar posse. O fato de não ter vindo não anula a evidência de que antes de 1600 a área onde se situaria a vila de Itabaiana, já era palco de demarcações;

3º) Residia há algum tempo na Capitania, mas só reque
reu o privilégio de concessionário em 1600;

4º) Consequentemente, isto demonstra que ao final do sé-
culo XVI estavam lançadas, de maneira efetiva, as ba-
ses da colonização e do povoamento na futura vila de
Itabaiana;

5º) Por último, levando em consideração as afirmações
expressas pelo próprio peticionário, "a roça" e as
"criações" constituíram a pedra fundamental das ati
vidades econômicas de Itabaiana.

De 1600 até 1669 foi dado um total de quase 39 léguas
em sesmarias, em Itabaiana: (vide quadro nº 04 na próxima folha)

QUADRO 4

Sesmarias distribuídas na área de Itabaiana (1600-1669)

DIA/MÊS/ANO	SESMEIROS	DIMENSÕES CONCEDIDAS	LOCAL	INDICAÇÃO DO APROVEITAMENTO
05.03.1600	Manuel da Fonseca	Mil braças	Ao longo do rio Cajaíba	roças e criações
10.03.1601	P.º da Companhia de Jesus	Dois léguas	Junto à Serra da Cajaíba (vale do Vaza-Barris)	gado e outras criações
12.03.1601	Gaspar Fontes	Mil braças	Norte do rio Vaza-Barris	criações
09.04.1601	Francisco da Silveira	Meia légua	Vale do rio Vaza-Barris	gados e mantimentos
10.10.1601	João Guergo	"	Junto à Serra da Cajaíba próximo ao Vale do V.º-Barris	não cita
21.01.1602	Mancel Tome de Andrade Francisco Borges Gonçalo Francisco	Uma légua e meia	Ao ocidente da Serra de Itabaiana	gado e outras criações
19.04.1602	Pedro de Novais Sampaio	Meia légua	À leste da Serra de Itabaiana	"
"	Duarte Muniz Barreto	"	Nas cabeceiras das terras de Manoel Tome, etc.	gado
"	Jorge Barreto	"	Na testada de Duarte Muniz Barreto, da banda do sul.	"
05.10.1603	P.º Felipe da Costa e Melchior Velho	Uma légua	Junto à Serra de Itabaiana, perto das terras dos Padres da Companhia de Jesus	roças e criações
29.11.1669	Cristovao de Eurgos Pedro Garcia Pimentel Manuel da Costa Dessa Jerônimo da Costa Tiborda e Antonio Rodrigues	Trinta léguas	Entre os rios Vaza-Barris, Sergipe e Sao Francisco até a Serra Negra	gado

Fonte: FREIRE (Felisbello) - História de Sergipe op. cit.

A maioria não ultrapassou a extensão de meia légua sendo exceções a do P.^e Amaro Lopes, membro da Companhia de Jesus, com duas léguas e a de trinta léguas requerida por um grupo de cinco sesmeiros.

Apoiando-nos nas formas de utilização preconizadas pelas mercês de terras, deduzimos que as fazendas de gado e os sítios de lavoura definiram a maneira da ocupação do solo e a distribuição dos colonos ao longo do agreste sergipano.

De acordo com o P.^e Dr. João de Mattos Freire de Carvalho, autor de "Annapolis"²² em 1607 foi fundado o arraial de Santo Antonio. Da instalação do arraial à fundação da vila, na segunda metade do século XVII, a história política e administrativa de Itabaiana é totalmente desconhecida em virtude da inexistência das fontes. Salvo, os episódios relativos à exploração das supostas minas de ouro, prata e salitre por Belchior Dias Moreira e pelos batavos em 1641, e a passagem dos holandeses em Sergipe, disputando aos portugueses a posse dos gados, tudo o mais é silêncio histórico, até 1675.

A criação da freguesia ocorreu em 30 de outubro de 1675²³ depois da compra da terra pela Irmandade das Santas Almas para construir uma Matriz, embora existam divergências entre os historiadores quanto à data de fundação da primeira Igreja na área.

Quanto a instalação da vila de Itabaiana é uma decorrência da Portaria de D. João de Lancaster,²³ de 20 de outubro de 1687 encaminhada ao Dr. Diógo Pacheco de Carvalho, primeiro ouvidor de Sergipe. Onze anos após a Portaria ou seja 1698 nasceu a vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana. A elevação à categoria de vila não lhe era adscrita. Seriam as suas congêneres as freguesias de Lagarto e de Santa Luzia, que também foram elevadas à vila na mesma época.

No último quartel do século XVIII, Itabaiana ainda abrangia um vasto território mas em contraste tinha pouca população. Em 1782, havia apenas 5.344 habitantes distribuídos em 686 fogos, sendo 2.542 homens e 2.802 mulheres. Para Francisco da Silva Lobo, vigário entre 1745 e 1768 a escassez da população verificava-se em virtude de o lugar, "ser aridíssimo e tão falto de agoas porque seja digno de que S. Magestade seja servido de mandar prover de alguma cisterna ou aguada de pedra e cal para remédio dos parochos e dos poucos"

moradores." 25

A maioria da população itabaianense vivia, no século XVIII, espalhada pela zona rural entregue às fainas agrícolas e atividades criatórias, num habitat rural bastante disperso. Segundo a descrição do mesmo vigário, a vila de Itabaiana compreendia:

"Da parte do norte os lugares chamados Pinhão, Cuité, Salgado, Baatiquerí, Cayenda que distão da freguesia três, quatro, seis, sete e oito léguas; da parte do sul os lugares também povoados chamados Mocambo, Cajáiba, Garangão, Tapera do Távora que distão da Matriz quatro e cinco léguas. Da parte do nascente tem os lugares povoados chamados Igreja Velha que dista da matriz uma légua e o Rio Sergipe que também dista da matriz seis léguas e da parte do poente tem os lugares chamados Campo do Brito que dista da Matriz duas léguas e Vaza-Barris que dista cinco léguas." 26

O pauperismo e a escassez da população não eram uma peculiaridade da vila de Itabaiana. O Brasil dos séculos XVIII e XIX era pouco urbanizado. As vilas não eram dotadas de uma estrutura urbana definida. Funcionavam como um prolongamento dos setores rurais. A rotina e o marasmo do dia só eram sacudidos quando a população rural afluía à feira e à missa durante fins-de-semana, ou às festas, missões e Semana Santa ocorridas anualmente.

Em 1799, ainda é válida a constatação do vigário de Itabaiana. Antônio Pereira de Magalhães Passos, ouvidor da Comarca desde 1795, numa de suas correspondências oficiais enviadas a Sua Magestade, em 1799, presta-nos um significativo depoimento acerca da situação geral das vilas da Capitania, entre elas a de Itabaiana:

"As vilas eram (...) agregados de casas fechadas (...) estão despovoadas, solitárias" onde (...) "Alguns dos habitantes que vivem na povoação são pobres (...) que a maior parte dos habitantes (...) vivem nos seus engenhos e fazendas." 27

A informação do ouvidor revela-nos outros ângulos da vida da Capitania. Queixa-se do descaso dos juizes ordinários,

dos almotacés, das vereações, da acefalia em alguns cargos judiciários e administrativos, de falta de casas de prisão, pois as existentes não apresentavam as mínimas condições de segurança, sendo submetidas a constantes arrombamentos. Registra, outrossim, o desprezo dos mulatos, negros forros e alguns brancos pelo trabalho por considerarem somente tarefas para os cativos, razão que os levava a viver entre gues à vadiagem e à criminalidade.

Do ponto de vista do crescimento demográfico, Sergipe a brangia, em 1802, conforme nos informa Felisbello Freire, uma população de 55.600 habitantes: 13.217 brancos, 20.849 pardos, 1.641 índios e 19.893 pretos. Seis anos depois, ou seja, 1808, Dr. Marcos Antônio de Souza, na época vigário da freguesia do Pé do Banco (atual Siriri) notificava 72.236 pessoas. Estas distribuían-se pelas sete vilas existentes: Santa Luzia, Tomar (Geru), Santo Amaro, Vila Nova (Neópolis), Propriá, Lagarto e Itabaiana; pelas quatro povoações: Laranjeiras, Japarutuba, Pacatuba e São Pedro (Porta da Folha) e por uma cidade: a de São Cristóvão em torno da qual gravitava a vida político-administrativa da Capitania.

Em relação à estrutura fundiária da vila de Itabaiana, dois aspectos foram constatados. Primeiro, a distribuição de sesmarias entre 1726 a 1800 (vide pág.17) de três léguas de comprimento por uma de largura deixa claro que a colonização ainda estava em franco processo de expansão, inclusive evidenciando a existência de terras devolutas ou inexploradas. Conseqüentemente prenunciando a formação de mais latifúndios. Segundo, ao mesmo tempo, percebe-se a ocorrência de desmembramentos seja através dos atos de partilha por herança, ou de compra e venda.

Apresentamos no quadro 5, alguns inventários do século XVIII.

QUADRO 5

ARROLAMENTO DE ALGUNS INVENTÁRIOS DE ITABAIANA DO SÉCULO XVII

DATA	INVENTARIADO	INVENTARIANTE	BENS DE RAIZ	ESCRAVOS
1728	Duarte Muniz Barreto	Margarida da Conceição (esposa)	dois sítios	07 escravos
1731	Estevão Gomes	Gonçalo Gomes (filho)	um sítio	06 escravos
1742	Cap. Antonio de Almeida Maciel	Sula de Menezes (esposa)	dois sítios e duas fazendas	22 escravos
1757	Bernarda de Jesus Maria José	Antonio Dutra de Almeida (esposo)	engenho	25 escravos
1759	Ignácio da Costa Feyo	Joana Martins	sítio	05 escravos
1763	Clara Maria de Campos	-	"	03 escravos
1774	P. Domingos Salgado de Araújo	Sargento-mor Leandro José de Vasconcelos	"	-
1777	Sutéria de Vasconcelos	Vitor Manoel de Vasconcelos (pai)	"	04 escravos
1779	Manoel Pereira de Rezendes	Maria Josefa de Rezendes	"	05 escravos
1784	Gonçalo de Moura Rezende	Manoel Jose de Almeida	"	02 escravos
1793	Thomaz T. Rodrigues	Ana Josefa (esposa)	"	03 escravos

Fonte: APES - Acervo Sebrão Sobrinho - Caixas 32,33

Embora os engenhos e fazendas usassem plantéis de escravos muito maiores do que os dos sítios, estas propriedades não dispensavam trabalho forçado. Pressupondo-se que os sítios desenvolviam lavoura de subsistência utilizando basicamente força de trabalho familiar, esbarramos com um fato que deve ser levado em consideração, ou seja o uso de escravos até em lavouras de menor rentabilidade.

Apesar de nesta amostra os sítios predominarem, e entre os onze inventariados apenas um ser proprietário de Engenho, adquirido por intermédio de compra e avaliado em 600\$000, noutra documentação levantada para este período, detectamos quatro engenhos em Itabaiana: "Terra Cavada" de Gaspar Álvares e Domingos da Costa, "Taboa" do tenente João Paes de Azevedo, "Santa Rosa" do sargento-mor Albano da Prado Pimentel e "Engenho Velho" de Simão de Oliveira.³⁰

Finalmente, quais eram as atividades econômicas mais importantes em Itabaiana? Basicamente são as lavouras de subsistência voltadas para o cultivo de mandioca, feijão, milho e legumes, e a criação de gado, principalmente bovino, seguido do eqüino e do lanígero.

A primeira é predominante nos sítios. Isto fica depreendido nos inventários dos sítiantes. Entre os objetos de cobre e ferro deixados por Estevão Gomes, em 1731, foram arrolados uma roda de sevar mandioca, uma prensa de espremer massa, um tacho de cobre, duas enxadas, três olhos de enxada, um machado, uma foice e um olho de foice. A dedução é uma: além de plantar a mandioca possuía (ou possuía), no seu sítio, uma casa-de-farinha.

Já o inventário de Gonçalo de Moura Rezende, de 1734, dá-nos a impressão de que não dispunha de instalações para casa-de-farinha, visto que não mencionou qualquer um dos seus componentes. Declarou possuir 6 coivaras e 4 coivaras de mandioca avaliadas respectivamente em 13\$000 e 6\$000, um sítio com casas de telha e malhadas além de gados vacum, cavalari e criações miúdas.

Complementando temos o inventário do Cap. Antônio de Almeida Maciel em 1742. Possuía dois sítios, o "Gemeleira" e o "Campo Grande" com plantações as mais diversas. Também era fazendeiro, sendo uma fazenda localizada no sertão do Vaza-Barris com 215 cabeças de gado, e a outra na freguesia do Itapicuru com 240, além de sete

cavalos mansos e duas éguas.

Quanto a segunda atividade, ou seja a criação de gados seu destino é conhecido. Servir de transporte, alimentação e energia animal para os engenhos instalados na zona litorânea da Capitania.

Com relação à própria vila a impressão que temos é de que o consumo da carne era relativamente alto. Deduzimos a partir de um documento da Câmara, de novembro de 1798, quando esta relaciona dezessete marchantes devedores do dízimo de gado. Estes tinham abatido 32 reses, correspondendo a 1890 Kilos de carne. A Câmara pune-os alegando

"que estão cortando carne em suas próprias casas sem ser no talho, em diferentes sítios e lugares do termo

31

Justamente dentro deste panorama, esboçado de forma suscinta, a vila de Itabaiana alcançou o século XIX. Este século traz para Sergipe avanços importantes no plano econômico e no plano político. Em primeiro lugar, "ao limiar do século XIX, definia-se a ocupação agrícola da região: Itabaiana vende cereais e algodão; Largo exporta gado; Campos vende couros e sola; e os vales do Cotinguiba, Vaza-Barris e Piauí - se ocupam da lavoura açucareira"³² Em segundo lugar, a autonomia jurídica de 1696 foi completada com a autonomia política, em relação à Bahia, em 8 de julho de 1820. A desvinculação definitiva verificou-se a 5 de dezembro de 1822, quando D. Pedro I por carta Imperial referendou o decreto baixado por seu pai, D. João VI.

NOTAS

- 1- FREIRE, Felisbello - História de Sergipe, 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1977, p.83.
- 2- CANABRAVA, Alice P. - A Grande Propriedade Rural. In Holanda, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo 1, vol.2, S. Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, p.198.
- 3- Livro que dá Razão do Estado do Brasil. Instituto do Livro. Ministério da Educação, 1960.
- 4- SALOMÃO, Lillian da Fonseca - As Sesmarias de Sergipe d'El Rey. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1981. Dissertação para Mestrado apresentada ao Departamento de História (mimeografada), p.30.
- 5- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, 16ª ed., S. Paulo, Ed. Nacional, 1977, p.57.
- 6- FREIRE, Felisbello - op. cit. p.382.
- 7- Sobre as referências aos engenhos de Sergipe:
 - 1612: Livro que dá razão ao Estado do Brasil, Apud M. Buescu, in Brasil Disparidades de Renda no passado, APEC, RJ, 1979, p.14.
 - 1637: Manuel Aires de Casal - Corografia Brasílica, Apud Luis. R. B. Mott, in População e Economia: aspectos do problema da mão de obra em Sergipe (séculos XVIII e XIX), Revista do I.H. G.S., p.31.
- 8- CANABRAVA, Alice P. - op. cit. p.202.
- 9- SIMONSEN, Roberto Conrado - História Econômica do Brasil, 7ª ed., S. Paulo, Comp. Ed. Nacional/MEC, 1977, p.102.
- 10-FURTADO, Celso - op. cit. p.57.
- 11-Idem, *ibid*, p.57.
- 12-NUNES, Maria Thétis - Sergipe no processo da Independência do

- Brasil, Cadernos da UFS, Nº02, Universidade Federal de Sergipe , 1973, p.3.
- 13- ANDRADE, Manoel Correia de - A Terra e o Homem no Nordeste, 2ª ed., S. Paulo, Editora Brasiliense, 1964, p.70.
- 14- Sobre as referências aos engenhos de Sergipe:
 - 1756: José Antônio Caldas - Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, Revista do I.H.G.Ba - p.57.
 - 1798: Luis dos Santos Vilhena - A Bahia no século XVIII, Salvador, Ed. Itapuã, p.435.
- 15- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto - História Econômica de Sergipe (1850 - 1930), Campinas, 1983, mimeografado. (Tese Mestrado, Dep. Economia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP) , p.21.
- 16- ALMEIDA, Maria da Glória S. de - Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe, século XIX. In, Anais do VIIIº Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, vol. II, S. Paulo, 1976, p.485.
- 17- FREIRE, Felisbelo - op. cit. p.219.
- 18- Anuário Estatístico de Sergipe - SEPLAN (Secretaria do Planejamento), Instituto de Economia e Pesquisa (INEP), Aju, vol.11, 1981, p.1366.
- 19- SANTOS, Adelci Figueiredo et Alii - O Processo de Minifundização do Município de Itabaiana, Cadernos Sergipanos de Geografia, nº 06, A.G.B., 1979, p.6.
- 20- NUNES, Maria Thétis - A ocupação territorial da vila de Itabaiana: A disputa entre lavradores e criadores, in Anais do VIIIº Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História , vol. II, S. Paulo, 1976, p.409.
- 21- FREIRE, Felisbelo - op. cit. p.345.

- 22- CARVALHO, Pe. João de Mattos Freire de - Anápolis. Aracaju, Est. Gráfico F. Sampaio, 1922, p.3.
- 23- A propósito da criação da freguesia vide os historiadores: Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior - Monografia Histórica do Município de Itabaiana, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ano II, vol. II, 1914; Sebrão Sobrinho - Fragmentos de História de Sergipe, Aracaju, Livraria Regina, 1972.
- 24- Acerca da portaria de D. João de Lancaster determinando a criação das vilas de Itabaiana, Lagarto e Santa Luzia, consulte-se Felisbello Freire - História Territorial do Brasil, 1º volume, Rio de Janeiro.
- 25- Mapa da enumeração da gente e povo desta capitania da Bahia, pelas freguesias das suas comarcas, com a distinção das idades, pueril, juvenil, varonil e avançada, em cada sexo, conforme as listas que se tirarão, do ano proterido de 80 para 81 - Bahia, 2/9/1782 - (Ms - Bn) Arquivo Ultramarino, (xerox), do arquivo do Departamento de Filosofia e História, UFS.
- 26- LOBO, Francisco da Silva - Informações sobre a vila de Itabaiana, 5/1/1757, (Ms - Bn), xerox. Arquivo do DFH, UFS.
- 27- Idem, Ibid.
- 28- Correspondência oficial do ouvidor Antônio Pereira de Magalhães Passos enviada ao rei de Portugal em 26/04/1799. (Ms - Bn), Arquivo Ultramarino. (xerox) Arquivo do DFH, UFS.
- 29- FREIRE, Felisbello - op. cit. p.218.
- 30- SOUZA, D. Marcos Antônio de - Memória sobre a Capitania de Sergipe, sua fundação, população, produção e melhoramentos de que é capaz. In Revista de Aracaju, Ano I, número 1, 1943, p.32.
- 31- PRADO, Ivo do - A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias (Memória sobre questões de limites). Rio de Janeiro, Papelaria Brasil, 1919, p.383.
- 32- Aracaju. APES - Relação dos devedores do dízimo de gado em Itabaiana, novembro de 1798, (Ms) Acervo Sebrão Sobrinho, Caixa 32.

33- ALMEIDA, Maria da Glória S. de - op. cit. p.489.

C A P Í T U L O I I

D I S T R I B U I Ç Ã O E F O R M A S D E P R O P R I E D A D E S D E T E R R A

A- A Lei de Terras de 1850

(características gerais)

Entre o espaço de tempo que medeia o fim das doações, 1822 e a promulgação da Lei de Terras de 1850, "As posses resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável, e os posseiros acumularam grandes extensões de terra, cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d'água, uma encosta."¹

Como nosso objetivo, nesse capítulo, é tentar realizar uma análise dos traços marcantes da estrutura agrária da vila de Itabaiana, na segunda metade do século XIX, chamaremos atenção para alguns aspectos importantes da lei, como:

a) Através dela "se instituiu, juridicamente, uma nova forma de propriedade da terra: a que é medida pelo mercado;"²

b) Devido ao preço elevado das terras, sua aquisição tornou-se difícil para vasta camada da população, cuja força de trabalho ficava em disponibilidade para os detentores do capital;

c) Representou uma tentativa de regularizar aquelas propriedades adquiridas ilegalmente, em especial, por meio da ocupação.

Na realidade, os objetivos fundamentais da Lei de Terras longe estiveram de alcançar seus resultados: em primeiro lugar porque "os preços determinados na lei estavam acima do mercado e fora das possibilidades dos compradores, prova-o a insignificância do valor das vendas;"³ em segundo lugar, não conseguiu exterminar o regime de posses. A posse continuou sendo a "arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra."⁴

B- Os Registros de Terras

Como decorrência da Lei de Terras de 1850, regulamentada pelo decreto de 30 de janeiro de 1854, processaram-se os registros de 1856-1857. Realizados em todas as Províncias do Império pelos vigários das freguesias, deveriam ter a finalidade de vir a se consti-

-tuir no primeiro cadastro fundiário, que aliás nunca chegou a ser completado.

Os livros originais desses assentamentos podem ser encontrados nos arquivos públicos estaduais geralmente sob a rubrica "registros paroquiais". Apesar dos livros constituírem uma fonte primária de vital importância para reconstituir a estrutura fundiária das localidades, seu tratamento técnico é bastante complexo, vez que as informações básicas não são uniformes, variando de registro para registro.

Em Sergipe existem dezoito livros referentes a esses assentamentos. Constatam as seguintes informações para Itabaiana:

"Duas mil duzentas e trinta e uma anotações das terras possuídas na Freguesia de Santo Antonio das Almas de Itabaiana. A primeira anotação foi em 16 de agosto de 1856, sendo a última em 30 de abril de 1859. Consta do termo de abertura em 01 de setembro de 1856 sendo o de encerramento em 02 de março de 1859. Possui cento e oitenta e sete folhas numeradas e rubricadas com a rubrica "Rezende" pelo vigário Domingos de Melo Rezende, todas utilizadas. Péssimo estado de conservação. Sem classificação!"⁵

Teoricamente, para se reconstruir a carta fundiária de uma localidade tornam-se necessários dados como: nome dos proprietários, formas de apropriação do solo, relação jurídica, valor, limites e dimensões. Com eles, e a partir deles são constatados os traços marcantes da estrutura agrária, em termos da distribuição da terra, o tipo de exploração agrícola, a forma de trabalho e as relações de produção entre proprietários e trabalhadores diretos, daí decorrentes.

Com relação aos livros de Registros de Terras de Sergipe, os dados são sumamente incompletos e em sua maioria omitem: valor, limites, dimensões, forma de aproveitamento e situação jurídica. Realizar o estudo de uma estrutura agrária com omissões desse tipo, é tarefa difícil e frustrante. Difícil porque a coleta e a manipulação dos dados são em si mesmas morosas. Frustrante porque os resultados colhidos conduzem muito mais para uma descrição do que para uma interpretação.

Diante do problema caracterizado, que método e procedimentos técnicos utilizamos? Quais os resultados obtidos? Como contornamos a limitação dos dados para dar uma visão mais ou menos aproximada das características pertinentes à estrutura agrária da vila de Itabaiana na segunda metade do século XIX?

Antes de desenvolver a análise propriamente dita fazemos duas colocações: a primeira relaciona-se à área global de Itabaiana. Conforme explicamos, a Itabaiana da época colonial incluía uma extensão enorme de terra, calculada, em 1757, em cerca de 200 léguas quadradas. A segunda diz respeito a análise das duas mil e duzentas anotações, que não incluem as mil cento e sessenta e quatro de Campo do Brito. Apesar de circunscrito à antiga área de Itabaiana, suas terras possuem seus respectivos Livros de Registros.⁶ Cremos que assim procedeu devido à sua condição de freguesia e de distrito.

b.1 - Distribuição dos Registros

Entre 16 de agosto de 1856 e 30 de abril de 1859, foram efetuados dois mil duzentos e trinta e um registros. Apesar do péssimo estado da documentação conseguimos recompor 94% que correspondem a dois mil cento e dois registros. Os restantes, num total de cento e vinte e nove foram excluídos por se acharem completamente danificados.

Transcrevemos para fichas individuais as informações de cada registro. Posteriormente ordenamo-los alfabeticamente separando os proprietários por sexo e pelo número de terras.⁷ Analisados mediante essa sistemática construímos o quadro nº 01 que trata do número de terras por registro. O quadro apresentado a seguir compõe-se de quatro colunas: A, B, C e D, correspondendo respectivamente ao número de terras incluídas no registro, ao número de registros onde tem o número de terras, à percentagem dos registros no total dos registros e à percentagem das terras em cada tamanho de registro. A percentagem da coluna C foi encontrada a partir do nº de registros onde tem o número de terras da coluna B dividido pelo total dos registros ou seja, 2.102. Quanto a coluna D resulta da multiplicação das colunas A e B sobre 3.144 que é o número total de terras. Concluímos que os registros com uma terra detém o maior percentual não só em relação ao número de registros (80,98%) como também em relação ao número de terras (54,5%).

QUADRO 01
NÚMEROS DE TERRAS POR REGISTROS

A	B	C	D
nº de terras incluído no registro	nº de registros onde tem nº de terras	% dos registros no total dos registros	% das terras em cada tamanho de registro
01	1.702	80,98	54,5
02	203	9,65	13,0
03	65	3,09	6,2
04	45	2,14	5,8
05	26	1,23	4,1
06	22	1,06	4,2
07	10	0,48	2,2
08	11	0,54	2,8
09	5	0,25	1,5
10	3	0,15	1,0
11	2	0,09	0,7
12	2	0,09	0,8
13	1	0,04	0,4
14	2	0,09	0,9
15	1	0,04	0,5
16	0	-	-
17	0	-	-
18	0	-	-
19	0	-	-
20	0	-	-
21	1	0,04	0,7
22	0	-	-
23	1	0,04	0,7
Total	2.102	100,00	100,0

Fonte de dados brutos: Livro de Registro de Terras ou "Registros Pa-
roquiais" da vila de Santo Antônio e Almas de
Itabaiana, 1856/1859, Acervo Sebrão Sobrinho,
caixa 56, APES.

Mil setecentos e duas anotações referem-se aos registros de "uma terra"; as quatrocentas restantes correspondem àquelas, com mais de uma. Conseqüentemente na estrutura fundiária da vila de Itabaiana, 54,5% dos homens e mulheres que tinham terras, eram possuidores de apenas uma terra, enquanto 45,4% detinham mais de uma.

Os registros ora analisados requerem as seguintes explicações:

a) Em inúmeros casos, um só registro contém anotações de várias terras, seja no mesmo local ou em outros diferentes. Ex.: Os registros de n.ºs.1002 à 1007 de José Vicente Revoredo.

QUADRO 02

REGISTROS COM VÁRIAS ANOTAÇÕES

Nº do registro	Proprietário	Vocabulos Descritivos	Local	Situação Jurídica	Valor	Limite	Dimensão
1002	José Vicente Revoredo	4 posses de terra " " " " 3 " " " " 2 " " " "	Canoas Matas do Fiachão Taboleiro Bonito Genipapo	Herança " " "	Não cita " " "	Não cita " " "	Não cita " " "
1003	"	1 porção "	Taboleiro Bonito	"	"	"	"
1004	"	" " " "	Arrombalo	Não cita	"	"	"
1005	"	" posse " "	Sítio Coqueiro da Moita	Compra	1 a José Custódio de Melo 1 a Vicência Maria 3 a José Antônio Bonfizi 1 a José Francisco de Souza 1 a Francisco José 1 a João Lourenço 1 a Francisca Rodrigues		
1006	"	" porção " "	Canoas	Compra	1 a Brás dos Santos Lima 1 a Manoel Raimundo Barreto 1 a José Custódio de Melo 1 a José Francisco de Souza 2 a Joaquina Maria 1 a Manoel José de Melo 1 a Roque José Barreto 1 a Ana Francisca 3 a José Antônio		
1007	"	2 posses " " 1 " " " " " " " " " " "	Matas do Riachão Cabaceiro Canoas Alagoa	Compra " "	Não menciona valor, limite e dimensão		

Fontes de dados bratos: Livro de Registro de Terras... APES, caixa 56.

Portanto, apenas em dois registros ou seja 1002 e 1007 ele possui 19 terras, as quais adicionadas aos de n.ºs. 1003, 1004, 1005 e 1006, totalizam vinte e três.

b) Outros há, em que cada terra tem seu registro. Poderíamos aproveitar o exemplo do quadro 2, mas para diversificar o número de casos mencionamos os números 68, 72, 73, 74, 75, 76 e 77 de Manuel Carvalho Carregosa.

QUADRO 03
EXEMPLOS DE CADA TERRA EM CADA REGISTRO

Nº do Registro	Proprietário	Vocabulo Descritivo	Local	Situação Jurídica	Valor	Limite	Extensão
68	Manoel Carvalho Carregosa	Uma posse de terra	Terra Vermelha	Compra	Não cita	Não cita	Não cita
72	"	"	Fazenda Caenda	Herança da mãe	"	"	"
73	"	"	Telha	Compra	"	"	"
74	"	"	"	"	"	"	"
75	"	"	Fazenda Riachão	Herança do pai	"	"	"
76	"	"	Pedro Gomes	Compra	"	"	"
77	"	"	Seco das Pedras	Herança do pai	"	"	"

Fonte de dados brutos: Livro de Registro de Terras... APES, caixa 56

c) Houve um único caso em que mais de duas pessoas fizeram o registro em conjunto e no mesmo local. Trata-se do nº 976 ; João Machado Rabelo de Aguiar, Sebastião de Aguiar Machado, Félix Zeferino Cardoso, Joaquim de Aguiar Boto Machado, José Mateus Leite Sampaio, Maria da Glória de Aguiar, Maria Custódia de Aguiar e Manoel Rollamberges de Faro, declararam possuir, com as estruturas respectivas, um terreno na beira do rio Sergipe denominado "Borda da Mata" . Não mencionaram nem valor, nem extensão, apenas os limites: Norte, a Serra da Borda da Mata; Leste, o Rio Sergipe; Sul e Oeste, o Engenho Morcego.

Somos inclinados a sugerir que neste terreno estava instalada uma propriedade de fazer açúcar ou plantar cana, não apenas por reconhecer alguns declarantes, como senhores de engenho noutras localidades como Divina Pastora, Laranjeiras e Maruim, mas principalmente por estar inserido numa área cujas terras eram propícias às atividades da lavoura da cana.

d) Ou ainda, em alguns casos em que duas pessoas fizeram os registros conjuntamente, porém as terras estão situadas em localidades diversas. Ex.: os registros de nºs. 1.065 a 1.073 de Miguel Felipe de Rezende e Ana Vitória de Jesus.

QUADRO 04

REGISTRO DE TERRAS EM CONJUNTO

Nº do Registro	Proprietários	Vocabulo Descritivo	Local	Situação Jurídica	Valor	Limite	Dimensão
1065	Miguel Felipe de Rezende e Ana Vitória de Jesus	uma sorte de terra	Matas do Buril	Herança	Não cita	Não cita	Não cita
1066	"	"	Serra Grande	"	"	"	"
1067	"	"	Sítio Maniçoba	"	"	"	"
1068	"	"	Pé da Serra Grande	"	"	"	"
1069	"	"	Serra	"	"	"	"
1070	"	"	Tapera	"	"	"	"
1071	"	"	Zangüê	"	"	"	"
1072	"	"	"	"	"	"	"
1073	"	"	Serra Grande	"	"	"	"
1074	"	"	"	"	"	"	"

Fonte de dados brutos: Livro de Registros de Terras... op.cit... APES. Caixa 56

Feitas essas considerações e retomando isoladamente os quatrocentos registros de mais de uma terra, constatamos através do quadro cinco que representam 19,1% do total geral.

QUADRO 05.

PORCENTAGEM DOS REGISTROS DE MAIS DE UMA TERRA

Nº de terras incluído no registro.	Nº de registro onde tem nº de terras.	% dos registros no total dos registros.
02	203	50,8
03	65	16,3
04	45	11,3
05	26	6,5
06	22	5,5
07	10	2,5
08	11	2,8
09	5	1,2
10	3	0,8
11	2	0,5
12	2	0,5
13	1	0,2
14	2	0,5
15	1	0,2
16	0	-
17	0	-
18	0	-
19	0	-
20	0	-
21	1	0,2
22	0	-
23	1	0,2
Total	400	100,0

Fonte de dados brutos: Livro de Registros...APES, Caixa 56.

Apurados os dois mil cento e dois registros, separamos seus declarantes por sexo. O número de declarantes masculinos de longe suplantou o feminino. Vejamos o quadro 06 e os desdobramentos do quadro 07:

QUADRO 06
NÚMERO DE DECLARANTES POR SEXO

Nº de registros	2.102	%
Declarantes masculinos	1.844	88
Declarantes femininos	258	12
Total	2.102	100

Fonte de dados brutos: Livro de Registros... APES, caixa 56.

Considerando ainda a separação por sexo, computamos o número de terras incluído por registro, cujos resultados obtidos são:

QUADRO 07
NÚMERO DE INDIVÍDUOS POR REGISTRO

Distribuição dos indivíduos	Nº de terras incluído por registro	%
Homens com uma terra	1.496	47,9
Mulheres com uma terra	206	6,6
Homens com mais de uma terra	1.253	40,1
Mulheres com mais de uma terra	169	5,4
Total	3.144	100,0

Fonte de dados brutos: Livro de Registros... APES, caixa 56.

Finalmente, quanto à distribuição de terra por sexo, vejamos pelo quadro 08 que esta distribuição é muito semelhante, guardadas as proporções, ou seja, metade dos proprietários masculinos e metade dos proprietários femininos tiveram duas terras registradas.

QUADRO 08

PERCENTAGEM DO NÚMERO DE TERRAS PELOS INDIVÍDUOS
POSSUIDORES DE MAIS DE UMA TERRA.

Nº de terras incluído por registros.	Homens	%	Mulheres	%
2	177	11,3	26	1,7
3	14	5,2	11	1,0
4	39	5,0	6	0,8
5	22	3,6	4	0,7
6	19	3,6	3	0,6
7	10	2,2	-	-
8	10	2,6	1	0,2
9	5	1,4	-	-
10	3	1,0	-	-
11	2	0,7	-	-
12	2	0,8	-	-
13	1	0,4	-	-
14	1	0,5	1	0,4
15	1	0,4	-	-
16	-	-	-	-
17	-	-	-	-
18	-	-	-	-
19	-	-	-	-
20	-	-	-	-
21	1	0,7	-	-
22	-	-	-	-
23	1	0,7	-	-
Total.	348	40,1	52	5,4

Fonte de dados brutos: Livro de Registros... APES, caixa 56.

b.2 - Significados dos vocábulos descritivos.

Na análise de uma estrutura agrária, a identificação da forma de apropriação da terra e de igual maneira, a relação jurídica apresentam-se como um dos pontos centrais, ao lado de outros não menos importantes como dimensões e limites.

Dispondo da forma de apropriação acompanhada das dimensões, torna-se possível aquilatar o significado de certas expressões usadas no século passado como "nesga", "pedaço", "sorte", "porção", "sítio", "fazenda", etc; ou ainda, citadas na forma monetária: "tostão" e "mil reis". Apesar dos cerceamentos impostos pela documentação conseguimos entender algumas expressões tais como: "sorte", "porção", "posse" e "quinhão" e cujas explicações serão dadas neste e no quarto capítulos. Tomando por base os vocábulos descritivos construímos o quadro abaixo:

QUADRO 09

VOCÁBULOS DESCRITIVOS

Números de registros	vocábulos	%
959	posse	45,6
301	sítio de terra	14,3
278	expressa em dinheiro	13,2
202	quinhão	9,6
118	sorte	5,6
89	porção	4,3
87	sítio	4,2
28	pedaço	1,4
6	fazenda	0,2
19	engenho	0,9
15	(miscelânea) ₈	0,7
2.102		100,0

Fonte de dados brutos: Livro de Registros... APES, caixa 56.

b.2.1 - "Posse"

A inexistência das dimensões, nos registros, impossibilitou-nos:

a) O cálculo da área ocupada por cada uma das formas de apropriação, em função da área total ou seja 7.200 Km².

b) Sistematizar uma divisão das expressões usadas nos registros, tentando aproximá-las das classificações recentes como: pequenas, médias e grandes.

c) Perceber, nitidamente, movimentos de concentração ou de fracionamento, principalmente em função de sua utilização agrícola.

Desde o período colonial, a posse foi o caminho de acesso à terra encontrado por aqueles discriminados pelo processo jurídico de repartição do fundo agrário através da doação de sesmarias.

Constatamos também, que ao ser abolida a instituição sesmeira, pela resolução de 17 de julho de 1822 e daí até 1850, a posse foi a única via para a ocupação de terras. "A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas, por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados." Tal expediente, porém não foi exclusividade das camadas inferiores da população. Deste modo, não é estranhável a maior frequência de "posses" nos registros de terras.

Diante da omissão das dimensões e explicados os impasses decorrentes, direcionamos nossa análise para outros aspectos, quais sejam: a construção de quadros ilustrativos sobre os vocábulos descritivos já relacionadas e a descrição dos exemplos indicados.

Das 959 posses, selecionamos 6, (quadro 10). Os critérios adotados foram sugeridos a partir dos próprios registros. Levamos menos em conta a quantidade de posses e destacamos mais a questão da localização.

QUADRO Nº 10

Posses (exemplos)

Nº do registro	Proprietário	Vocabulo Descritivo	Local	Valor	Situação Jurídica	Limite	Dimensão
724	Maria Manoela	1 posse de terra	No Sítio das Piabas	21:0000000 R\$	Não cita	Não cita	Não cita
958	David de Souza Barreto	5 " "	No Sítio Moita	Não cita	Compra	"	"
1005	José Vicente Revoreço	1 " "	No Sítio Co-queiro da Moita	"	Compra	"	"
1093	Cap. João Antônio de Moraes	1 " "	Denominada Fazenda Campanha, na Fazenda "Caenda"	"	Pôr. Indiviso	"	"
1095	Margarida Josefa do Espírito Santo	1 " "	Na Fazenda Algodão	"	"	"	"

Fonte de dados brutos - Livro de Registro... APES, Caixa 56

Definimos "posse" como a aquisição de terras ou ocupação independente da situação jurídica. Os registros 724, 958, 1005, 1093 e 1095 são de terras situadas dentro dos limites de outras, a saber: três sítios e duas fazendas. Assim entendemos em virtude das expressões "no" ou "na", fato que os diferenciou dentre o arrolamento sobre as "posses". Os três primeiros registros têm suas terras dentro dos limites dos sítios. Os nºs. 724 e 958 evidenciam uma compra em regime de co-propriedade enquanto o nº 1005 traduz uma compra de várias "posses" a diversas pessoas,¹⁰ num mesmo local, demonstrando, uma tendência para a anexação e a concentração.

Os registros 1.093 e 1.095 referem-se a posses dentro dos limites de fazendas. Estes foram um dos poucos a declarar a forma de aproveitamento. No primeiro, o Capitão João Antonio de Moraes, proprietário do Engenho "Porto dos Barcos" na freguesia Santo Antonio Coração de Jesus, em Larangeiras, declarou

"ser possuidor de uma posse de terra, por indiviso em terras da fazenda Caenda, na qual possui edificada uma casa (...) currais, tanque, cacimba, denominada "Fazenda Campanha", onde cria seus gados"¹¹ (grifo é nosso)

No segundo, Margarida Josefa do Espírito Santo, viúva de José Godinho Freire, moradora na freguesia do Senhor dos Passos da cidade de Maroim, declarou "ser possuidora de uma posse de terra por indiviso, na Fazenda denominada "Algodão", na qual possui edificada uma casa (...) com curral e cacimba, onde cria seus gados" (grifo é nosso).

Ambos nos permitem deduzir pela qualificação indiviso que as posses pertenciam ao mesmo tempo a vários indivíduos e que elas não possuíam dimensões pequenas, tendo em vista as benfeitorias citadas: casa, currais, tanque e cacimba.

Com relação ao valor citado no registro 724, o problema não é menos complexo. Sem a dimensão é-nos impossível aquilatar o valor atribuído pelo declarante. Entretanto, é sabido que o valor das terras, àquela época, era dado muito mais em função das benfeitorias.

b.2.2. - "Fazendas" e "Engenhos"

Os totais de dezenove engenhos e seis fazendas, tirados dos registros de terras, são contestados num ofício da Câmara de Itabaiana para o Presidente da Província em 1854:

(...) "Existe neste município 36 propriedades de engenho de fazer açúcar, sete dos quais com seus alambiques únicos que há, contando-se igualmente 103 fazendas de criar gado vaccum e cavalariço, assim como existe um número considerável de sítios de lavoura, que pela extensão do terreno e brevidade do tempo, não tem sido possível esta Câmara entrar no pleno conhecimento do número certo e determinado delles (...) a excessão dos lugares ocupados com as propriedades de engenhos e fazendas de criar (...) os proprietários applicão-se a plantação de dois generos que nelles abundão!"¹³

Para explicar as discrepâncias entre os registros e o ofício, inicialmente aventamos a possibilidade de que inúmeras fazendas e alguns engenhos pudessem estar incluídos entre os cento e vinte e nove danificados. De imediato descartamos essa viabilidade pois a soma dos deteriorados é inferior ao número total das fazendas e engenhos mencionados no ofício. De referência as primeiras, dois processos nos permitiram identificá-las parcialmente: 1º) aproveitando os limites e locais¹⁴ citados nos registros, arrolamos cinquenta e seis delas; 2º) Partindo do pressuposto de que a fazenda, regra geral, é um grande estabelecimento rural de lavoura ou criação de gado, e considerando que alguns registros¹⁵ com vocábulos "sorte", "porção", "posse" e "quinhão", fizeram semelhantes indicações, concluímos como sendo fazendas. Conseqüentemente, nada nos impede também de considerar como fazendas os mesmos vocábulos dentre outros registros que omitiram a forma de exploração da terra.

Quanto aos engenhos achamos, à princípio, que poderíamos explicar argumentando com o desmembramento da vila de Larangeiras da cidade de Santo Amaro, em 1835 e a criação da vila de Divina Pastora, em 1836 englobando a povoação de Santa Rosa. Fatores plausíveis para os senhores de engenho registrarem suas propriedades em localidades mais próximas. Consultados os registros daquelas vilas, vimos que a relação dos engenhos e seus respectivos proprietários não tem qualquer relação com a vila de Itabaiana.

Outra alternativa seria verificar os engenhos situados às margens do Vaza-Barris e seus afluentes. Infelizmente não podemos submetê-los à apreciação porque os registros de Campo do Brito não oferecem condições de manuseio.

Feitas estas considerações, apresentamos no quadro 11' trinta e tres propriedades açucareiras: dezenove estão acompanhadas do respectivo registro e quatorze¹⁶ entre colchetes. Destas, encontramos oito citadas como limites d'outros vocábulos descritivos e seis foram indicadas nos limites entre os engenhos arrolados. Utilizando dezessete engenhos dentre os dezenove com registro e mais seis indicados nos limites dos mesmos, demonstramos no mapa (nº2)¹⁷ vinte e três engenhos situados às margens do Rio Sergipe e seus afluentes.

Finalmente, a título de complementação, informamos que entre 1856 a 1875, o número de engenhos¹⁸ foi reduzido para dezesseis. Destes, dois mantinham o mesmo nome e o mesmo dono: "Dangra" de Manuel Raimundo Telles de Menezes e o "Velho" de Manuel Gaspar de Melo Menezes; seis, o mesmo nome e novos donos "Gameleira" de Antonio Paes de Azevedo, "Canto Alegre" de João Gomes de Sá Barreto, "Piedade" de Francisco Muniz Barreto, "Meireles" de Luiz Francisco Cardoso de Menezes, "Recurso" de Cândido Rabelo Leite, "Mombaça" da viúva de João Gonçalves Franco Filho, "Tábua" de Francisco Lucindo do Prado, "Mouco" de Francisco Correia Dantas e "Salobro" de Vicente Freire de Mesquita; e cinco com denominações até então desconhecidas "Cipó" de José Ignácio do Prado, "Cajueiro" de Hermenegildo José Pereira Guimarães, "Santo Antônio" do Barão de Estância, "Limoeiro" de Manoel Del fino da Silveira e "Candeias" de Alexandre José Barbosa.

QUADRO 11

Relação dos engenhos da vila de Itabaiana (1856 - 1859)

Nº de ordem	Engenhos	Nº do registro	Proprietários
1	Barrocão	439	Bárbara Rosa de S. José
2	Brioso	(...)	Zacarias José de Santa Ana
3	Cágado	(...)	Filhos do Cel. Gonçalo Rabelo Leite
4	Canabrava	190	Mariana Francisca do Prado
5	Canto Alegre	315	Rosa Maria de São José
6	Carretão	(...)	João Batista Vasconcellos
7	Carão	(...)	Ezequiel Profeta Carneiro
8	Congonda	(...)
9	Cruz	(...)
10	Dangra	329	Manuel Raimundo Telles de Meneses
11	Espírito Santo	(...)
12	Gameleira	(...)
13	Jacoca	656	Lourenço José de Oliveira Sampaio
14	José Maria José	(...)
15	Meireles Novo	336	Firmo Telles de Meneses
16	Meireles Velho	(...)
17	Mões	814	José Vieira Barreto
18	Mombaça	337	Ana Tereza de Jesus
19	Morcego	(...)	Ten. Cel. Antônio Carneiro de Meneses
20	Mouco	(...)	Francisco Correa Dantas
21	Passagem	711	Major Luiz da Graça Leite Sampaio
22	Piedade Velha	334	Maria das Dores
23	Piedade Nova	335	Albano do Prado Pimentel
24	Pimenta	(...)
25	Prazeres	688	Cel. Francisco José da Graça Leite Sampaio
26	Quindongá	330	Manuel Raimundo Telles de Meneses
27	Salobro	708	Cecília Jerônimo Caldeira de Melo
28	São Paulo	(...)
29	Santa Rosa	332	Francisco Muniz Barreto
30	Tábua	367	Clara Maria de Oliveira
31	Velho	2011	Manuel Gaspar de Melo Meneses
32	Sem Nome	560	José Ambrósio dos Santos ¹⁹
33	Sem Nome	1716	José da Cruz de Vasconcelos ²⁰

Fonte de dados brutos - Livro de Registro... APES, caixa 56.

b.2.3 - Outras designações

As outras designações não são menos problemáticas do que "posse", "fazenda", e "engenho". Para ilustrar a variedade, escolhemos um exemplar de cada forma tomando em consideração o maior número de informações contido nos registros.

Vejam os quadro 12:

QUADRO 12

Exemplos de outros vocábulos descritivos, excetuando "posses"

Nº do registro	Proprietário	Vocábulo Descritivo	Local	Situação Jurídica	Valor	Limite	Dimensão
73	Serafim Alves de Almeida Roxa	uma sorte de terras	Tanque de Serra	Compra	Não cita	Não cita	Não cita
80	Major Antonio Correia Dantas	um sítio (3)	Não cita	"	"	"	"
97	Francisco Manoel Teixeira	um pedaço de terra	Rio do tanque	Não cita	"	"	"
188	José Cornélio Alves dos Santos	uma sorte de terra (1)	Cansanção	Meação (compra)	"	"	"
353	Manoel de Melo Torres	uma porção de terra-1	Na fazenda Boa Sorte	Herança	"	"	"
655	João Machado de Souza	16.000\$000RS de terra	No sítio Boa Vista	"	"	"	"
814	José Vieira Barreto	um sítio de terras	No Engenho Mões	Não cita	"	"	"
841	Constantino Luis Carneiro	uma horta	Em Santa Rosa	Terras Próprias	"	"	"
1.079	Manuel Antônio Barbosa	um pedacinho de terra	Em Figueiras	CCH	"	"	"
1.564	Manoel Alves de Jesus	uma nesga de terra	Em Canabrava	Por indiviso	"	"	"
1.777	Antonio Diniz Rezende	dois quinhões de terra (1).	Chamados Maniçoba	CCH	"	"	"

Fonte de dados brutos - Livro de Registro de Terras...APHS, caixa 56

Persiste o problema da inexistência da dimensão. Chamamos a atenção para as formas de exploração indicadas nos registros: criação de gado (188,353, 1.777), gado e plantações (73) e gado e algodão (80). Sabendo a utilização das terras esclarece mais, como lembra Graziano: "identificar as propriedades somente pelo aspecto externo - a área total - sem considerar o aspecto interno fundamental, que é a produção".²¹ Partindo das indicações concluímos que "sorte", "porção" e "quinhão" são fazendas.

Outra documentação além dos registros pode ser utilizada na tentativa de esclarecer o significado dos vocábulos neles (registros) contidos. Em 1843, José Joaquim de Sant'Anna apela para a justiça a fim de garantir a posse de um sítio comprado ao Ten. Francisco Muniz da Mota e sua mulher D. Ana Joaquina d'Oliveira Alves. Na petição inserida no processo diz haver comprado,

(...) um sítio de terras (grifo é nosso) denominado Congo, com casa de telha e com todas as benfeitorias nelle existentes por trezentos e quarenta e cinco mil réis (345\$000rs)."²²

Antes de efetuar a transação,

"(...) era arrendatário dos vendedores, plantando mandiocas no sítio em questão por espaço de dez meses; que após a venda, os vendedores se mudaram para o Sítio Campo Grande; quando ele comprador foi tomar posse do mesmo sítio, e tractando de trabalhar-lhe, impedirão Manuel Prudente de Meneses e seu irmão Dionísio Eleutério de Meneses que lhe asseverão ser possuidores igualmente do terreno".²³

Neste caso, "sítio de terras" é um estabelecimento agrícola utilizado para a lavoura de subsistência, tendo sua produção praticada muitas vezes pelo seu próprio produtor e família, podendo, também ser facilitada a rendeiros e moradores. Independente da área, e de sua utilização distinguimos "sítio de terras" de "sítio" a partir da situação jurídica, quando o indivíduo registrava dentro ou fora de outras terras por indiviso, em comum com outros possuidores e em comum com outros herdeiros, ou então declarava ser proprietário de "um sítio" por direito e de fato.

Quanto às expressões "horta", "pedacinho" e "nesga" a-
pareceram muito raramente entre os registros. Consultando dicionários²⁴
do século passado e comparando as definições com as nossas constata-
ções, in-loco, através do interior do estado de Sergipe, afirmamos
que se tratavam de unidades agrícolas muito pequenas onde se cultiva-
vam hortaliças e cereais para o consumo dos seus próprios proprietári-
os.

Completando a lista das outras designações, temos as ex-
pressas na forma monetária num total de 278 ou seja 13,2% do total ge-
ral dos registros. No quadro 13, apresentamos quinze exemplos: nove
são registros de valores maiores e únicos e seis de valores menores
embora haja outros similares. Consequentemente, os duzentos e sessen-
ta e três estão abaixo dos 42\$000rs e acima dos 40852rs. Portanto o
maior e o menor valores são respectivamente 100\$000rs e cinco tostões
de terras.

QUADRO 13
Expressão Monetária (exemplos)

Nº do registro	Proprietário	Cóisa correspondente	Local	Expressão Monetária	Relação Jurídica
830	Jose Joaquim de Sant'Anna	Não cita	Figueiras	100\$000rs de terras	Comum c/possuidores
1598	Antonia Maria de Jesus	"	Varjada	80\$000rs	" c/herdeiros
1865	Jose Germano da Trindade	"	Curralinho	80\$000rs	" c/outros
712	Cap. Antonio Machado de Mendonça	"	Sítio Genipapo	73\$690rs	"
95	Cap. Antonio Jose Teixeira	"	" Maringá	50\$000rs	" c/herdeiros
7	Cap. Manoel Jose de Andrade	"	" Genipapo	50\$000rs	" c/outros
1256	Antonio Jose da Silva	"	Arrombado	50\$000rs	"
702	Cap. Manoel Félix Passos	"	Sítio Novo	45\$000rs	p/indiviso c/pai e avô
669	Antonio Jose de Góis	"	" Bernardo	42\$000rs	comum c/possuidores
763	Manoel Jose de Carvalho	"	Oiteiro	cinco tostões	" c/outros
417	Jose Joaquim de Souza	"	Saco do Ribeiro	dez	compra em comum c/outro
1727	José Maurício de Andrade	"	Olho d'água	\$768rs	comum c/outros
540	Ana Francisca de Carvalho	"	Saco do Ribeiro	1\$000rs. (mil réis)	"
679	Major Jose de Góis de Lima	"	Pai Mandú	2\$000rs	"
878	Maria Rosa	"	Sítio da Moita do Coqueiro	4\$000rs	comum c/ outros herdeiros.

Fonte de dados brutos: Livro de Registro de Terras... APES, Caixa 56

As conclusões extraídas dos registros expressos em dinheiro são duas:

1º) Impossibilidade de qualquer associação entre os valores e a coisa referida;

2º) Baseando-nos na situação jurídica os valores devem corresponder a terras recebidas de herança ou a terras adquiridas por compra.

C - Situação Jurídica

Na análise de uma estrutura fundiária, a situação jurídica figura como o dado que nos permite verificar as diversas modalidades de qualificação da propriedade da terra.

Desde o século XVI, início da colonização brasileira com a distribuição de sesmarias, que a propriedade da terra "era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos".²⁵

Na vila de Itabaiana, no século XVIII, época de maior frequência da distribuição de sesmarias, os processos de desmembramentos das propriedades, seja por atos de partilha, por herança ou de compra e venda²⁶ estão acontecendo. Exemplificando os últimos, temos: Em 1726, o cap. Luiz Ferreira Pinto, dono da Fazenda Mocambo, comprou a Teodósio de Sá Souto Maior o sítio Cruz; em 1739, o alferes Antônio Machado de Mendonça, dono do sítio Mangabeira, compra à vista um terreno anexo ao seu, a Antonio Rodrigues de Souza. E ele mesmo compra a Gonçalo da Gama uma sorte de terra que viria a se chamar Sítio Tamberis, desmembrada do Sítio Caendas; em 1742, Antônio Machado Leite, proprietário da Fazenda Tapera do Lázaro vende à vista, um pedaço de terra da mesma fazenda a José Pereira da Afonseca.

Em 1855, a Câmara da vila de Itabaiana oficiava ao Presidente da Província,

"que não só não existem neste município terrenos al-
guns concedidos por esta Câmara, visto como as posses originão-se de antigas sesmarias (...) e essas sesmarias sendo então concedidas de

grandes porções, hoje se achão subdivididas em pequenos pedaços e já por partilhas entre herdeiros e já por vendas desmembradas de todos, de forma que se pode dizer que as terras deste município são possuídas em comum e até por indivisas²⁷ (grifo é nosso).

O quadro nº 14 atesta que as informações são procedentes.

QUADRO 14
SITUAÇÃO JURÍDICA

Modalidades declaradas	nº de terras	%
Herança (individual)	1.478	47,3
Herança com outros	707	22,6
Terras próprias	290	9,3
Doação	11	0,3
Não citadas	638	20,5
Total	3.124	100,0

Fonte de dados brutos: Livro de Registro de Terras... APES, caixa 56.

Os dois mil cento e dois registros correspondem a três mil cento e vinte e quatro terras ou propriedades. Executando-se seiscentos e trinta e oito, que, mesmo não apresentando a situação jurídica, foram computadas para se ter uma noção do seu percentual. Duas mil quatrocentas e oitenta e seis terras e suas modalidades jurídicas foram analisadas, e caracterizaram-se como herança, herança em comum com outros, em comum com outros herdeiros, por indiviso com outros herdeiros, por indiviso com mais possuidores, por indiviso, em comum com outros, meação, terras próprias, terras próprias por compra e doação. Posteriormente, agrupamo-las em quatro categorias, levando em consideração todos os casos similares aos exemplos subsequentes.

1º) Herança (individual) - quando o proprietário declarava a terra sem mencionar outros herdeiros; José Luis Torres, reg. nº 65, possuía um quinhão, na Fazenda das Pedras por herança de seu pai, Luis Francisco Cardoso de Meneses.

2º) Herança com outros - "Obviamente, é o oposto do 1º caso: Manuel Carvalho Carregosa, reg.nº 77, possuidor de uma posse, no Saco das Pedras, em comum com outros herdeiros, herança de seu pai José Francisco Telles de Mendonça; por seu turno, João Francisco de Melo, reg.nº 1019, possuía dois quinhões de terra, na Boa Sorte e Mandibe, pôr indiviso com outros herdeiros; já Maria Telles de Meneses, possuía um sítio na Alagoa Seca, por meação, do seu esposo Pedro Nolasco de Carvalho.

3º) - Terras próprias - podem ser tanto originárias por herança ou por compra. Nesse caso, foi considerada apenas a última forma: José Luis Torres, reg.nº 58, possuía uma posse no local denominado Maria Paes, havida por compra a Alexandre Vieira de Souza.

4º) DOAÇÃO - Interpretamos como um ato de transmissão, da terra de uma pessoa para outra de forma gratuita. Um ato provavelmente impulsionado por gratidão, reconhecimento, etc. Ex.: o P.º José Antônio de Faro heitão, morador na freguesia da Imperatriz dos Campos (hoje Tobias Barreto) possuía uma sorte de terras por doação do vigário Francisco Xavier de Góis e Amaral.

A análise da situação jurídica revelou que a estrutura agrária da vila de Itabaiana, na primeira metade do século XIX, caracterizava-se por uma forte fragmentação resultante da partilha por herança cujo percentual é de quase 70,0%.

Do exposto neste capítulo conclui-se que os "Livros de Registros de Terras" ou "Registros Paroquiais" são a fonte primária, essencial, que associada a outras como Leis, Decretos, Resoluções, Posturas, correspondências administrativas, processos crimes permitem o estudo fundiário de uma localidade do século passado.

Visualizamos nos registros da vila de Itabaiana uma falta de uniformidade dos dados básicos acrescida de um número considerável de omissões sobre valor, limite, dimensões, situação jurídica, e uso do solo. Daí ajustamos nosso estudo às limitações impostas pela documentação.

Entre as omissões mais graves destacou-se a dimensão. Conseqüentemente ficamos tolhidos de obter os extratos de área das formas de apropriação em função da área global, como também impedi-

-dos de classificá-las de acordo com o tamanho, em propriedades pequenas, médias e grandes.

Obedecendo aos dados dos registros, selecionamos e agrupamos todos os vocábulos descritivos: "posse", "sítio", "sítio de terra", "quinhão", "sorte", "porção", "pedaço", "fazenda" e "engenho". Em decorrência do número restrito das indicações referentes a "nesga", "pedacinho", "horta", "terreno" atribuímos-lhes a classificação "várias". Duzentos e setenta e oito deles foram declarados sob a forma miscelânea, sem qualquer referência específica. Por conseguinte, a única alternativa foi mantê-los na maneira encontrada.

A exceção dos engenhos, foram muito poucas as alusões, ao uso do solo, aproveitados na sua maioria para compor o quadro 10 e 11. Os proprietários que o fizeram, mencionaram criação de gado em "posses", "sorte", "porção" e "quinhão", fato que nos levou a reconhecê-las como terras de fazendas.

Acerca da "posse" fazemos a seguinte ressalva: entre todas as formas constituiu-se a mais ambígua (vide quadro 10). Sem levar em consideração a situação jurídica, tanto podiam ser terras de "fazenda" como terras de "sítio".

Quanto aos "sítios de terras", "sítios", "pedaços", "pedacinhos", "nesgas" e "hortas" agrupamo-los numa única categoria: "sítios", independente da magnitude da produção da lavoura de subsistência.

Excluindo-se as posses que representavam 45,6 % entre os 2.102 registros, classificando todas as outras formas segundo os tipos de unidade produtiva e traduzindo-as percentualmente temos: engenhos (0,9%), fazendas (19,7%) e sítios (33,8%).

Considerando que todas as "posses" não deveriam ser "sítios", o número destes é predominante. Embora não tivéssemos condições de avaliá-los em função da área total, percebemos que uma das características da estrutura fundiária da vila de Itabaiana era a fragmentação da terra resultante da partilha, tanto por herança quanto por venda.

NOTAS

- 1 - VIOTTI DA COSTA, Emília - Da Monarquia à República: Momentos decisivos, S. Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, p.132.
- 2 - Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira / Coordenador José F. Graziano da Silva, S. Paulo: Hucitec, 1978, p.29.
- 3 - GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro séculos de Latifúndio (apresentação de Antônio Houaiss) 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 191, p.45.
- 4 - Ibid, idem - p.113.
- 5 - VASCONCELOS, Maristher Moura et Allii - Arrolamento de Documentos sobre registro de propriedade territorial, Anais do VIIIº Simpósio de ANPUH, S. Paulo, Coleção da Revista de História, vol. III, 1976, p.1040.
- 6 - Os dois livros de registros de terras da freguesia de Nossa Senhora do Campo do Brito estão inteiramente danificados, não oferecendo as mínimas condições de manuseio.
- 7 - Empregamos a palavra "terras" para não confundir com "posses", um dos vocábulos descritivos. Terras, aqui têm para nós a equivalência de nº de propriedades, podendo se referir a "uma posse", a "um sítio de terra", a uma "porção", a uma "fazenda", a um "sítio", etc.
- 8 - Agrupamos todos os vocábulos descritivos cujo número foi bastante reduzido: nesga, pedacinho, horta e terreno.
- 9 - GUIMARÃES, Alberto Passos - op. cit. p.113.
- 10 - Não relacionamos as pessoas vendedoras para não estender o quadro nº 10. A propósito, ver o quadro nº 02, p.13. Nole, José Vicente Revoredo apresenta-se no registro 1007 como comprador de cinco posses, em comum com outros possuidores; ao passo que no 1002, é herdeiro de três posses, porém não menciona a participação de outros.

- 11- Livro de registros de terras da Vila de Itabaiana, reg. Nº 1093 de 29/09/1856, Acervo Sebrão Sobrinho, caixa 56, APES.
- 12- Livro de registro de terras... Registro Nº 1095 de 29/09/1856.
- 13- Ofício da Câmara da Vila de Itabaiana de 18/03/1854 Ms, Cm₁ (APES).
- 14- O registro Nº 1093 do Cap. João Antônio de Moraes especifica que a sua fazenda Campanha limita-se com as fazendas: "Malhada dos Bois", "Guia", "Serrinha", "Alagoa do Rancho" e "Riachão". Como exemplo de local temos o registro nº 688 do Cel. Francisco José da Graça Leite Sampaio, proprietário do Engenho Prazeres, menciona "uma posse de terra na Fazenda da Alagoa entre a Boa Vista e o Rio Sergipe" e "outra posse na Fazenda Batiquerer, por indiviso".
- 15- Os registros são: 73 (sorte), 188 (sorte), 353 (porção), 1093 (posse), 1095 (posse) e 1777 (quinhão).
- 16- Os engenhos encontrados a partir dos limites dos vocábulos descritivos são: Bioso, Carão, Cruz, Espírito Santo, Jesus Maria José, Meireles Velho, Pimenta e São Paulo. Quanto aos engenhos citados a partir dos limites de outros engenhos, temos: Cágado, Carretão, Congondá, Gameleira, Morcego e Mouco.
- 17- O mapa nº 2, baseado estritamente nos limites declarados no livro de registros de terras da Vila de Itabaiana, foi organizado no setor de Cartografia do Departamento de Geografia da UFS, pelos professores Emanuel Franco e José Augusto Andrade e executado pela aluna Juliana Bonfim dos Santos.
- 18- Relação dos engenhos de fazer açúcar situados no termo de Itabaiana e se acham trabalhando, G₁-1311, APES.
- 19- O registro nº 560 de José Ambrósio dos Santos não menciona o nome de sua propriedade. Diz, simplesmente "ser possuidor das terras de sua engenhoca no local denominado Fazenda Grande.
- 20- O registro nº 1716 de José da Cruz de Vasconcelos menciona que ele é "possuidor de uma propriedade de fazer açúcar" cujos limites são: ao Norte o Engenho Prazeres, ao Sul o Engenho Santa Bár

bara, a Leste o Engenho Jacoca e ao Oeste as terras do Engenho Prazeres. O engenho foi herança do seu sogro.

- 21- Estrutura agrária - op. cit. p.71.
- 22- Processo crime - apelação de 17/12/1843, (Ms) Acervo Sebrão Sobrinho, caixa 42, APES.
- 23- Ibidem, idem.
- 24- FARIA, Eduardo - Novo dicionário da Língua Portuguesa, 5ª edição, Editor Proprietário Francisco Arthur da Silva, 1879.
- 25- GORENDER, Jacob - Gênese e desenvolvimento do Capitalismo brasileiro, in Trabalhadores, Sindicatos e Política, Coleção Cultura e Política, Cedec/Global, São Paulo, s/d, p.48.
- 26- SEBRÃO SOBRINHO - Fragmentos da História de Sergipe, Aracaju, Livraria Regina, 1972, ps.221, 222, 223.
- 27- Ofício da Câmara da Vila de Itabaiana de 16/02/1855, Cm₁ 43 - APES.

C A P Í T U L O I I I

V I D A E C O N Ó M I C A

1 - A Lavoura do Algodão em Sergipe (esboço)

O algodão foi encontrado no Brasil em estado nativo desde os primórdios de sua história. Em Sergipe, no século XVI, apresentava-se

"como planta nativa do tipo arboreo, extraída pelos indígenas para sua alimentação, cura de determinadas enfermidades, confecção de artefatos de caça e pesca. Entretanto, sua maior utilização constituía-se como objeto de troca com os franceses, que frequentemente aportavam à nossa costa e rios".₁

Conhecido em diversas capitanias, principalmente as do norte e nordeste, a partir da colonização portuguesa, o algodão arboreo fora sempre utilizado

"(...) para a manufatura de tecidos grosseiros destinados a roupa de escravos e elementos mais pobres da população. Nos meados do século XVIII, a grande lavoura algodoeira encontrou condições para progredir, mercê da conjuntura do mercado internacional, com amplas perspectivas para os mercados produtores".₂

A razão se encontra no estímulo do aumento do consumo externo, especialmente britânico em virtude do crescimento da produção têxtil inglesa, fruto das invenções tecnológicas geradas na Revolução Industrial. A partir de 1760, o algodão maranhense começou a ser exportado, seguido em 1778 pelo de Pernambuco.

O plantio do algodão se disseminou pelo país principalmente no nordeste. Em Sergipe, no século XVIII, as culturas algodoeiras localizavam-se sobretudo na Cotinguiba, e em certas áreas do S. Francisco, porém seu cultivo era modesto tendo apenas expressão interna.

Para Manuel Correia de Andrade₃ além das consequências da Revolução Industrial fatores outros contribuíram para o seu desenvolvimento: aumento da população e o conseqüente aumento do consumo de tecidos ordinários como o chamado "algodãozinho". Além disso é pre

ciso levar em conta o fato de tratar-se de uma cultura fácil e popular, não requerendo dispêndios muito grandes, estando ao alcance do pequeno agricultor. Por outro lado, pode ser consorciada com o feijão, milho e a fava, fornecendo ao agricultor a um só tempo, produtos tanto para a venda como para o consumo.

Da segunda metade do século XVIII até o final do primeiro quartel do século XIX, a cultura algodoeira expandiu-se. Esta fase seria interrompida "ante o impacto das formidáveis safras dos Estados Unidos graças a mecanização do processo de beneficiamento"⁴ e à queda do preço internacional. Sua recuperação estaria reservada para a segunda metade do século XIX, mais precisamente, durante o período da Guerra da Secessão.

Em termos gerais o interesse das atividades econômicas brasileiras sempre se prendeu à agricultura de exportação, a exemplo do açúcar. Em Sergipe, na época colonial, a pecuária do século XVII e a cana a partir do século XVIII monopolizaram as atenções dos criadores e agricultores. Na primeira metade do século XIX, as informações, sobre o cultivo e exportação do algodão são extraídas respectivamente do relato de D. Marcos de Souza⁵ e do relatório do Presidente da Província, Dr. Luis Alves Macedo⁶. O quadro seguinte está baseado nesta última fonte.

QUADRO 1.

PROVÍNCIA DE SERGIPE

EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO EM RAMA, PELA BARRA DO RIO S. FRANCISCO

1838 / 1850

ANOS	ALGODÃO EM RAMA (Kg)
1838	13.035
1839	28.485
1840	14.460
1841	10.575
1842	1.410
1843	6.165
1844	6.720
1845	1.500
1846	5.160
1847
1848	585
1849	840
1850	60

Fonte: Relatório do Dr. Luiz Alves de Penedo Macedo
(04/03/1872).

Somente depois de 1852 passou a merecer as atenções Governamentais. O Presidente Dr. José Antonio de Oliveira Ribeiro solicitou ao Governo Imperial sementes do algodão herbáceo justificando ' ser essa espécie

"(...) até hoje desconhecida na Província e que entre - tanto, tem reconhecida superioridade sobre a vulgar"⁷

Não encontramos documentos comprovando a distribuição ' das citadas sementes.

Antecedendo o surto do algodão da década de sessenta, vá rias crises se abateram sobre a Província, lançando seus reflexos sobre a economia. Cite-se a epidemia da cólera-morbus (1855-1856) que ' ceifou inúmeras vidas, incluindo 8 a 10.000 escravos e as secas entre 1856 e 1859. Com relação a cólera-morbus os primeiros locais atingi - dos eram justamente as regiões produtoras de algodão: Campos, Lagarto Riachão, Campo do Brito, N.S. das Dores, Propriá, Vila Nova, Pacatuba Estância, Sto. Amaro, Japaratuba e Itabaiana.

Sentindo a falta de braços para tocar as lavouras e carecendo de chuvas regulares, a Província viu-se mergulhada num colapso em todos os setores produtivos, principalmente o de gêneros alimen tícios. Esses acontecimentos circunstanciais, associados à concorrênci a da lavoura de cana-de-açúcar, inibiram o desenvolvimento do algodão que particularmente enfrentava outros problemas, dentre eles os ata - ques de pragas. A propósito, a Câmara de Propriá informava em 1859 ' que a plantação do algodão já fora próspera,

"porém depois a ferrugem acometendo a planta aniquilou esta lavoura e começou sua decadência diminuindo o seu comercio que era mais vantajoso que o da cidade de Penedo"⁸

Ainda em 1860 registramos semelhante informação para Si mão Dias. Nesta, muitas pessoas que antes fizeram fortuna com seu cul tivo,

"(...) hoje por muito poucas é elle cultivado, em razão do bolor que logo nos primeiros annos ataca o tronco ' imediatamente passa os ramos inutilizando dessa forma'

a árvore!"⁹

Mas com a Guerra Civil nos E.U.A., o quadro mudou totalmente. Em 1861, a Diretoria Central do Ministério dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas em circular emitida para o Presidente da Província comunica:

"As dissensões civis que agitam actualmente os Estados da Confederação Norte Americana paralisando seus trabalhos agrícolas, não só tem já feito diminuir a produção do trigo e algodão, e por tanto augmentando o preço destes artigos (...) Em tais conjuncturas convém providenciar (...) entre nós a cultura não só do algodão, cuja exportação pode tomar grandes proporções e, será de vantagem para o Império"¹⁰

Além das razões apontadas a circular recomenda ao Presidente concitar e persuadir os lavradores a se applicarem a cultura deste gênero.

Discursando em 1º de março de 1862 na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, o Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça queixou-se do atraso vivido pela agricultura, apontando como causas: a falta de braços, de instituições agrícolas, de crédito rural, de ensino agrícola, de boas estradas e de máquinas para rotear a terra. Completando suas observações, sublinhou:

"Da plantação do algodoeiro, a que ella tanto se presta quasi que se não cuida; a prova está na mappa dos productos exportados no último anno financeiro onde se vê que a exportação do algodão montou apenas as valor de 16:603\$400!"¹¹ Este valor correspondia à 68.518 arrobas em tecidos exportados.

No mesmo ano de 1862, existia na Província de Sergipe "cerca de 300 teares, com uma capacidade anual de tecelagem de 120000 varas de algodão, das quais 69.013 foram exportados, correspondendo a 151.828 metros ou 120581 Kg e o restante da produção foi empregado no uso doméstico!"¹²

QUADRO 02

PROVÍNCIA DE SERGIPE
 EXPORTAÇÃO DE TECIDOS
 1857/1888

ANOS	QUANTIDADE EXPORTADA (Kg)
1857	61.221
1858	57.759
1859	90.047
1860	95.176
1861	75.370
1862	120.581
1863	-
1864	550
1865	-
1866	137.839
1867	2.605
1868	4.903
1869	-
1870	-
1871	7.268
1872	-
1873	-
1874	-
1875	-
1876	-
1877	-
1878	-
1879	-
1880	-
1881	-
1882	-
1883	-
1884	-
1885	-
1886	-
1887	-
1888	-

Fontes: Relatório e Mensagens dos Presidentes da Província de Sergipe, de 1857/1888.

Em 1864, o estado de ânimo da lavoura do algodão é revelado no relatório do Dr. Alexandre Rodrigues Chaves, por ocasião da transmissão do Governo:

"A cultura d'esta importante lavoura desenvolve-se em larga escala e promete augmentar consideravelmente a riqueza pública e particular.

Centenares de braços livres e escravos, avultados capitais de dentro e fora da Província, buscão diligentemente, os centros productores do algodão"¹³

De fato, a euforia provocada pelo alto preço do algodão suscitou o deslocamento de plantadores de cana-de-açúcar para as áreas de Itabaiana, Simão Dias, e para as terras adjacentes às margens do Rio S. Francisco.

Para evitar o contrabando nas margens do Rio S. Francisco com a Província de Alagoas, a fiscalização começou a ser exercida a partir de 1864, no distrito de Vila-Nova. A finalidade era facilitar e fiscalizar a arrecadação do Imposto, fixar as qualidades e garantir o produto contra as fraudes.

Enquanto o Governo se preocupava com as normas e controles burocráticos, os agricultores continuavam a se dedicar a cultura do algodão apesar da queda dos preços do produto a partir de 1865.

O quadro subsequente deixa evidente nossa colocação, Nele se percebe que as exportações de algodão em rama em Sergipe cresceram, atingindo o seu climax nos anos de 1868 e 1871.

QUADRO 03
 PROVÍNCIA DE SERGIPE
 1851/1888
 ESTADO DE SERGIPE
 1889/1899
 EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO EM RAMA

ANOS	ALGODÃO EM RAMA (Kg)		ANOS	ALGODÃO EM RAMA (Kg)
1851	. . .		1876	1.274.775
1852	. . .		1877	1.779.439
1853	. . .		1878	806.051
1854	. . .		1879	507.959
1855	-		1880	. . .
1856	66.325		1881	1.079.374
1857	12.855		1882	1.507.316
1858	2.970		1883	2.856.229
1859	3.210		1884	1.998.254
1860	120		1885	1.242.279
1861	. . .		1886	1.085.016
1862	38.805		1887	2.535.757
1863	75.365		1888	2.019.557
1864	194.582		1889	588.305
1865	374.542		1890	1.917.401
1866	1.442.015		1891	1.518.521
1867	3.271.420		1892	1.450.040
1868	5.538.825		1893	4.719.276
1869	3.016.021		1894	1.830.239
1870	2.709.885		1895	1.078.002
1871	5.623.413		1896	667.771
1872	5.522.734		1897	1.319.387
1873	3.323.987		1898	1.310.233
1874	. . .		1899	937.833
1875	2.131.705			

ntes: Relatórios e Mensagens dos Presidentes da Província e do Estado de Sergipe de 1851/1899.

Derrubar matas a golpes de machados e foices, preparar a terra à base de enxadas, usar sementes mais selecionadas e empregar o quanto possível mão-de-obra escrava associada à mão-de-obra livre resolveriam, em parte, os problemas da plantação e da colheita, mas não os do beneficiamento no que dizem respeito ao descaroçar, limpar, prensar e ensacar. Tudo isto exigiria uma mudança substancial no âmbito das técnicas rudimentares. Sabemos de antemão que as mudanças, não se processam num passo de mágica. Elas percorrem um longo caminho desde a transformação das mentalidades, noutras palavras, na quebra das resistências conservadoras até os riscos que envolvem os investimentos de tal natureza.

Independente de qualquer comentário presente-se que houve uma pequena mudança no setor tecnológico.

Em 1869, a Província possuía "127 máquinas de descaroçar o algodão: 69 movidas à vapor e outras tantas prensas; 56 tocadas por animais e 02 por água"¹⁴ Destas, afirma prof.^a Diana Diniz, num dos seus trabalhos sobre o algodão, "a mais importante estava localizada em Maroim, e pertencia a Schramm e Cia, que diariamente descaroçava seiscentas arrobas de algodão. Em segundo lugar, cite-se o Engenho Serra Negra, de propriedade de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel"¹⁵

Apesar destas constatações os avanços técnicos são alcançados. À propósito, em 1871, o Presidente da Província oferece um significativo depoimento sobre o sistema dos descaroçadores.

"(...) precisamos de estabelecer reformas úteis nas operações preliminares, porque do descaroçamento depende em grande parte a boa reputação do algodão nos mercados da Europa. Um mau descaroçador produz o arrebatamento das fibras, e este um abatimento de 25 a 30%, segundo experiências feitas, além de que o estado em que fica o caroço, guarnecido ainda de fibras curtas, causa prejuízos na produção.

Não vos posso dizer quais os sistemas dos descaroçadores existentes na Província, mas elles não são dos mais acreditados, e talvez que a maior parte seja do systema de serras cujo resultado é a depreciação do produto em larga escala"¹⁶

Finalizando, acrescenta em seu depoimento que o sistema mais moderno era o de "Platt Brothers e Cia" da Inglaterra por apresentar vantagens como: depender de uma força menor, aumento da produção e modicidade do preço. Desconhecemos se as máquinas sob a chancela citada foram introduzidas em Sergipe.

O extenso discurso do Sr. Presidente revelava uma preocupação: pouco valia produzir fibras longas, de tipos melhorados, ou colher algodão em melhores condições se a separação da pluma da semente ocorria em desacordo com a boa técnica.

Na nossa opinião houve um descompasso entre as inovações técnicas e o clímax da febre do algodão. Quando a Guerra Civil Americana acabou, com ela sucumbiu a euforia da alta dos preços para todos os estados nordestinos. Em Sergipe a situação é controvertida. Antes do final da década de sessenta enquanto alguns

"lavradores que abandonaram o plantio da cana-de-açúcar (...) já se convencem do erro em que caíram e voltam para a cultura da cana-alguns com manifesto prejuízo de haverem-na deixado",¹⁷

outros continuam apostando e investindo no algodão.

À exceção do período entre 1870 e 1871, onde ainda a exportação do algodão conseguiu alcançar o patamar de 5.623 toneladas os anos posteriores são marcados pelo seu declínio, tendo se acentuado sensivelmente em 1878, quando baixou para 508.¹⁸

Cotejando-se as décadas de sessenta e setenta, quanto às exportações diríamos que enquanto a primeira se caracterizou pela queda no preço externo seguida por uma grande expansão nas quantidades, a segunda se caracterizou pela continuidade da queda no preço externo porém seguida pela redução na quantidade.¹⁹

Cada vez mais os lavradores foram se convencendo de que os preços do algodão estavam muito longe de compensar as despesas.

O plantio do algodão foi se limitando às áreas mais tradicionais. Resistiram Capela, Dorcas, cidades banhadas pelo Rio S. Francisco e Itabaiana.

O algodão que outrora fizera a fortuna de alguns era agora nas décadas de setenta e oitenta sinônimo de prejuízo. Duas foram as únicas saídas: 1º) Exportar matérias-primas para suprir a indústria têxtil da Bahia; 2º) Promover a construção de fábricas têxteis internas, incrementando assim a demanda local. Esta se concretizou em 1884 ao ser fundada a primeira fábrica de tecidos de Cruz & Cia.

2 - O Algodão na Vila de Itabaiana

Semelhante a outras áreas, o algodão nativo em Itabaiana, vulgarmente chamado de crioulo, era conhecido pelos seus habitantes no século XVIII.

Acerca da primeira metade do século XIX, a informação mais antiga procede de D. Marcos Antônio de Souza:

"São industriosas as mulheres de Itabaiana; suas grosseras manufaturas constituem o principal comércio de seus maridos e toda a vantagem de seu paiz. Levam os itabaianistas para os sertões altos vinte mil varas de panno de algodão, que se reputam em valor mettálico dez mil cruzados. Com grande trabalho fiam o algodão em uns fusos movidos com os dedos e uma pessoa mal pode fiar no espaço de um dia um quarto de libra. Depois de fiado o dispõem em têas e uma deligente tecedeira desde a manhã até a noite tece libra e meia de fio ou nove varas de panno de algodão. Bem se vê que a força das mãos é o patrimônio dos pobres, e que a estes povos todas as máquinas e instrumentos, que facilitam o trabalho e esta, é uma das causas de sua pobreza." 20

O texto permite constatar os seguintes aspectos:

1º) O processo de produção apresentava uma nítida divisão de trabalho. Os homens realizavam tarefas bem determinadas abrangendo preparo, plantio e limpa das áreas cultivadas. Enquanto as mulheres colhiam, descaroçavam, fiavam e teciam o algodão.

2º) Os instrumentos de produção usados para transformar a matéria-prima, eram extremamente rudimentares. Isto porém, não impede a percepção de uma divisão técnica no processo de beneficiamento do algodão.

3º) Na esfera de comercialização os homens retomam o comando das ações. O destino das "varas de pano de algodão" é o mercado da Bahia. As estradas de terra (na realidade trilhas, veredas) e as tropas de burros serviam de meios de comunicação e de transporte.

Em 1914, Francisco Carvalho Lima Junior²¹ publicou na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe uma monografia sobre o município de Itabaiana. Apesar de inserida no século XX, suas informações sobre o algodão são válidas para a segunda metade do século XIX. Nasceu em Itabaiana, no ano de 1859, meio a uma família de plantadores e negociantes de algodão. Entre outros bens de raiz, seu avô, seu pai e tios eram donos das fazendas "Patury" e Canindé. Além de cultivadores foram beneficiadores da malvacea. Testemunham os inventários onde constam máquinas de descaroçar e enfardar algodão.

Eis alguns trechos da monografia: o algodão "chamado - crioulo - única espécie conhecida, o qual depois de apanhado era descaroçado a dedo, como quem debulha milho, ou em pequenos engenhos de madeira, com dous cilindros, como os de espremer a canna. Depois deste processo penoso, aberto em pastas, era batido com a corda de um arco, em todas as direções até ficar todo igual, de onde ia para o fuso ou a roca, d'ahi tirado o fio em massa rocas, em seguida novellados, e por fim tecidos.

.....

Os tecidos e as redes, aquelles em grandes rolos para cada carga, eram exportados por terra, em comboios de animaes, pelos negociantes, para a Bahia, onde uma vez por ano iam fazer as suas compras, recebendo em troca dessa manufactura grosseira, fazendas finas e outros artigos"²³

Em resumo: confirma o desconhecimento de outras variedades de sementes, aponta o quanto eram rudimentares e precários os instrumentos e meios de produção, e as dificuldades enfrentadas para transportar e comercializar o produto. A subordinação ao mercado baiano é uma constante. Entretanto, comparando-se os dois textos, fica a impressão de que antes o produtor era também vendedor. Agora, não. Essa função passou a ser executada por negociantes que serviam de intermediários entre os produtores e os comerciantes da Bahia.

Durante o decorrer da primeira metade do século XIX, só temos conhecimento do algodão através das posturas e das prestações de contas. Em primeiro de outubro de 1838, a Câmara da Vila de Itabaiana encaminhou, para aprovação da Assembléa Provincial, as contas das receitas e despesas de 01/10/1837 à 30/09/1838. De acordo com a

Postura nº 14, "a vara de pano algodão fabricado na terra e exportado para fora" rendeu para os cofres 22\$750rs enquanto a cobrança do imposto de "hora em cada arroba de algodão em pluma exportado" rendeu 8\$020rs.²⁴

Apesar de plantado e comercializado, o algodão não era mencionado nas informações da Câmara dirigidas aos Presidentes da Província. Comprovando esta omissão citamos o ofício de 1854 em que os camaristas comunicam ao Dr. Inácio Barbosa:

"O genero que com mais abundância produz os terrenos deste município, e de que forma huma parte considerável do seu comércio e exportação, he o feijão e a mandioca, e huma pequena parte delle a canna, e o açúcar, não sendo possível huma quantidade em virtude de sua contingencia depender de boa ou má estação!"²⁶

Reportam-se ao feijão, à mandioca e até ao açúcar, que diga-se de passagem nunca foi o forte da vila de Itabaiana, mas se calam sobre o algodão. Em 1861, o silêncio é quebrado com estas informações: "o terreno é geralmente próprio para o algodão, e as quatro espécies mais conhecidas são: o quebradinho, o maranhão, o crioulo e o vermelho. (...) exporta-se em sacos, ou fiado em tecidos grosseiros para a Província da Bahia e para a cidade de Larangeiras!"²⁷ Quanto às omissões anteriores atribuímos a um único fato: Sergipe, como um todo deixou de exportá-lo no período compreendido entre 1850 a 1855. As palavras do Dr. Alexandre Rodrigues Chaves, em 1864, confirmam nosso parecer: "ha ainda cinco anos que a Província não exportava algodão em rama, porque o pouco em caroço, que produzia, era consumido na tesse-lagem do grosseiro panno fabricado em poucos e velhos theares!"²⁸

Para a Província de Sergipe em geral a década de sessenta é caracterizada como a do surto do algodão. Para Itabaiana, consideramos como fase de desenvolvimento e crescimento.

Os efeitos produzidos pela Guerra Civil Americana serviram para introduzi-lo em áreas novas e para estimulá-lo em áreas tradicionais, como Neópolis, Propriá e Porto da Folha. Itabaiana agrupou-se nessa última categoria. Como resultado vemos muitos proprietários entre eles, Gauthéau Ettinger (criador de gado) e Antônio Carneiro de Meneses (proprietário do engenho Morcêgo) estabelecendo-se como lavra

dores de algodão no Tombador, na Bemfeita, Pedra Mole e outros sítios hoje pertencentes ao município de Frei Paulo.

A mudança de atividades não foi um fenômeno peculiar aos itabaianenses. Plantadores de cana-de-açúcar de outras regiões acorreram para lá. Foi um verdadeiro "boom". Em 1864, o Presidente da Província registrava: "consta-me que em Itabaiana há feiras em que as transações de compra e venda do algodão em caroço, entre o comércio e a lavoura sobem à 6 e 7:000\$000!"²⁹

Somos de opinião que a época "áurea do algodão itabaianense" ocorreu no período situado entre 1865 e 1875. Afirmamos com base nas informações anuais da Câmara e nas arrecadações do Município.

Em 1866, as atividades municipais destacam que no elenco dos produtos agrícolas: farinha de mandioca, milho, feijão, arroz, e cana-de-açúcar, "o algodão tem desafiado a atenção dos lavradores." Terminam acrescentando: "o algodão e o açúcar são exportados para a Bahia onde são vendidos podendo hoje montar o produto agrícola do município acima de trezentos contos de reis!"³⁰

Com referência às receitas municipais quase quintuplicaram. Passaram de 664\$150rs em 1863 para 3:038\$770rs em 1869.³¹ Atribuímos o aumento aos impostos cobrados do algodão.

Apesar da fase promissora, a época do algodão não proporcionou diretamente nem melhoramentos e nem benefícios à vila. Serviu apenas para constituir a fortuna de alguns indivíduos. Passamos a palavra a própria Câmara que enviou, em 1867, um documento a autoridade provincial. Simultaneamente é um desabafo velado e um protesto cerimonioso:

"Esta Câmara entende Exmo Sr. que o município de Itabaiana indisputável direito tem a uma maior somma de gozos e de commodos que estejam na equivalência dos tributos que ela derramades no seio dos cofres públicos e crê que V.Ex.^a estaria bem a par que ainda na safra transada este município rendera mais de 60 contos de reis somente de imposto sobre a exportação do algodão!"³²

Embora tenha conquistado dentro do setor agrícola um es

paço muitíssimo importante, Itabaiana jamais adquiriu uma influência a exemplo de outros municípios como Lorangeiras e Maroim. Este e outros fatores contribuíram para que muitos projetos de melhoramentos hajam se arrastado por vários e vários anos sem serem atendidos. Havia dezesseis anos que os camaristas reivindicavam: construções de casas para a cadeia e sessões do júri, reformas da matriz, aberturas de fontes e estradas, instalações melhores para os talhos de carne nas feiras e um médico em caráter permanente.

Concordamos com a prof.^a Diana Diniz quando escreve:

"A década de setenta pode ser caracterizada como fase de intensos contrastes. Nela se deu a maior produção algodoeira e também o início da violenta queda que, de maneira geral, se prolongou até os fins do século"³³

Usando expressão da própria Câmara, desde 1872, Itabaiana estava "com sua agricultura reduzida ao algodão"³⁴ e mesmo assim, à custa de grandes dificuldades como falta de braços, crédito rural, de ensino agrícola e de estradas de rodagem.

A declaração patética não deixava de ser um recurso para despertar as atenções do poder público quanto às necessidades prementes do município. Independente do algodão existiam as lavouras de subsistência. O problema residia no fato de que elas não facultavam tão largas arrecadações como os produtos algodoeiros e estes estavam diminuindo gradativamente.

Uma situação de penúria vai se delineando nas arrecadações. Não foi sem motivo que a partir dos anos oitenta o fisco tornou-se mais rigoroso visando inclusive coibir a ação dos sonegadores. Em 1887, contribuintes insatisfeitos solicitaram intervenção do Governo provincial e acusaram Manuel da Cunha de Mesquita, então Delegado, de prometer-lhes cadeia, caso se negassem a cumprir suas obrigações perante o fisco.

A Câmara negou as arbitrariedades denunciadas, mas sem deixar de reforçar em sua defesa "que a situação da vila era de completa penúria financeira."³⁵ Não acreditamos que o Delegado agisse por conta própria. Se assim o fazia, devia contar com algum beneplácito extra-oficial.

a) Francisco Borsone e a introdução do descaroçador à vapor.

Não sabemos exatamente quando o processo de descaroçamento evoluiu do "debulho com dedos" para a máquina de descaroçar. Seguramente, já existiam antes de 1865. Servimo-nos de dois inventários do mesmo ano. O primeiro, de D. Antonia M.^a da Conceição.³⁶ Seu inventariante, Ten. Cel. José Antônio de Carvalho Lima relacionou entre os semoventes: oito escravos, gados e uma máquina de descaroçar bastante usada no valor de 80\$000; além de bens de raiz como a Fazenda Canindé e um sítio na Marcela. O segundo, de Joaquim Pereira de Souza.³⁷ Seu inventariante, D. Januária Francisca de Carvalho Lima registrou: 09 escravos, gados, uma prensa de imprensar lã (50\$000), 08 sacas de lã de algodão (360\$000), uma máquina de descaroçar (100\$000) e o sítio Flexas com casa de taipa e telha, com senzalas e benfeitorias.

Nenhum dos casos mencionou a força empregada para movimentação das máquinas. Tudo faz crer que era a braços tendo em vista, o número dos escravos, embora o uso da força animal também não deva ser descartado. Quanto ao uso da força à vapor, sim. Só a partir de 1870 foi introduzido e generalizado; havendo em 1874 cinquenta máquinas de descaroçar movidas à vapor. Baseados no orçamento da Câmara para 1871-1872 confirmamos o emprêgo dos três tipos: cobravam-se 5\$000 de licença anual sobre máquinas de descaroçar à vapor, 2\$000 sobre dit^{as} movidas por animais e 1\$000 sobre dit^{as} à braço.³⁸

Passados seis anos da introdução do primeiro descaroçador à vapor na Província, mas especificamente na vila de Propriá, aconteceu na vila de Itabaiana.

Coube ao genovês Francisco Borsone³⁹ instalar, em 1870, a primeira máquina de descaroçar à vapor, em sua fábrica à Rua do Tanque do Povo, localizada no 1º quarteirão da cidade.

Das restritas informações colhidas sobre Borsone ficamos a impressão de que além de ter sido um próspero homem de negócios, bancou a iniciativa para outros lavradores.

Lima Junior, o descreveu como um homem, "que tinha a bossa do comerciante e do industrial e que apoiou as regiões de S. Paulo, Bemfeita, Salgado e Pedra Molle, de locomoveis de descaroçar algodão"⁴⁰

Desconhecemos sobre sua chegada ao Brasil e daí a Sergipe. Desconhecemos se veio com ou sem familiares ou se teria feito parte de algum contingente de imigrantes. Esta última hipótese é a menos viável partindo do princípio de que em Sergipe jamais ocorreu colonização estrangeira. Sabemos ser filho de Antônio Borsone, tendo nascido em Gênova, em 1841.

Desconhecemos também, como Francisco Borsone formou capital para bancar seus negócios como proprietário de fábrica de descaçar algodão em Itabaiana, como negociante em Maroim e ainda apoiar, a iniciativa de outros. Sua ascensão foi muito rápida para quem tinha aqui, poucos anos de permanência. Por exemplo, no casar-se com D. Úrsula Mariana Lacerda, filha de José Joaquim de Lacerda comerciante de Maroim, em 31 de julho de 1869, estava apenas com 28 anos de idade.

Consequentemente levantamos duas hipóteses:

a) Francisco Borsone teria conseguido, com seu sogro, o capital necessário para bancar seus empreendimentos;

b) Que Borsone tenha sido um daqueles que acorreu à vila de Itabaiana, levado pelas notícias de prosperidade do algodão, tendo acumulado relativo capital como lavrador. Apesar dos preços da arroba do algodão terem baixado de 7 e 6 contos de reis em 1863, para 4 e 3 contos de reis em 1866, recuperaram-se em 1869 para 5 contos de reis. De qualquer maneira, os preços ainda eram convidativos, possibilitando cobrir os custos de produção levando-se em conta que a lavoura algodoeira não exigia o emprego de grandes capitais.

Em 1871, o Sr. Francisco Cardoso Junior, então Presidente da Província comentou, longamente em seu relatório, sobre a situação do algodão, destacando especialmente o cultivo e a produção em Itabaiana. Estabelecendo uma comparação entre os preços de outrora e os de sua época, demonstrou que apesar de estarem em declínio, ainda assim, não constituíam em prejuízo total para os plantadores. Para ele, o não emprego de instrumentos aperfeiçoados impedia o maior volume de produção e inclusive lhe causava admiração o não uso do arado, até aquela data. Eis alguns trechos do referido documento:

"Na Itabaiana em épocas em que as estações correram favoráveis, as maiores roças (máximo 400 tarefas, tendo a

tarefa 625 braças) chegaram a dar 20.000 arrobas (50 arrobas por tarefa) ao passo que no ano passado (1870) colheu-se 5 arrobas, em algumas por tarefa. (...) a colheita desta safra de que trata pode calcular-se em 300.000 arrobas, destas ainda estão por colher 10.000 arrobas e calcula-se em depósito em lugares de produção 100.000 arrobas".⁴¹

Os custos da mão-de-obra, por tarefa, também foram indicados:

"Colhe-se ali uma arroba de algodão incluindo despesas de plantio, limpas, etc., por 720 reis, variando esta despesa conforme o número de arrobas que produzir uma tarefa. O salário ali, na época da plantação ou da colheita, é no máximo de 800 reis por dia".⁴²

Todos os dados servem unicamente como indicadores, entretanto, precisaríamos de outros dados pertinentes às atividades econômicas de Francisco Borsone para justificar a origem de seu capital.

Em 1875, quando a lavoura do algodão apresentava sinais de evidente declínio, Borsone permanecia ainda em Itabaiana, com suas máquinas de descaroçar e enfardar. A força delas era superior ao dos seus concorrentes conforme observamos na relação abaixo. A adoção de descaroçadores à vapor traduz um interesse dos itabaianenses não somente de modernizar seus instrumentos de trabalho mas sobretudo porque a qualidade do produto dependia em grande parte do processo do descaroçamento.

QUADRO 04

RELAÇÃO DAS MÁQUINAS DE DESCAROÇAR E ENFARDAR ALGODÃO DE ITABAIANA-1875

Nº de ordem	Nome dos Proprietários	Local onde estão situadas	Força de motor de cada uma
01	Francisco Borsone	Vila de Itabaiana	08
02	Antonio Coelho Barreto Sobrinho	Santa Rosa	02
03	Antonio Diniz de Souza Bastos	Canafístula	06
04	Antonio Carneiro de Meneses	Bemfeita	04
05	Jose Ignácio do Prado (+)	Canabrava	04
06	José Antonio de Carvalho Lima	Mulungu	02
07	José de Souza Monteiro Júnior	Sítio Novo	06
08	Antonio Paes de Azevedo (+)	Gameleira	04
09	Antonio Teles de Góis	Onça	04
10	João Moreira de Siqueira	Pedras Moles	04
11	Jacinto José de Oliveira	Idem	02
12	Antonio de Oliveira Ribeiro	Tombador	06
13	Francisco Antonio Passos	Lagoa Seca	06
14	Agostinho José Pedro Guimarães	Passagem	04
15	Francisco Vieira de Sá	Pedra Branca	02
16	Eugênio José de Lima	Junco	04
17	Viúva do Ten. Cel. Manoel Ferreira da Silveira	Matas do Riachão	04
18	Dr. Firmino Rodrigues Vieira	Coité	04
19	Joaquim do Prado de Araújo Leite	Salgado	04
20	João Pereira da Conceição	Alagadiço	04
21	Vicente Ferreira Leite Sampaio	São Paulo	-
22	José Correia de Brito	Onça	-
23	Manoel Antonio de Góis	Capunga	04
24	Roque de Souza Barreto	Moita	04
25	João Batista de Moura	Idem	02
26	Casimiro da Silva Melo	Serra Preta	04
27	Jose Francisco de Mendonça	Várzea do Gama	04
28	Pedro Barbosa de Jesus	Gibóia	04
29	Gautheau Ettinger	Tombador	04
30	Francisco Lucindo do Prado (+)	Tabua	02
31	Alexandre José de Carvalho	Olho de Água das Candeias	06
32	Joaquim Policarpo	Alagadiço	-
33	Antonio Múrias	Idem	-
34	Germano Antonio	Jacoca	02

Fonte: APES - ACERVO GERAL, G₁ 1311.

Nota - O documento foi transcrito na íntegra razão porque não o apresentamos em ordem alfabética.

(+)Dentre os relacionados, quatro eram simultaneamente plantadores de algodão e proprietários de engenhos de açúcar.

Em 1876, seus negócios não deviam estar fluindo muito bem. Em 06 de novembro, vendeu para o Rio de Janeiro, o escravo José, de vinte e um anos, cor preta e trabalhador de lavoura.⁴³ No ano seguinte, a 17 de abril vendeu uma parte do seu armazém, situado à rua do Cabula, em Maroim ao Comendador Albino Lopes Macieira por 100\$000rs.⁴⁴

A partir desses acontecimentos não temos notícias de Borzone, especialmente, vinculadas ao algodão. Supomos que com a parte da herança dos sogros e com o líquido apurado de suas atividades como lavrador e negociante tenha superado a crise do algodão. Em 1881 estabeleceu-se em Maroim como proprietário, só que dessa feita, de um engenho movido à vapor, denominado "Tanque Verde"

b) Transporte e Comercialização

Na esfera da circulação, Itabaiana sempre enfrentou os problemas de transportes e comunicações. Historicamente, sua vinculação com o sistema dominante se deu a nível da transferência dos excedentes da produção de alimentos que produzia. Para alcançar Larangeiras era necessário vencer sete léguas de "estradas" praticamente intransitáveis em lombo de mulas e carros de bois. Para Maroim, a afluência era menor não somente "pela distancia e por terem de passar pelo Rio Sergipe, onde as vezes embarça os viandantes as enchentes das marés, que nelle lança té acima dos lugares por que passão"⁴⁵

Desde 1851 os itabaianenses reivindicavam ao Governo Provincial, tres vias de acesso: Itabaiana à Simão Dias, Itabaiana à Larangeiras e Itabaiana ligando à Dores e à Capela. Em 1865, segundo explicações da Câmara, eles estão pleitando uma só estrada com comprimento de 17 léguas:

"he muito conveniente huma estrada de navegação que vem dos certões e passa na vila de Simão Dias athé o porto de embarque na cidade de Larangeiras, cuja estrada se acha muito arruinada na passagem do rio Vasa Barris"⁴⁶

Decorridos mais nove anos, ou seja 1874 os pedidos continuam sendo os mesmos. Só que desta feita reforçados por outras aspirações: uma estrada de ferro.

Abrimos um parêntese para dizer que na época do Império

nunca houve vias férreas em Sergipe. Conhecemos dois projetos. O primeiro de 1872, quando o Eng^o Civil Firmino Rodrigues Vieira associado ao Diretor do Banco da Bahia, Manoel de Souza Coelho solicitou autorização e privilégio ao Governo Imperial, para abertura de uma estrada de ferro entre o Porto Mombaça, 4 km abaixo da cidade de Maroim e a cidade de Propriá, atravessando as vilas do Rosário, Missão (Japaratu ba) e Capela. Entre as justificativas destacavam-se: a) por em comunicação vastas extensões de matas especiais para cultura do algodão com os mercados exportadores; b) impulso à cultura do algodão; c) incentivo à implantação do trabalho livre.⁴⁷

O segundo em 1881, do Engenheiro Francisco Pimenta Bueno, de caráter oficial, sugeria ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas uma estrada e duas alternativas; uma ligando Aracaju à Simão Dias (no sul) e a outra à Propriá (no norte).⁴⁸

Caso, tivessem sido executados, apenas a primeira alternativa do último projeto teria beneficiado a Vila de Itabaiana.

Portanto, as tropas de mulas e os carros de bois foram os fins e os meios de transporte dos itabaianenses. Estes compravam os produtos de que necessitavam ou diretamente na Bahia, que eram desembarcados em Larangeiras, ou na própria Larangeiras. Vendem algodão açúcar, cereais, aguardente, etc. Vendendo ou comprando a intermediação era feita por e com Larangeiras, fato que concorria substancialmente para o encarecimento dos produtos e mercadorias. As tropas de mulas mais rápidas que os carros de bois, lhes facilitavam as ligações em caminhos de difícil trânsito. Mas indubitavelmente, ambos conheciam uma limitação: a da carga que podiam transportar.

Se para a Província de Sergipe, o açúcar foi sempre o maior rival do algodão, tal não se processou em Itabaiana. Apesar de ter sido alta sua quota de participação no que tange as exportações, isto de nada serviu, diretamente, para sensibilizar aos poderes públicos no sentido de atendê-la nas mínimas reivindicações. Que não tivesse sido atendida com uma estrada de ferro, tudo bem. Talvez fosse um sonho muito alto. Mas estradas terrestres condizentes, não.

Ano após ano, a abertura e conservação de estradas foram insistentemente solicitadas pelas autoridades municipais. Itabaiana era um dos centros algodoeiros mais importantes, porém contava

com a desvantagem de estar distantes dos portos de embarque. Isto resultava no encarecimento dos transportes. Conseqüentemente, o algodão chegava ao mercado sobrecarregado de despesas não compensadas, especialmente depois de 1873, quando os preços nos mercados para onde era levado começaram a declinar.

Muito antes da lavoura algodoeira atingir seu clímax, os camaristas chamavam atenção do Governo Provincial para o descaso com que a vila era tratada: "Estamos na retaguarda do processo, e lugares de mui posterior existencia e tracto ja de muito que deixão a traz em adiantamento e riqueza a Itabayanna, que é um dos mais velhos e habitados lugares de Sergipe"⁴⁹ A partir de 1874, as reclamações eram mais contundentes e acrescidas por outras até então não registradas: "O lavrador se ressenete da escassez de braços; (...) faz-se necessário a criação de um banco agrícola, para quando o lavrador precisar de recursos financeiros ir em busca do citado banco a fim de levantar capital para custeio próprio"⁵⁰

Em 1872,⁵¹ apesar de Sergipe ser a menor Província, ainda tinha proporcionalmente tantos escravos quanto as demais Províncias nordestinas.⁵² Isto significa dizer que a escravidão é importante. Noutras palavras a força de trabalho compulsória é necessária principalmente para os engenhos.

Não obstante o número de escravos empregados nos engenhos⁵³ ser superior ao número de trabalhadores livres tal número é insuficiente. Proprietários, fazendeiros, lavradores e notadamente os Presidentes de Província através dos seus relatórios reclamam com frequência da escassez de trabalhadores. Nossa opinião é de que os senhores de engenho e também as autoridades viam a questão da escassez da mão-de-obra apenas por uma ótica: a diminuição do contingente de escravos.

É oportuno questionar: por que a subestima dos proprietários pela utilização da mão-de-obra livre quando é sabido que dentre a população livre havia trabalhadores ociosos porém aptos para as lides agrícolas?

A propósito o jornal "O DESCRITO" num de seus editoriais sobre a agricultura e a escravidão, denuncia:

"quasi a totalidade dos proprietários de engenhos, de fabricar assucar, estão tão affeitos a rotina antiga, de só trabalharem com escravos, que não admittem trabalhadores livres!"⁵⁴

Além da falta de predisposição da maioria dos senhores de engenho a esse tipo de mão-de-obra, os próprios trabalhadores também reagiam ao sistema de absorção. O mesmo jornal nos fornece o seguinte depoimento:

"Os filhos dos pobres não querem sujeitar-se a trabalhar allugados, por que os proprietários que tem escravos, querem dar a elles o mesmo tratamento que dão a esses, dando os próprios escravos, aos livres que trabalham juntos com elles, o tratamento de cobó, lambe-molho, aduldor &, até que o pobre homem vendo se humilhado com tantos improperios, larga o serviço e sai do meio da turba, em procura de outra fazenda, aonde vai encontrar as mesmas scenas; e vivendo sempre injuriado, demora-se apenas alguns dias, enquanto ganhão seis ou oito mil reis, com que possão comprar alguma mattalotagem, para voltar ao seio de sua família!"⁵⁵

O raciocínio também se estende à Itabaiana. Entretanto, a situação é complexa no que se refere as estatísticas sobre os escravos ali existentes. Tentaremos explicá-las.

Em 1873, o Presidente da Província⁵⁶ e a Associação Commercial⁵⁷ comentando sobre a situação da lavoura em Itabaiana, principalmente no que tange ao algodão, propalavam oficialmente a existência de 300 escravos e 8.000 braços livres (ou seja, 4% de escravos para 96% livres).

De acordo com o relatório do Presidente Cypriano de Almeida Sebrão⁵⁸ cujos dados procedem das diversas estações da Fazenda Geral no período compreendido entre 1º de abril até 31 de dezembro de 1872, os escravos matriculados totalizavam 3.395.

Nossa opinião é de que esses dados são mais coerentes, por dois aspectos:

a) O relatório de 1874 da Diretoria Geral de Estatística publicado em 1875 registrou 3.282 escravos para Itabaiana a saber: 3.212 (agricultura), 45 (jornaleiros) e 21 (artistas).⁵⁹

b) Em 1875, existem 16 engenhos⁶⁰ em Itabaiana. Considerando que os 300 escravos não devia ser esse o caso - neles estivessem todos absorvidos conclui-se que cada engenho empregava, em média, 18 pessoas. Consequentemente as demais unidades produtivas (fazendas e inclusive os sítios) utilizam mão-de-obra livre. Se considerarmos os 3.395 escravos, constatamos que a média para cada engenho é exorbitante ou seja 212 pessoas. Donde se conclui que além dos engenhos, as outras unidades produtivas referidas também empregam força de trabalho compulsória.

Com relação a população geral Itabaiana, em 1871, abrangia 34.876 habitantes.⁶¹ Mesmo levando em conta algum crescimento, podemos chegar a esses resultados: em relação a população geral da vila os escravos representavam, apenas, 10,8% e em relação à população escrava de toda Província, 1,1%. Por conseguinte concluímos que: braços especialmente os livres, não faltavam para a lavoura.

De acordo com a ordem das prioridades faltavam, realmente, crédito agrícola e vias de comunicação principalmente porque a sociedade itabaianense tinha uma economia organizada para dois setores: um comercial (algodão e açúcar) desintegrado do sistema local e outro de subsistência.

Pouco sabemos como se realizavam as operações comerciais do algodão. As fontes consultadas são omissas nesse particular. Não constatamos reclamações ou pedidos de proteção governamental pelos lavradores itabaianenses. As informações da Câmara são taxativas quanto aos locais de exportação ou sejam: Bahia e Larangeiras. Mas não são claras se o algodão ia diretamente, por terra, para a Bahia ou se de Itabaiana, também por via terrestre para os trapiches de Larangeiras e destes por via fluvial para Aracaju de onde seria exportado para a Bahia ou para o exterior. Prevalecendo o último caso, obrigatoriamente esse era o percurso devido a inexistência de estradas terrestres ligando Itabaiana-Aracaju. De qualquer modo, independente dos caminhos usados, a Bahia era até 1870, a receptora principal das exportações sergipanas pela impossibilidade da comercialização direta para o exterior.

Segundo Josué Modesto, entre 1870 - 1888, Salvador perdeu relativamente a primazia "enquanto ponto de destino intermediário das exportações sergipanas, ao lado da crescente participação do Rio de Janeiro como mercado consumidor dos produtos sergipanos (...) sem que no entanto o predomínio comercial e financeiro (...) fosse suprimido".⁶² Concordamos no que se relaciona ao açúcar. Quanto ao algodão, supomos a continuidade dos dois fatores, tendo em vista a Bahia necessitar dessa matéria-prima para desenvolver sua indústria Fabril. O quadro se alterou a partir de 1884, quando na Província de Sergipe, se instalou a primeira fábrica de tecidos.

NOTAS

- 1 - ARACAJU, Cepa - O algodão em Sergipe (apogeu e crise). Relato histórico (1590-1975), 1978, p.11.
- 2 - CANABRAVA, Alice P. - A grande propriedade... op.cit.p.213.
- 3 - ANDRADE, Manoel Correia de - A terra e o homem no nordeste, 4.^a ed, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, p.132.
- 4 - CANABRAVA, Alice P. - op.cit.p.213.
- 5 - SOUZA, Marcos Antonio de - op.cit.pp.28,32 e 47.
- 6 - No relatório do Dr. Luis Alves de Penedo Macedo de 04/03/1872, contém um retrospecto sobre a exportação do algodão em rama, pela barra do Rio São Francisco de 1838 à 1850.
- 7 - Relatório do Presidente da Província de 1851, Dr. José Antonio de Oliveira e Silva; Apud, Tavares, Heitor Arlie - O algodão em Sergipe, Ministério da Agricultura, Serviço de Plantas Têxteis, s/d, p.1.
- 8 - ARACAJU. APES - "Informações sobre a vila de Propriá," 28/11/1859 (Ms) - Diversos, pacotilha 852.
- 9 - ARACAJU. APES - informações da Câmara da vila de Simão Dias para o Presidente da Província em 05/01/1860 (Ms). Câmaras Municipais, pacotilha 47.
- 10 - ARACAJU. APES - Circular nº 09; Diretoria Geral do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 07/08/1861 para o Presidente da Província Dr. Thomaz Alves Júnior; (Ms) G₁-1303.
- 11 - Falla com que o Presidente Dr. Joaquim Jacinto de Mendonça abriu a 1.^a sessão da 14.^a legislatura da Assembléia Provincial em 01/03/1862, p.22.
- 12 - ARACAJU, Cepa - O algodão em Sergipe... op.cit.p.35.

- 13- Relatório com que no dia 24/02/1864, o ex-presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, passou a administração ao 2º vice-presidente Comendador Antônio Dias Coelho e Melo, p.43.
- 14- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe em 01/03/1869 pelo presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga, p.65.
- 15- DINIZ, Diana M.^a de Faro Leal - Nota Sobre a História do Algodão em Sergipe, Aracaju, separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1965-1978, nº 27, p.44.
- 16- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe pelo Presidente Ten. Cel. Francisco José Cardoso Júnior em 03/03/1871, p.87.
- 17- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe pelo Presidente Dr. Antônio de Araújo Bulcão em 02/03/1868 : p.25.
- 18- TAVARES, Heitor Arlie, op.cit., anexo 1.
- 19- PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto - História Econômica de Sergipe (1850-1930); Campinas, 1983, mimeografada (tese mestrado; Dep. Economia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP) p.34.
- 20- SOUZA, Marcos Antonio de - op.cit.p.33.
- 21- Francisco Carvalho Lima Junior (1859-1929) nasceu em Itabaiana, seu pai, o reverendo Francisco Antônio de Carvalho nascido em 04/10/1826, apesar de não haver casado, teve com Josefa Maria da Conceição 4 filhos sendo dois homens e duas mulheres. Dentre os homens, um foi Lima Junior. Este foi professor em Itabaiana. Posteriormente, fixou residência na missão de Japarutuba exercendo a mesma função. Além de professor foi um político de idéias progressistas, jornalista, poeta, diretor da Biblioteca Pública e sobretudo historiador. Entre seus trabalhos destacamos: 1) História dos Limites entre Sergipe e Bahia, Aracaju, Imprensa Oficial 1919; 2) Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe (1824 à 1889) In. Rev. do IHCS vol. IV, 1919; 3) Vice-Presidentes de Sergipe publicada no ECHO LIBERAL em agosto de 1878. Além disso, há ainda em ma-

nuscritos, no Arquivo Público do Estado, trabalhos sobre: Os capitães-mores de Sergipe, Companhia de Jesus em Sergipe, etc.

22- No Acervo Sebrão Sobrinho existente no Arquivo Público do Estado, encontramos alguns inventários dos familiares de Lima Júnior:

1 - Cap. Francisco Antonio de Carvalho - 1860 - (avô) inventariante - Maria Francisca de S. José (avó). Entre os herdeiros identificamos os seguintes filhos: Cel. José Antonio de Carvalho Lima, casado com Antonia M.^ª da Conceição que faleceu em 1865; Reverendo Francisco Antonio de Carvalho; Maria Joaquina de Carvalho cc. com o Cap. Casimiro da Silva Melo; Januária Francisca de Carvalho cc. com Joaquim Pereira Souza e João Antonio de Carvalho Lima.

2 - Antonia Maria da Conceição (tia postiça) 1865. Inventariante: - Cel. José Antônio de Carvalho Lima (tio).

3 - Joaquim Pereira Souza (tio postiço) 1868. Inventariante: - Januária Francisca de Carvalho (tia).

4 - Maria Francisca de S. José (avó) 1880. Inventariante: - Rev. Francisco Antonio de Carvalho (pai).

5 - Ten. Cel. José Antônio de Carvalho Lima (tio) 1883 era casado em 2.^{as} núpcias com Maria Antonia a qual foi a inventariante.

6 - Reverendo Francisco Antônio de Carvalho - (pai) 1887.

23- LIMA JUNIOR, Francisco Carvalho... op.cit.pp.131-132.

24- "Receita das Contas e despesas desta Câmara da vila de Itabaiana de 01/10/1837 à 30/09/1838" - APES, Acervo Sebrão Sobrinho, caixa 27.

25- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para os Presidentes da Província em 24/11/1851 Cm₁ 40; em 16/02/1855 Cm₁ 43; em 16/11/1857 Cm₁ 45. (Ms) - APES.

26- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para Dr. José Inácio Barbosa, Presidente da Província em 18/03/1854 (Ms)-Cm₁ 42, APES.

- 27- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para o Presidente da Província em 21/12/1861; Cm₁ 48 (Ms); APES.
- 28- Relatório com que o ex-Presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves passou a administração ao 2º vice-Presidente Comendador Antônio Dias Coelho e Mello em 24/02/1864.
- 29- Ibidem, idem.
- 30- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para o Presidente da Província em 27/12/1866, Cm₁ 54 (Ms), APES.
- 31- Receitas e despesas da Câmara da Vila de Itabaiana. Exercícios Financeiros de 1863 à 1870, Cm₁ 11 e Cm₁ 12 (Ms), APES.
- 32- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para o Presidente da Província em 01/08/1867; Cm₁ 55 (Ms), APES.
- 33- DINIZ, Diana H.^a Leal de Faro - op.cit.p.44.
- 34- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para o presidente da Província de 23/01/1872 e de 13/01/1874; Cm₁ 60 e Cm₁ 62, (Ms), APES.
- 35- Informações da Câmara da vila de Itabaiana para o Presidente da Província em 07/01/1867, Cm₁ 77, (Ms), APES.
- 36- Dados coletados do inventário de D. Maria Antônia da Conceição em 1865; Acervo Sebrão Sobrinho, (Ms), APES.
- 37- Inventário de Joaquim Pereira de Almeida, 1866; Acervo Sebrão Sobrinho, 1866 (Ms), APES.
- 38- Quadros das receitas e despesas da Câmara da vila de Itabaiana. Exercício financeiro 1871-1872, Cm₁ 13 (Ms), APES.
- 39- Reconstituímos, parcialmente, os dados acerca de Francisco Borsone através de ofícios do Governo da Província - C₁-1311, acompanhados de anexos constando relações dos proprietários de moinhos de descaroçar algodão; No setor de Polícia quando o mesmo requereu a autoridade policial licença para venda de um escravo em

1876. Estas informações existem no Arquivo Público do Estado. Quanto aos dados sobre sua vida pessoal foram extraídos do Arquivo do "Forum Deodato Maia" em Maroim. Lá se encontram os inventários de seus sogros: José Joaquim de Lacerda e de D. Mariana Francisca de Lacerda. Ele era natural de Portugal e faleceu em 1875, quando regressava da Bahia, onde fora tratar de negócios relativos à sua loja com seus credores "Pinto e Nobre". Até 1873 manteve sozinho suas atividades comerciais. No último mês daquele ano, constituiu com seu genro João José Fernandes Loureiro "Uma Sociedade de Capital e Indústria sob o nome "Loureiro e Lacerda". Nessa ocasião o seu débito com os credores baianos "Pinto e Nobre" no valor de 16:172\$791rs foi transferido para a nova firma. Ao falecer em 1875, o débito era ainda muito grande: 15:074\$516rs. Três anos depois os credores entraram com uma execução civil comercial. Somados à quantia principal, juros e custos totalizavam - 18:635\$650rs.

Quanto à sogra de Francisco Borsone, faleceu em 02/12/1876. O processo da partilha dos bens deixados pelo sogro não tinha sido concluído. Aquela colocara uma série de óbices. Os herdeiros, em número de sete, dentre eles D. Úrsula Mariana de Lacerda, esposa de Francisco Borsone, entraram com uma ação ordinária, alegando que por ocasião da avaliação D. Mariana sonagara bens e valores. Na realidade, a petição de Borsone, apresentada ao Juiz dos Órfãos, para que procedesse a descrição dos mesmos e consequente avaliação relacionava 33 peças; entre elas, havia um adreço de diamantes, cravado em ouro avaliado em um conto de réis.

Finalmente, um outro processo de 1884, tratava de uma queixa-crime onde Francisco Borsone acusava quatro indivíduos de haverem roubado o seu domicílio em Maroim, aproveitando de sua ausência pois se encontrava no seu engenho Tanque Verde.

40- LIMA JUNIOR, Francisco Carvalho - A propósito da mensagem residencial do General Valladão, Typ do Diário da Manhã, s/d pp. 23 e 24.

41- Relatório com que o Presidente Francisco Cardoso Junior abriu a 20.^a sessão da Assembléa Legislativa Provincial em 03/03/1873, p. 93.

42- Ibidem, idem.

- 43- Registro de passaportes e guias, SP₁ 645, em 23/11/1876 (Ms), APES
- 44- Livro de Notas (escritura de compra e venda de 17/04/1877). Sem catalogação. Arquivo do Forum Deodato Maia, Maruim-Se.
- 45- Informações da Câmara da vila de Itabaiana em 27/12/1866, Cm₁ 54, (Ms), APES.
- 46- Informações da Câmara da vila de Itabaiana em 09/11/1865, Cm₁ 53, (Ms), APES.
- 47- Requerimento do Engenheiro Civil Cel. Firmino Rodrigues Vieira ao Imperador acompanhado de orçamento para um projeto de construção de estradas de ferro em 22/09/1872, (Ms), APES.
- 48- Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por Francisco Pimenta Bueno, Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1881.
- 49- Informações da Câmara, op.cit. Cm₁ 48 (Ms).
- 50- Informações da Câmara, op.cit. Cm₁ 62 (Ms).
- 51- O censo demográfico de 1872 registra: População Geral (176.243); Livres (153.620) e escravos (22.623). Percentualmente estas últimas representam 12,836% da população como um todo. Por outro lado, a prof.^a Maria Luiza Marcílio em seu trabalho intitulado "Evolução da População Brasileira através dos censos até 1872", in Anais de História, Assis, Ano VI, 1974, p.127 registra para o mesmo ano os seguintes números: População Geral (254.643); Livres (204.524) e escravos (30.119). Apesar da divergência dos dados, a percentagem de escravos em relação a população livre é a mesma (12,836).

Já o relatório do Presidente Cypriano de Almeida Sebrão indica 151.120 habitantes para 1872. A razão é que a população de algumas vilas não foi estimada inclusive a de Itabaiana. Entretanto, o número de escravos difere dos dados anteriores. De acordo com as diversas estações da Fazenda Geral existiam matriculados entre 1º de abril até 31 de dezembro de 1872, 31.969 escravos.

- 52- Os estados nordestinos referidos são: Bahia (12%), Pernambuco (11%), Alagoas (10%), Paraíba (6%), Rio Grande do Norte (6%).
- 53- Em 1863, o relatório do Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça, notifica que em 299 engenhos mantes eram utilizados 7.120 braços dos quais 1.484 são livres e 5.636 são escravos. Isto equivale a dizer que cada engenho empregava em média 23 pessoas sendo 18 escravos e 5 livres. Em 1881, o relatório de Pimenta Bueno confirma a preponderância do trabalho escravo sobre o livre. Questionários respondidos por 22 senhores de engenho indicam 650 trabalhadores: 486 são escravos e 146 são livres. Donde se conclui que cada engenho empregava em média 29 pessoas sendo 22 escravos e 7 livres.
- 54- O DESCRITO (periódico crítico e literário) ARACAJU, ano 1. nº 09, 10 de janeiro de 1882 p.2.
- 55- Idem, pg.2.
- 56- Relatório do Presidente Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão Júnior, em 1873.
- 57- Requerimento da Associação Comercial ao Imperador em 1873, pasta 418 (Ms), APES.
- 58- Relatório do Presidente da Província Cyprino d'Almeida Sebrão, em 1873.
- 59- "Quadro estatístico do número de escravos matriculados nas Estações Fiscais da Província de Sergipe" in capítulo "Escravos existentes no Império" - Relatório da Diretoria Geral de Estatística de 1874 e publicado em 1875.
- 60- Relação dos engenhos...doc.cit. G₁-1311, APES.
- 61- Relatório do Presidente da Província Francisco José Cardoso Júnior em 1871.
- 62- PASSOS SEBRINHO, Josué Modesto - op.cit.pp.61-62.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

I- Os censos eleitorais

Os sitiantes, responsáveis por uma economia predominantemente de auto-subsistência, sempre se fizeram presentes na história do Brasil. O espaço dedicado pela historiografia a esta categoria rural é bastante reduzido. Como até 1888 a sociedade brasileira encontrava-se dividida entre senhores e escravos, compreende-se que a maioria dos estudos haja convergido para estas duas categorias.

Neste último capítulo sobre a organização social, focalizaremos dois aspectos: o primeiro diz respeito aos sitiantes onde procuraremos tanto quanto possível avaliá-los socialmente e economicamente. Face à inexistência de dados estatísticos, no século XIX, sobre a estrutura ocupacional, utilizaremos os registros eleitorais da vila de Itabaiana; no segundo apresentaremos um quadro geral da vila na década de oitenta, exatamente até os limites do nosso trabalho 1888, dando assim uma visão do ambiente vivido por todas as categorias sociais, entre elas os sitiantes.

Em 1854₁, a população geral de Sergipe era estimada em 132.640 habitantes: sendo 100.192 livres e 32.448 escravos. Dentro desse quadro, Itabaiana ocupava o quarto lugar entre as vilas mais populosas e o sexto em relação ao número de escravos, ou seja, 6,0% e 4,8% respectivamente. Numericamente correspondiam a 7.879 habitantes: sendo 6.319 livres e 1.560 escravos.

Os censos eleitorais, apesar de tratarem apenas da população masculina e livre e de um certo nível econômico, possibilitam acompanhar a divisão de trabalho, crescimento, declínio de certas ocupações e a aparência de outras antes não alistadas. Infelizmente não podemos compatibilizá-los com o censo demográfico de 1872 porque a paróquia de Itabaiana não o organizou. Também, em virtude de extravios e do estado precário da documentação, somente foi-nos possível analisá-los para o período compreendido entre 1848 a 1875.

Não cabe aqui discutir sobre o sistema eleitoral vigente desde a Independência até a República. Basta-nos dizer que o voto era censitário, tendo em vista que:

"A Constituição de 25 de março de 1824, regulamentada

pelo Decreto de 26 de março do mesmo ano, estabeleceu que podiam ser eleitores, com direito de escolher os deputados e senadores, os cidadãos brasileiros, inclusive naturalizados, com direitos políticos (o que excluía os escravos e as mulheres), excetuando-se os menores de 25 anos (salvo os casados, os oficiais militares maiores de 21 anos, os bacharéis e os clérigos de ordens sacras), os filhos de família vivendo com seus pais, os criados (salvo algumas categorias privilegiadas), os religiosos de ordens claustradas, os libertos, os criminosos pronunciados e as pessoas de renda anual inferior a 200 mil-réis." 2

O processo eleitoral era realizado em dois turnos: a eleição primária, cuja base era a qualificação de votantes que escolhiam os eleitores, e a eleição secundária, para a escolha dos deputados e senadores sufragados pelos eleitores.

Os censos eleitorais contêm os seguintes dados: nome, profissão, estado, simples votante, elegível. A partir de 1873, os rendimentos líquidos anuais, passaram a ser especificados.

Os votantes e eleitores eram distribuídos de acordo com os quarteirões onde residiam, ou então naqueles onde seus domicílios eram mais próximos. O número de quarteirões nunca foi imutável. O aumento, seja por criação de novos e/ou desdobramentos, deve ser interpretado como uma consequência do crescimento demográfico.

A divisão em quarteirões possibilitou-nos estabelecer uma certa distinção entre as zonas urbana e rural. Apesar de podemos perceber feições urbanas se caracterizando devido à maior aglomeração dos moradores e das ocupações nitidamente citadinas ligadas à política, à burocracia, ofícios e profissões liberais, a autarquia do mundo rural era, ainda, acentuadamente forte. Em Itabaiana, o 1º e 2º quarteirões constituíam o mundo urbano propriamente dito, dividido em seis artérias: Rua da Praça, Rua do Comércio, Rua da Vitória, Rua do Sol, Rua das Flores e Rua da Pedreira.

A) O quadro sócio-profissional

Com os censos eleitorais reconstituímos as categorias

sócio-profissionais. Baseamo-nos na classificação de Maria Luíza Mar
cílio, que adotou a distinção de Colin Clark em três setores de ati
vidades: primárias, secundárias e terciárias.

QUADRO I
Distribuição das categorias profissionais conforme os censos eleitorais (1848 - 1875)

<p>I- Atividades Primárias</p> <p>Criadores Feitores Lavradores Proprietários Vaqueiros</p>	<p>B) <u>Igreja</u></p> <p>Clérigos Sacerdotes Sacristãos Vigários</p>
<p>II- Atividades Secundárias</p> <p>Alambiqueiros Alfaiates Caldeireiros Carpinas Charuteiros Ferreiros Fogueteiros Funileiros Marceneiros Mestres de açúcar Oleiros Ourives Padeiros Pedreiros Pintores Purgadores Sapateiros Seleiros</p>	<p>C) <u>Administração Civil</u></p> <p>Agentes do Correio Avaliadores Carcereiros Coletores Delegados Escrivães Escrivães de Paz Escrivães dos Órfãos</p> <p>D) <u>Empregados Públicos</u></p> <p>Instrutores Juizes de Direito Juizes de Paz Juizes Municipais Oficiais de Justiça Procuradores Professores Promotores Solicitadores</p>
<p>III- Atividades Terciárias</p> <p>A) <u>Profissões Liberais</u></p> <p>Advogados Escritores Médicos Tabeliães</p>	<p>E) <u>Comércio</u></p> <p>Negociantes</p> <p>F) <u>Outros Serviços</u></p> <p>Caixeiros</p> <p>G) <u>Sem Profissão</u></p> <p>Estudantes₄</p>

Fonte de dados brutos: (APES) Acervo Geral, Lista de qualificação de eleitores da vila de Itabaiana (1848 - 1875).

Sobre o quadro sócio-profissional, destacamos estes aspectos:

1º-Distribuímos as categorias sem os dados numéricos, porque nosso objetivo foi apenas recenseá-las entre os anos de 1848 a 1875.

2º-As 51 categorias representam somente a população livre masculina com idade superior a 25 anos.

3º-Independente da oscilação numérica dos qualificados, as profissões de lavrador, proprietário, alfaiate, carpina, ferreiro, fogueteiro, ourives, sapateiro, advogado, sacerdote, escrivão e negociante foram constantes todos os anos. Em contrapartida, alambiqueiro, caldeireiro, feitor e mestre de açúcar, desapareceram completamente depois de 1854. Partindo do princípio de que estão relacionadas as lides açucareiras, pode-se supor como causa de seu desaparecimento a extinção dos engenhos. Isto não aconteceu. Atribuimos então (como motivo) ao nível de renda.

4º-Entre as permanentes e as definitivamente extintas, encontram-se aquelas profissões que, por longos e breves intervalos, não participaram das listagens. Nesta categoria enquadram-se: criador, charuteiro, seleiro, vaqueiro, contador, médico, tabelião, clérigo, sacristão, agente do correio, avaliador, carcereiro, coletor, escrivão, instrutor, juiz, oficial de justiça, procurador, promotor, solicitador, caixeiro e estudante. A exclusão não se deve à renda. Por exemplo, no quadro 5, referente à distribuição dos rendimentos médios para os anos de 1873, 1874 e 1875, confirmamos nossa opinião. Ao nosso ver, dois seriam os fatores: a) as juntas reuniam-se a cada ano, podendo alterar toda a lista anterior; b) a parcialidade da mesa dirigente dos trabalhos, dependendo dos interesses políticos podia desqualificar o votante independente da renda.

5º-Apesar de o número de profissões vinculado aos setores secundário e terciário ser bem representativo, o predomínio recai nas atividades primárias. Em todos os anos recenseados, a presença dos lavradores foi maciça. Não porque demograficamente fossem a maioria, e sim por obterem rendimentos líquidos anuais iguais ou superiores a duzentos mil réis (200.000). Percentualmente, sempre estiveram na faixa dos 95,0% em relação aos qualificados.

B) As classes de rendas

A partir dos rendimentos declarados pelas profissões , nos anos de 1873, 1874 e 1875 (quadros 2,3,4) obtivemos os rendimentos médios anuais (vide quadro 5). A propósito, alertamos: vinte e uma entre as cinquenta e uma categorias não foram relacionadas porque só após 1873 os rendimentos passaram a ser declarados. Nessa ocasião, algumas profissões já haviam desaparecido e outras não foram incluídas.

QUADRO Nº 02

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS, POR PROFISSÕES - 1873

PROFISSÕES	Netotal	200	250	300	350	400	450	500	600	700	800	1000	2000
Advogados	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Alfaiates	16	7	-	1	-	-	-	-	6	2	-	-	-
Carpinas	14	10	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-
Coletores	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Escrivães	4	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-
Ferreiras	7	4	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
Fogueteiros	3	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Funileiros	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juiz de Paz	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Juiz de Direito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Juiz Municipal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
Lavradores	1866	925	515	251	90	31	-	-	54	-	-	-	-
Médicos	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Negociantes	44	2	1	1	1	1	1	-	38	-	-	-	-
Ourives	5	1	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-
Pintores	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Promotores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Proprietários	8	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	4
Sacerdotes	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Solicitadores	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Sapateiros	15	7	2	2	-	-	-	1	3	-	-	-	-
Vaqueiros	5	1	1	1	-	-	-	-	2	-	-	-	-
TOTAL	1998	958	522	259	91	35	1	1	117	2	5	1	6

Fonte de dados brutos: - APES, Acervo Geral; Qualificação de votantes da vila de Itabaiana, 1873.

QUADRO Nº 03

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS, POR PROFISSÕES-1874

PROFISSÕES	No Total	200	250	300	350	400	450	500	600	650	700	800	1000	2000	3000
Advogados	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Alfaiates	17	1	-	-	5	5	-	-	6	-	-	-	-	-	-
Artistas	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Carpineiros	11	2	3	-	-	5	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Coletores	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Empregado Público	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Escrivães	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Escrivão dos Órfãos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Escrivão de Paz	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-
Ferreiros	9	-	2	1	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fogosteiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Juiz de Direito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juiz Municipal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Lavradores	1868	602	768	330	84	38	21	21	34	3	3	3	-	-	-
Médicos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Negociantes	43	-	-	-	-	-	-	-	25	9	9	-	-	-	-
Curives	5	-	-	-	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Yadeiros	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedreiros	3	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-
Tintores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proprietários	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-
Professores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Sacerdotes	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapateiros	14	1	-	-	1	8	-	4	-	-	-	-	-	-	-
Solicitadores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Vaqueiros	5	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2003	607	774	334	94	62	1	8	74	14	14	13	13	-	1

Fontes de dados brutos: Apes, Acervo Geral - Qualificação de votantes da vila de Irapuana - 1874.

QUADRO Nº 04

DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DECLARADOS, POR PROFISSÕES - 1875.

PROFISSÕES	Nº Total	200	250	300	350	400	450	500	600	700	800	900	1000	1200	1500	2000	3000
Advogados	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Alfaiates	6	2	-	-	3	-	4	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Artistas	4	-	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpinas	15	4	3	-	-	6	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregados Públicos	4	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Escritor	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Escrivães	4	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-
Ferreiros	7	-	3	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fogueiteiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juiz de Direito	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Juiz Municipal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Lavradores	1859	830	641	235	73	42	-	-	38	-	-	-	-	-	1	-	-
Médicos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Negociantes	47	2	-	-	1	2	-	2	29	4	3	-	-	-	-	-	-
Ourives	5	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Padeiros	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedreiros	4	-	-	-	-	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Promotores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Proprietários	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	-	-	-
Professor Público	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Sapateiros	14	-	-	-	-	1	7	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seleiros	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Solicitadores	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Vigários	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL	1994	842	647	237	79	54	15	13	61	5	12	1	4	1	1	1	1

QUADRO Nº 5
 RENDIMENTOS MÉDIOS ANUAIS (em mil-réis)

	1873	1874	1875
Advogados	600	800	800
Alfaiates	420	445	460
Artistas	-	600	525
Carpinas	260	340	336
Coletores	600	800	-
Escrivães	700	800	725
Escritores	-	-	700
Escrivães dos Órfãos	-	800	-
Escrivães de Paz	-	1000	-
Ferreiros	320	340	300
Fogueteiros	365	200	200
Funileiros	300	-	-
Juízes de Paz	2000	-	-
Juízes de Direito	2000	3000	3000
Juízes Municipais	1000	1000	1500
Lavradores	250	260	250
Médicos	600	1000	1000
Negociantes	556	640	595
Ourives	360	460	500
Padeiros	-	500	500
Pedreiros	-	540	500
Pintores	600	700	-
Professores	-	700	800
Promotores	800	-	1000
Proprietários	1325	1000	1065
Seleiros	-	-	350
Solicitadores	400	800	800
Sapateiros	320	410	403
Vaqueiros	390	310	-
Vigários	-	-	2000

Fonte de dados brutos: (APES) Acervo Geral- Listas de qualificação
 de votantes da vila de Itabaiana, anos de
 1873, 1874 e 1875.

O segundo passo foi agrupá-las de acordo com as classes de rendas. Os resultados são os que se seguem:

- a) Baixas (200 a 500 mil réis)- lavrador, alfaiate, carpina, ferreiro, fogueteiro, funileiro, ourives, padeiro e pedreiro.
- b) Médias (501 a 1000 mil réis)- advogado, artista, coletor, escrivão, escritor, juiz municipal, médico, professor, pintor, solicitador, promotor, negociante e sacerdote.
- c) Altas (1001 a 3000 mil réis)- juiz de direito, juiz de paz, proprietário e vigário.

As três faixas de rendas possibilitam determinar, muito precariamente, quem eram os pobres, os remediados e os ricos da vila de Itabaiana. Dissemos precariamente porque, entre outras coisas, precisaríamos saber qual o poder de compra dos indivíduos com rendas monetárias discriminadas nas três classes.

Entre as profissões com rendimentos mais baixos está a dos lavradores. Classificá-los como pobres seria apressado, vez que, muitas de suas despesas não foram enfrentadas com a renda monetária. Caso contrário, não teriam tido possibilidades de criar dentro de suas propriedades sua própria subsistência. A sobrevivência do lavrador era mais fácil, pois compensava seus custos alimentares recorrendo à economia de auto-suficiência. Em contrapartida, aqueles que não tinham terra e viviam apenas de um ofício, as dificuldades sempre foram maiores.

Um aspecto particularmente interessante é que na categoria dos lavradores, houve um grupo pequeno, equivalente a 3,0% , com rendas monetárias anuais entre 600 a 800 mil réis. Este grupo equipara-se a algumas categorias (advogados, artistas, coletores, escrivães dos órfãos, pintores, professores, etc.) com classes de rendas médias. Conseqüentemente, em sentido total, quem eram os lavrado

res? E o que representava, socialmente e economicamente o grupo dos 3,0%?

2- Os Lavradores

A atividade de "lavrador, sem a especificação do tipo de lavoura, é a designação mais empregada e, com o correr do tempo, a que se vai generalizando nas listas posteriores a 1850".⁶

Em 1854, dos 1.766 qualificados, 1656 são lavradores, equivalendo a 94,0%. Os proprietários são 1,1% e os vaqueiros 0,1%. Quer dizer, as atividades primárias representam 95,2%. Dos 4,8% restantes; 2,3% são para as atividades secundárias e 2,5% para as terciárias.

QUADRO 06

% DOS LAVRADORES EM 1854

ATIVIDADES	Nº DE QUALIFICADOS	%
1 - Primárias		
Lavradores	1656	94,0
Proprietários	20	1,1
Vaqueiros	3	0,1
	<u>1679</u>	<u>5,2</u>
2 - Secundárias		
Alfaiates	15	0,7
Carpinas	7	0,3
Ferreiros	5	0,3
Fogueteiros	1	0,1
Ourives	5	0,3
Pedreiros	1	0,1
Sapateiros	10	0,5
	<u>44</u>	<u>2,3</u>
3 - Terciárias		
a) Profissões Liberais		
Advogados	1	0,1
b) Igreja		
Sacerdotes	4	0,2
c) Administração civil		
Avaliadores	1	0,1
Carcereiros	3	0,2
Escrivães	3	0,2
Empregados Públicos	1	0,1
d) Comércio		
Negociantes	30	1,6
	<u>43</u>	<u>2,5</u>
T O T A L	1.766	100,0

Fonte de dados brutos - Luta de qualificação de eleitores da vila de Ita-
baiana, 1854, Atervo Geral, APES.

Vinte anos depois, ou seja 1874, a predominância dos lavradores é a mesma.

QUADRO 07

% DOS LAVRADORES EM 1874

ATIVIDADES	Nº DE QUALIFICADOS	%
1 - Primárias		
Lavradores	1.868	93,1
Proprietários	8	0,4
Vaqueiros	5	0,2
	1.881	93,7
2 - Secundárias		
Alfaiates	17	0,8
Artistas	2	0,1
Carpinas	11	0,5
Ferreiros	9	0,4
Fogueteiros	1	0,1
Ourives	5	0,2
Padeiros	1	0,1
Pedreiros	3	0,1
Pintores	1	0,1
Sapateiros	14	0,6
	64	3,0
3 - Terciárias		
a) Profissões Liberais		
Advogados	2	0,1
Médicos	1	0,1
b) Igreja		
Sacerdotes	2	0,1
c) Administração Civil		
Coletores	1	0,1
Empregado Público	2	0,1
Escrivões	1	0,1
Escrivão dos Órfãos	1	0,1
Escrivão de Paz	1	0,1
Juiz de Direito	1	0,1
Juiz Municipal	1	0,1
Professores Públicos	1	0,1
Solicitadores	1	0,1
d) Comércio		
Negociantes	43	3,3
T O T A L	2.003	100,0

Comparando-se os dois quadros, notamos o seguinte: a percentagem dos lavradores é quase a mesma, passando de 94,0% para 93,1% (os proprietários, não). São, agora, menos da metade, passando de 1,1% para 0,4%. Atribuimos a dois principais fatores: primeiro, a redução do número de engenhos, em 1854, são 36; em 1875, são 16 e em 1881, ano para o qual não temos a lista de eleitores, são apenas 14; segundo, a atração pela facilidade do cultivo do algodão, e o alto preço de que gozou devido a causas excepcionais, fizeram alguns senhores de engenhos abandonar o plantio da cana-de-açúcar. A mudança implicou também na conversão do título de senhor de engenho para lavrador. Por exemplo; Antônio Carneiro de Meneses (Engenho Morcego) e Ezequiel Profeta Carneiro (Engenho Carão) estão com essa denominação entre os elegíveis do ano de 1874.

Quanto às atividades secundárias, sobem relativamente de 2,3% para 3,0%, porém o aumento significativo ficou com o setor terciário, passando de 2,5% para 3,3%. Uma demonstração de que a vida urbana, muito lentamente, vem crescendo e se modificando.

Com relação às diversas categorias profissionais, os lavradores, em termos de rendimentos médios anuais, têm um poder aquisitivo dos mais baixos. Em se tratando dos rendimentos individuais, podemos classificá-los assim:

- a) Lavradores ricos (800 a 600 mil réis anuais)
- b) Lavradores médios (450 a 200 mil réis anuais)
- c) Lavradores pobres - aqueles cujas rendas, sendo inferiores a duzentos mil réis anuais, não participam do processo eleitoral. Comprovando nosso argumento, apresentamos no quadro 8 a percentagem dos lavradores em relação ao número geral dos qualificados e suas respectivas rendas individuais.

QUADRO 08
% DOS LAVRADORES DEDUZIDAS DO N° GERAL DE CLASSIFICADOS,
SEGUINDO AS RENTAS INDIVIDUAIS

1873

Nº Geral de Qualificados	Lavradores	Renda Indiv.	%
958	925	200\$000 rs	49,5
522	515	250\$000 rs	27,6
259	90	300\$000 rs	13,5
91	91	350\$000 rs	4,8
35	31	400\$000 rs	1,6
-	-	450\$000 rs	-
-	-	500\$000 rs	-
117	54	600\$000 rs	3,0
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
	1.866		100,0

1874

Nº Geral de Qualificados	Lavradores	Renda Indiv.	%
607	602	200\$000rs	32,2
774	768	250\$000rs	41,1
334	330	300\$000rs	17,6
94	84	350\$000rs	4,5
62	33	400\$000rs	2,0
1	1	450\$000rs	0,1
-	-	-	-
73	34	500\$000rs	2,0
14	5	650\$000rs	0,3
14	3	700\$000rs	0,1
7	3	800\$000rs	0,1
	1.868		100,0

1875

Nº Geral de Qualificados	Lavradores	Renda Indiv.	%
842	830	200\$000 rs	44,6
647	641	250\$000 rs	34,5
237	235	300\$000 rs	12,6
79	73	350\$000 rs	4,0
54	42	400\$000 rs	2,3
-	-	-	-
-	-	-	-
81	38	600\$000 rs	2,0
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
	1.859		100,0

Fontes de dados brutos para os três anos - Listas de qualificação de volantes...

APES, Acervo Geral.

A - Fazendeiros

Não temos qualquer dúvida em afirmar: que os possuidores com rendas individuais entre 800 a 600 mil reis, por ano eram, fazendeiros. A dificuldade reside em saber qual era a atividade básica: lavoura ou pecuária.

Poderão nos questionar porque classificamos estes indivíduos como fazendeiros. Chamamos atenção para os seguintes aspectos. Individualmente, cada pessoa considerada por nós como fazendeiros declarou rendas que oscilavam entre 800\$000 a 600\$000rs. Se dividirmos esta quantia por doze meses, os rendimentos médios mensais estarão numa faixa entre 66 a 50 mil reis. Como se explica que com estas rendas pudesse possuir escravos e, mais ainda, instalar máquinas de descaroçar algodão à vapor? Como explicar o fato de possuir escravos, cujo preço equivalia e até mesmo superava a sua própria renda anual?

Dos três anos com rendas especificadas, optamos por 1874, em virtude de as classes serem variadas. Dos quarenta e cinco lavradores, doze possuíam máquinas de descaroçar e enfardar algodão enquanto quatro eram cultivadores da malvacea.⁸

1 - Antonio Carneiro de Meneses	800\$000rs
2 - Joaquim do Prado Leite Sampaio	"
3 - Casimiro da Silva Neto (Melo)	700\$000rs
4 - José Antônio de Carvalho Lima	"
5 - José Francisco de Mendonça	650\$000rs
6 - Alexandre José de Carvalho	600\$000rs
7 - Antonio Diniz de Souza Bastos	"
8 - José Correia de Brito	"
9 - Manuel Antonio de Góis	"
10- Pedro Barbosa de Jesus	"
11- Roque de Souza Barreto	"
12- Vicente Ferreira Leite Sampaio	"

Desta relação dois merecem destaque: Antonio Carneiro de Meneses⁹ foi um daqueles proprietários, dono do engenho Morcêgo, que no auge da cultura do algodão mudou suas atividades; o outro, Casimiro da Silva Melo¹⁰ era simultaneamente lavrador e negociante. Qualificado em todas as listas como elegível, contudo alternando a indi-

cação de suas atividades.

Entre os não beneficiadores do algodão, encontram-se: Alexandre José de Carvalho renda de 600\$000rs. Desde 1873, qualificava-se como lavrador. Entretanto em 1875, na relação publicada pelo Governo da Província sobre os senhores de engenhos, consta como proprietário do engenho Candeias. Desconhecemos quando o adquiriu. O segundo, Ezequiel Profeta Carneiro declarou em 1856, ser proprietário do engenho Carão, sua renda é de 600\$000 mil reis. Nessa categoria qualificou-se como elegível. Em 1871, figurou como negociante e três anos depois como lavrador. Tudo faz crer que aplicou o dinheiro da venda na nova profissão sem abandonar as atividades agrícolas. O terceiro, Simeão de Souza Monteiro tinha renda de 650\$000 mil reis. Era um fazendeiro plantador de algodão. Sabemos, através do inventário de um negociante de Laranjeiras, de nome José da Cunha Marques.¹¹ Em janeiro de 1866 vendeu a este, 205 arrobas de algodão em caroço no valor de 521\$072rs. Meses depois o negociante faleceu. Durante a inventariação Simeão Monteiro, por meio de uma petição solicitou a família do inventariado o ressarcimento da dívida. Por último, Theotônio Manuel de Mesquita tinha renda de 600\$000 mil reis. Seu caso é similar ao anterior. Também foi credor de José da Cunha Marques. Vendeu 210 arrobas de algodão sendo: 182 do tipo crioulo e 28 do tipo herbáceo. Tudo importou em 758\$400rs. Para receber esta quantia, procedeu da mesma forma que Simeão Monteiro.

Em resumo: dos quarenta e cinco lavradores, dezesseis foram identificados como fazendeiros dedicados à lavoura, principalmente do algodão. Quanto aos outros vinte e nove não o sabemos, porém os descobrimos a partir do seguinte processo: usamos o livro de Registro de Terras de 1856 vez que tínhamos o nome e a renda de cada um deles. Além de todos terem sido encontrados,¹² fica devidamente comprovado que "posse", "quinhão", "sorte" e "porção" eram terras de fazenda, pelo menos para esse grupo de lavradores qualificados. Estes, do ponto de vista da sociedade rural, constituíam uma camada intermediária entre os senhores de engenhos e os sitiantes. Do ponto de vista econômico, alguns viviam da exploração e comercialização de produtos vinculados à grande lavoura.

B - Sitiantes

Partindo do princípio de que todos os lavradores com rendas anuais entre 800 e 600 mil reis eram fazendeiros, todos os

demais com rendas entre 450 e 200 mil reis eram sitiadas. Por seu turno, as tabelas do quadro 08⁵ revelam que a maioria deles estava incorporado à última faixa de renda. Logicamente, outros com rendimentos inferiores existiam.

B.1 -- De que viviam?

Basicamente da lavoura de subsistência, aqui entendida como aquela realizada na unidade produtiva cujo baixo volume de produção, atende em sua maior percentagem ao consumo do produtor; e a parte sobrando destina-se à comercialização independente do caráter do mercado, se interno ou externo.

As informações da Câmara no período estudado (1850 - 1888) são precárias e exageradamente sintéticas. Apenas uma, do ano de 1861, além de apresentar um quadro geral pessimista da agricultura, indústria e comércio responde, no quarto parágrafo nossa indicação. Revela, de modo especial, que a pequena lavoura não só era responsável pelo abastecimento alimentar da cidade e do próprio meio rural mas também seu excedente era comercializado noutros mercados da Província, principalmente nas feiras de Laranjeiras e Maróim.

Eis a descrição da Câmara:

"Este município, por ventura o maior da Província de Sergipe, é seguramente também um dos mais pobres, formado de terrenos de catinga, e naturalmente pouco férteis, não pode oferecer a agricultura bellos atractivos e abundantes colheitas; a sua agricultura é infeliz, pequena e pouco vantajosa, não sabemos se por falta d'algum poderoso auxiliar, que, descobrindo a propriedade e especialidade da terra, assegure aos agricultores uma segurança de remuneração aos seus trabalhos.

A canna (...) é neste município cultivada em pequena escala pela improriedade dos terrenos, e à prova d'um ou outro engenho edificado n'elle bem nollo demonstra; a excepção do districto de S. Rosa, ou da Cotinguiba, cujos terrenos ainda são de massapê, tudo mais é desfavoravel a este ramo de cultura. Com mais vantagem se cultiva porém o algodão e os legumes de

caroço.

.....
 Os legumes como sejam o feijão, o milho, e a mandioca fazem a primeira ocupação dos lavradores do termo, e d'elles é que tirão muitos a sua subsistência, (grifo é nosso) pois as mais das vezes é daqui que se abastecem muitos mercados da Província.

A baunilha produa maravilhosamente e sem alguma cultura (...) O arroz também se cultiva; mas em pequena escalla.

.....
 É a lavoura a ocupação primeira dos seus habitantes, pois que qualquer outra industria desde o commercio até a industria fabril é por demais acanhada, que não merece a menor menção.

O nº dos habitantes é assaz crescendo, e talvez o maior do que e de qualquer da Província, à falta de trabalho não deixa de ser sensível, pois que muitas vezes o vão procurar em Larangeiras, Maroim e municípios outros conjunctos ou próximos¹³

Procurando suprir as lacunas das informações da Câmara, utilizamos outro tipo de documentação: os inventários. Estes "representam todo o esforço de uma vida de trabalho" do inventariado.

Para o cultivo de suas pequenas lavouras, regra geral os sitiante empregavam mão-de-obra familiar, na vila de Itabaiana, desde o século XVIII, alguns deles utilizaram-se de escravos, fato constatado através dos bens arrolados nos inventários. Este dado, repetiu-se na 1.^a e 2.^a metade do século XIX.

Como sitiante, mesmo o mais abastado, teria conseguido adquirir escravos se estes, sempre foram mais valorizados do que bois e terras? Os engenhos e fazendas da vila de Itabaiana, passaram sucessivamente por diferentes mãos, principalmente herdeiros, resultando, com o passar do tempo, na fragmentação da terra em pequenas áreas que são os sítios. Seja por doação, ainda em vida ou por pagamento da parte dos herdeiros, até que se possa provar o contrário, afirmamos que os sitiante obtiveram escravos através de heranças.

Além de se dedicarem ao plantio do feijão, milho, mandioca, verduras e hortaliças, havia os pomares na frente e fundos das casas que lhes forneciam diversos tipos de frutas (bananas, laranjas, mangas, jacas, mamões, abacaxis, etc.) e as malhadas (isoladas por cercas) contendo poucos gados graúdos (vacas leiteiras, um ou dois sendeiros, burregos) e criações miúdas (ovelhas parideiras, cabras leiteiras e suínos).

Os instrumentos utilizados eram essencialmente rudimentares. Desconheciam, pelo menos até 1871, o arado sendo largamente usados, o machado, a foice e a enxada.

Muitos sitiantes possuíam casas de farinha. Depreendemos pelos bens arrolados nos inventários¹⁴ de José de Andrade e Moura, em 1844, em que constam: uma roda de sevar mandioca com seus pertences, (10\$000rs) e uma prensa para massa (6\$000rs); Jacintha Maria do Espírito Santo, em 1846, são relacionadas: uma roda de sevar mandioca (1\$000rs) e uma prensa de espremer massa (5\$000rs); João Carlos de Rezende, em 1849 idem: uma roda de sevar mandioca (6\$000rs), uma prensa (2\$500rs); Manuel da Silva Melo, em 1868 tinha uma roda e prensa de casa de farinhas avaliadas em 16\$000rs e Joaquim Alves Texeira, em 1885, possuía: uma prensa (8\$000rs) e um coxo para massa avaliado em 3\$000rs.

As práticas em uso hoje, principalmente entre os nordestinos, para o cultivo e preparação da mandioca em nada diferem daquelas conhecidas pelos sergipanos de qualquer lugar da Província do século XIX. Por isso vale a pena reconstituí-las, através das informações de D. Marcos Antonio de Souza¹⁵ ao se reportar à villa de S. Luzia do Piauí, em 1808; local onde mais se cultivava a mandioca

"Aqui são conhecidas muitas variedades d'esta planta: olho roxo, saracura, milagrosa, branquinha, mulatinha mangue, matanegro, monica, santa ignez, s. pedro, alagôa, catharina e itapicurú. O methodo (...) consiste em derrubar as matas em novembro e dezembro ou janeiro e largar fogo depois de um mês; roçar e coivarar em fevereiro ou março as capoeiras que são pequenas matas.

Queimada a folhagem e os ramos mais finos, restam ainda espalhados pela roça os grandes lenhos ou

troncos das árvores cortados pelo ferro derrubador. De novo tornam a cortar com machados os grossos madeiros, que ficam dispersos; com facões deidem os páos que tem meio palmo de diametro e fazem achas do comprimento de dez palmos (...); o que chamam coivaras, tornam a pôr fogo, que reduz a carvão e cinza tantas madeiras, as vezes preciosas.

(...) preparada a terra cortam vergontes do arbusto da mandioca do comprimento de um palmo até dous e fincam nas covas algum tanto deitadas (...); começam a plantar desde julho até setembro e algumas vezes em janeiro ou março.

Passado um anno ou dezcoito mezes, (...) arrancam a raiz, que descascada, é ralada em uma roda movida por um negro ou por um cavallo, a qual chamam bo-ladeira. Junta a massa em um côcho ou gamella comprida, que fica por baixo da roda, é lavada e depois apurada e exprimida em uns tapitis feitos de canabrava ou em uma prensa, donde é levada ao forno para cozer-se e torrar-se em fogo brando e depois de cozida é depositada em tulhas para venderem ou embarcarem por sua conta!

Do ponto de vista das áreas destinadas para as lavouras em geral, inclusive a de subsistência vemos que historicamente, sofreram alterações como decorrência da redução da área da vila de Itabaiana. Em 1820, estavam reservadas "treze léguas da beira das mattas para dentro para a criação, e daí para o centro das mesmas mattas para a plantação de lavouras"¹⁶ Em 1883, o Governo da Província, aprovando posturas daquela Câmara, estabelece somente plantações em aberto nos terrenos que ficam até meia légua da caatinga de criar gados. Principiava da "Serra Grande de Itabaiana às Serras do Quizongo, Alecrim e Capunga, a entrar na estrada geral, que serve de divisão acima até a estrada do Ouricury do lugar Gravata; d'ahí, rumo direito, a passagem do riacho Cajueiro, adiante do Sacco do Ribeiro; d'este ao Tanque do Brejo; d'ahí a Lagoa do Vigário; desta ao Serrote do Kágado e pico da Serra do Sobrado; desta a passagem de Jacoca, na estrada que vai para o Junco. riacho abaixo até metter no Vasa-Barris, por este rio abaixo a confrontar com a Serra da Ribeira; desta, rumo direito, ao rio Poxim, na estrada que vai desta vila para a cidade de S. Cristovão; d'ahí rumo direito a

ponta da Serra Comprida; pela cordilheira desta a confrontar com a Serra de Itabaiana, no lugar denominado Terra-Preta, na estrada que segue desta vila à cidade de Larangeiras à encontrar o lugar onde principiou a demarcação."¹⁷

B₂ - Como viviam?

Os sitiantes não eram ricos mas viviam folgadoamente com sua família em casa de taipas, rebocadas com cal e cobertas de telhas. A família,¹⁸ geralmente numerosa, variava entre 8 a 10 pessoas compreendendo a esposa e filhos; e alguns escravos. A maioria possuía apenas a casa térrea de parede de mão, tendo ao lado ou cercadas das diversas benfeitorias entre elas o pomar e a malhada. Outros tinham outra morada na vila. A propósito, concordamos com a professora Kátia Mattoso quando escreve: "para dizer a verdade, a distinção permanece difícil numa época em que os jardins eram ainda bastante numerosos na cidade e onde era impossível, saber onde começava a cidade e onde começava o campo".¹⁹

Outros possuíam terras em locais próximos ou distantes dos sítios, destinadas à roças. Entre os semoventes, todos, sem exceção, tinham animais, fossem cavalos, burros e os equipamentos necessários como selas e cangalhas. Serviam para o próprio deslocamento e para o transporte de mercadorias. Com especialidade, os burros, numa época em que os péssimos caminhos dificultavam sobremodo os acessos rápidos à vila. Os escravos, independente da forma como foram adquiridos, compuseram a força de trabalho de alguns sitiantes.

Internamente, as casas eram dotadas de poucos móveis e de poucos objetos de adorno ou seja "nenhum desses mil e um objetos de ornamentos ou utilidade que em nossos dias poem uma nota de beleza ou bem-estar nas habitações mais humildes".²⁰ Em suma, eram simples e extremamente necessários. Apesar de primarem pela simplicidade, percebemos que a maioria dos sitiantes possuía mobiliário na casa da roça ou do sítio superiores em qualidade e quantidade aos da sua outra casa da vila. O menor conforto desta, explica-se pelo fato de eles usarem a casa da cidade algumas vezes no ano, ou seja, quando iam a negócio, à feira ou para assistirem às festas civis e religiosas.

Entre os objetos da casa do sítio ou da casa da vila figuram: camas grandes e pequenas, catres de armação, caixas com ou

sem fechaduras, arcaas de cedro e baús servindo de armários; mesas grandes e pequenas de cedro e de arapiraca, naturalmente para as refeições; bancas com duas gavetas, bancos com e sem encostos, cadeiras simples, cadeiras de solas, cadeiras em cores róseas, caixinhas de pinho para guardar jóias ou apetrechos de costuras das mulheres, gamelas de banho e pilões.

Os objetos de ouro e prata são bastante relacionados nos inventários dos sitiantes, dos fazendeiros e dos proprietários. O gosto por essas coisas, explica muito bem a presença dos dez ourives nas listas de qualificação de votantes. As jóias, além de serem objetos de adornos tanto masculinos quanto femininos, eram certamente uma forma de entesouramento, como exemplo de sitiantes temos: a inventariada Antonia Francisca de Jesus, moradora no sítio Caraíba e possuidora de uma casa na vila, deixou em 1844 entre os objetos de ouro e prata, uma redoma com duas varas de cordão de ouro de 14 oitavas no valor de 35\$840rs, um par de brinco de 11\$500rs, dois cordões de ouro de 10\$240rs, três colheres de prata de 5\$040rs e um par de esporas de 7\$040rs. Em 1852 quando do término do inventário de Maria Victória da Graça, moradora no sítio Joana D'are e falecida sem testamento em 27/03/1849, foram partilhados entre o viúvo Gonçalo Pinto Lobão e seus dez filhos o sítio, uma morada de casa na vila, vários móveis, 18 ovelhas parideiras, 8 burregos, uma cabra leiteira, um cavalo de estribaria, duas vacas, quatro escravos, um oratório e mais 9 colheres de prata (25\$600rs), 5 garfos de prata (16\$400rs), um anel de prata (8\$400rs), um par de esporas de prata (31\$200rs). Em 1868, Maria Francisca de Almeida, moradora no sítio Flexas deixou, entre outros bens, um crucifixo de ouro (70\$400rs), um cordão fino de ouro (13\$300rs), um outro fino, quebrado (7\$500rs), um anelão (3\$000rs), um anel de pedra (2\$000rs) um coração de ouro (2\$500rs) e 6 colheres de prata (11\$360rs).

Outros casos poderiam ser citados. Esses porém são suficientes para confirmar o uso da prata em utensílios domésticos e de montaria, de ouro e da prata em forma de jóias. Por falar nelas, até hoje os itabaianenses se dedicam a ouriversaria, entretendo um largo comércio dentro e fora do município tendo alguns ourives lojas filiais na cidade de Aracaju.

Quanto aos objetos de ferro e cobre se constituíam dos diversos instrumentos de trabalho, usados largamente como sejam: ma-

-chados, foices, enxadas, rodas de sevar mandiocas, malhos, barras e taxas de cobre.

No que tange ao vestuário, não pudemos perceber o tipo e a qualidade do mesmo. Nada foi mencionado. Apenas o inventário de Manuel da Silva Melo, de 1868, registrou "um chapéu de sol português velho, avaliado em um mil reis"

Quanto às dívidas ativas, os inventários que a elas se reportam não deixam bem claro como as transações foram feitas. Por exemplo, no inventário de Maria Victória da Graça consta uma dívida de 85\$000mil reis (1852) e o de Maria Francisca de Almeida de 1868, mencionou que devia ao Cap. Antônio Manuel da Costa 14\$420rs.

Finalmente, o comportamento religioso. É indicado pela frequência dos oratórios em todos os inventários²¹ contendo o valor deles, quantidade e nome das imagens. De menor valor foi do inventariado José de Andrade Moura, em 1848, com uma imagem de N.S. da Conceição; o de maior valor foi do inventário de Maria José Pinheiro, em 1886, no valor de 60\$000rs.

Como o nome das imagens se repetem nos inventários, fizemos uma relação geral. Ei-los: Santa Ana, Santo Antonio, São Gonçalo, S.Miguel, Senhor do Bomfim, S.José, S.Francisco, Nossa Senhora da Conceição, Senhor Bom Jesus de Bossas e N.S.da Boa Hora.

3 - A década de oitenta na vila de Itabaiana

Passaremos em revista aspectos gerais da vila de Itabaiana, utilizaremos, basicamente Posturas e Resoluções da década de oitenta, especialmente até 1888, baliza final dessa dissertação.

"Somente nas localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila concedida por ato régio, podiam instalar-se as Câmaras Municipais".²² Assim, a instalação desse órgão em Itabaiana, foi uma decorrência da sua elevação à categoria de vila em 1698.

Antes da existência da Lei de organização municipal de 1º de outubro de 1828, as Câmaras, não obstante subordinadas ao Governo Central, eram independentes em suas atribuições. Acerca do comportamento das Câmaras municipais sergipanas, no século XVIII, Felisbello Freire diz que "um certo espírito liberal presidia suas prerrogativas. (...) seus membros e todos os oficiais eram delegados do povo, porque eles emanavam de eleição popular".²³

O espírito de autonomia conservou-se e se manifestou, em 27 de dezembro de 1821, na vila de Itabaiana, por ocasião das tentativas do governo da Bahia para reaver a subordinação política de Sergipe. A Câmara de Itabaiana convocou as demais Câmaras sergipanas para uma reunião em São Cristóvão, com a finalidade de elegerem o Governo Provisório, independente, conforme o decreto de 8 de julho de 1820. A adesão das outras não aconteceu, "pois (...) eram muito fortes os laços que ligavam os senhores de terra de Sergipe aos comerciantes portugueses de Salvador".²⁴

A subordinação das Câmaras municipais às assembleias legislativas provinciais criadas em 1834 retirou muitas prerrogativas e limitou suas atribuições. Daí, salvo as disputas eleitorais bastante acirradas dos anos de 1849, 1863, 1868, 1872, os eventos envolvendo a Câmara da vila de Itabaiana tiveram repercussões puramente locais ou seja dentro da própria Província.

A Câmara Legislava através de Posturas submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa e ao referendo do Governo da Província. Seus membros, em número de sete, eram eleitos pelo povo devidamente qualificado na posição de eleitor paroquial, para um mandato de dois anos. Quanto à presidência, cabia ao vereador mais votado.

Além dos edis, havia o pessoal administrativo responsável pela execução dos serviços burocráticos. O quadro compunha-se de: um secretário, um ajudante de secretário, um procurador servindo de tesoureiro, seis fiscais e um porteiro. Os fiscais atuavam na vila⁽²⁾, na Freguesia do Campo do Brito (1) e nos povoados de São Paulo (1), de Pedra Mole (1) e do Alagadiço (1). Com relação aos vencimentos²⁵ anuais dos funcionários estavam na dependência da lei do orçamento municipal. Daí variavam de vila para vila.

Concordamos com Maria Sylvia de Carvalho ao afirmar que os órgãos municipais estavam muito próximos da miséria completa.²⁶ A câmara e a municipalidade itabaianenses, sempre viveram sob completo estado de pobreza, devido à exiguidade de recursos disponíveis. As receitas²⁷ provenientes das multas por infração de posturas, dos impostos do saldo do exercício findo arrecadado e por arrecadar e dos auxílios prestados pela Província para obras públicas, mal davam para cobrir as despesas. A precariedade financeira fica estampada nas constantes reivindicações dos camaristas. Estas iam desde obras públicas que requeriam maiores recursos como: construção de casas para a Câmara, cadeia, mercado, matadouro; aberturas de estradas e açudes; edificações de pontes até pequenos concertos e reparos da matriz, das capelas dos povoados e do "Tanque do Povo".

A Câmara e as sessões do júri eram sediadas em domicílios alugados e pagos pela Tesouraria da Província. A casa para a cadeia não sabemos quando foi construída. Até 1868, "os indivíduos mais graves, mais perigosos, são retidos em troncos, visto que os compartimentos da casa não merecem segurança"²⁸, segundo declarações do presidente da Câmara João José de Goes.

As ruas que faziam parte da estrutura urbana eram calçadas a pedra e alinhadas. O parágrafo II do capítulo I da lei nº 1.191, prescrevia: "Nenhuma casa térrea ou sobrado se edificará nesta vila e povoados (...) sem que primeiro seja dado o alinhamento pelo respectivo fiscal". As calçadas da frente das casas tinham sete palmos de largura e as ruas doze metros. Por intermédio dos inventários, processos criminais e recibos de pagamento da décima urbana podemos saber os nomes dos principais logradouros²⁹. No elenco de bens arrolados deixados pelos inventariados, constam: "uma casa térrea na Rua da Praça" de Clara Angelina de Santa Clara, em 1847; "uma morada

de casas onde mora com três salas de frente na Rua do Sol (550\$000)" de Maria Victória da Graça, em 1852; "uma morada de casa na vila na Rua da Victória (220\$000)" de Antônio José de Goes e Francisca de Jesus, em 1864; "uma morada de casa de taipa e telha na Rua da Pedreira, tendo nela três cadeiras, uma arca e um banco de cedro", de Manuel da Silva Melo, 1868. No processo crime envolvendo um ex-alambiqueiro, natural de Portugal, Antônio Grizant acusado de haver roubado o proprietário do engenho Aroueiras, em Laranjeiras, João Batista Oliveira Ribeiro, lê-se: "o queixoso se achava nesta vila no dia 24/02/1859, às duas horas na Rua Direita do Comércio, na loja do sr. Gaspar Ferreira de Moraes". Finalmente, para termos uma idéia do pagamento da décima urbana temos um recibo passado pela exatoria à viúva do Ten. Cel. José Antônio de Carvalho Lima em 11/08/1883, referente a um sobrado na Rua do Sol (8\$640) e uma casa na Rua da Praça (3\$240).

No capítulo I da postura que ora tratamos, fica evidente que havia uma preocupação em promover e manter "alinhamento, aforoseamento das edificações e reedificações das casas, praças, ruas e quintaes" e sobretudo asseio, segurança e defesa sanitária. Entretanto, com recursos tão parcimoniosos, a prática deveria estar bem longe da teoria.

Em 1881,³¹ segundo estimativa de Pimenta Bueno, o município de Itabaiana possuía 40.000 habitantes. Calculamos que a grande maioria vivia nos povoados, sítios, fazendas e engenhos. Essa maioria socialmente estratificada, devido a desigual distribuição da terra compunha-se de um lado de senhores de engenho e fazendeiros e do outro dos escravos e dos "moradores", também chamados de agregados. Intermediando estes dois grupos havia outros tipos sociais que englobavam os pequenos e médios proprietários (sitiantes), arrendatários, trabalhadores assalariados e diaristas (jornaleiros).

Apesar de a cidade dispor de um aparato político-administrativo, de um comércio regular e de outras prestações de serviços, não conseguia minimizar os efeitos catalizadores do campo. Este é ainda, por excelência dominante. Basta perceber que quem fazia a política ou compunha os membros da Câmara, no decorrer da história itabaianense, eram os elementos oriundos da aristocracia rural, vinculados ao partido conservador,³² entre eles, Manuel da Cunha de Mes-

quita, Cel. Antônio Carneiro de Menezes, Manuel Raimundo Telles de Menezes, Tertuliano Manuel de Mesquita, etc. Destes, os dois Mesquitas permaneciam ativos por toda década de oitenta.

A propósito, o jornal "O ESPIÃO", em 1883, num dos seus artigos dirigido aos deputados provinciais por haverem negado a libertação de seis contos de reis para libertação de dezesseis escravos, fez uma crítica incisiva ao Tertuliano Manoel de Mesquita: "não nos era estranho Srs. Deputados a sorte de nosso requerimento quando vimos ser deputados o decrepto Major Tertuliano, que pertence a uma família que matou uma infeliz escrava nos açoites, junjada a um pé de Juazeiro, no sítio Porto, na villa de Itabaiana!"³³

Ao votar contra o requerimento, Tertuliano Mesquita revelou em termos gerais a mentalidade vigente entre muitos proprietários sergipanos: a libertação dos escravos desestruturava e causava a ruína da agricultura.

Quanto ao Manuel da Cunha Mesquita era uma pessoa não grata aos itabaienses. Estes, em 1886, enviaram um longo requerimento ao Presidente da Província, expondo as arbitrariedades por ele cometidas, ao tempo em que solicitavam sua demissão do comando do destacamento. Relataram que o mesmo comparecia a todas as eleições da vila e da Paróquia de Campo do Brito "(...) acompanhado de capangas e soldados do destacamento como aconteceu na de 5 do corrente, onde de mais uma vez se revelou imprudente, violento, arbitrário e despoita pois não só insultava como ameaçava aos eleitores liberais. (...) que não prende aos criminosos abundantes no município; aconselha o povo ao não pagar os impostos e que por tal motivo a Câmara não faz arrecadações; (...) toma arma e facca dos desafetos e presenteia aos seus amigos" (o grifo é do texto).³⁴

Em "verbetes históricos da Antiga Comarca de Itabaiana" manuscrito inédito de Sebrão Sobrinho do ano de 1920 encontramos o seguinte depoimento: "o Dr. José Martins Fontes nada sofreu na minha terra, pois (...) como era do partido conservador, o que era bastante para não se fazer correrias vergenhosas (...) por parte dos Cunhas Mesquitas, os meliantes cabeças dos lugubres grupos 'cacetistas' e 'lenda', celebres e ominosos nos fastos políticos."³⁵

Não obstante serem de épocas diferentes, os depoimentos manifestam, com clareza, que os Mesquitas agiam na vida pública como se estivessem nos seus domínios rurais. Por conseguinte, réplicas e contestações não eram admitidas a sua autoridade de proprietários de terras.

Não apenas a política mas a maioria das funções administrativas eram exercidas por pessoas com outras funções principalmente ligadas as atividades agrícolas: delegados procuradores, fiscais, solicitadores, coletores, inspetores de quarteiros regra geral, eram lavradores. Sentimos que (...) faltava a atribuição de um conteúdo valorativo ao serviço público, que fizesse dele, além de um meio de subsistência, um modo de vida válido *der se*!³⁶

Afora as ocorrências políticas e as demarches eleitorais, a movimentação da vila somente era superada pelas feiras, solenidades religiosas e festas natalinas. Estas eram as únicas ocasiões em que todas as categorias sociais, independente da filiação partidária, sexo, cor e credo religioso, afluíam de todos os recantos do município, marcando presença.

As feiras se realizavam em quatro locais: aos sábados na vila e no povoado de S. Paulo e as sextas na freguesia de Campo do Brito e nos povoados Pedra Mole e Olaria, também chamados por Olhos d'Água dos Cavalos³⁷ O local das feiras na vila, era a praça do Mercado. Comercializavam-se as mercadorias em botecos confeccionados com varas e esteiras. Assim se procedia por facilitarem a tarefa de desarmamento tão logo a feira fosse encerrada, no final da tarde. A limpeza de toda a área utilizada ocorria no dia subsequente à vista de um fiscal. O pagamento do varredor, feito pelo procurador, mediante serviços prestados não deveria ultrapassar o valor de mil e seiscentos réis (1\$600rs), estipulado pela Câmara³⁸ Todas as mercadorias pagavam impostos³⁹, fossem trazidas em barricas, cargas, sacos e cestos. Os gêneros vendidos abrangiam desde as alimentos básicos até os denominados miudezas ou quinquilharias. Carnes (frescas de boi ou de vaca, seca, do sol, de porco, de carneiro) mariscos (peixe, bacalhau, carangueijo), cereais (farinha, arroz, milho), açúcares, café, sabão, fumos em rolo e em retalhos, bebidas alcoólicas, principalmente cachaça, e trabalhos de couro, flandros, ferro e latão.

Saindo do âmbito da feira, havia o comércio permanente compreendendo lojas de fazendas, joalherias (objetos de ouro e prata estrangeiras e nacionais), fábricas de charutos e cigarros, padarias, boticas de cosmoramas, de fogos de artifício, de bebidas, oficinas de artes mecânicas e manuais.

Quanto às solenidades religiosas e as festas realizadas anualmente, destacavam-se: Semanas Santas e o dia do padroeiro da Irmandade das Santas Almas, comemorado em 28 de setembro. As festas eram e são aquelas ainda hoje comemoradas tradicionalmente: Natal, Ano Bom e Reis. O carnaval também se fazia presente desde 1877, sendo porém proibido o "entrudo".⁴⁰

Assim era a vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana quando ganhou foros de cidade pela resolução 1331 de 28 de agosto de 1888.

NOTAS

- 1- Mapa estatístico da população livre de Sergipe por comarca, distritos de subdelegacia e quarteirões. Ano 1854, APES - Estatística.
- 2- BUESCO, Mircea - Brasil: disparidades de renda no passado: subsídios para o estudo dos problemas brasileiros. Rio de Janeiro, APEC, 1979, p.79. A propósito, consulte-se também: Francisco Belizário de Souza. O sistema eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889. Brasília, Senado Federal, 1979, p.187.
- 3- Segundo Francisco Belizário de Souza "a lei constitucional não podia definir em que consistia e como reconhecer-se a renda líquida de 200\$000; as leis regulamentares nunca o fizeram". op. cit. p.26.
- 4- Confessamos que achamos dificuldade em considerar o estudante como um indivíduo sem profissão. Naturalmente que esses incluídos nos censos eleitorais tinham idade superior a 21 anos. Em razão disto, acreditamos que no período de férias e mesmo nas horas vagas possuíam outras atividades que justificavam sua participação dentro do processo de produção econômica. Quaisquer que sejam os argumentos apresentados, valem fundamentalmente a sua presença na situação social e a nossa fidelidade aos documentos pesquisados.
- 5- CARDOSO, Ciro Flamarion S. et Alli - Os métodos da História, tradução de João Maia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979, pp.371-373; Apud Maria Luíza Marcílio, La Ville de São Paulo: Peuplement et population, 1750-1850, Ruão, Universidade de Ruão, 1968, pp.152-154.
- 6- CASTRO, Jeanne Berrance de - A Milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977, p.113.
- 7- Sobre o número de engenhos:

1854- Ofício da Câmara da vila de Itabaiana de 18/03/1854 ao Pre

sidente da Província Inácio José Barbosa.

- 1875- Relação dos engenhos de fazer açúcar situados no termo de I tabaiana e se acham trabalhando, G₁ - 1311, APES.
- 1881- Mapa estatístico dos engenhos pertencentes aos diversos muni-
cípios da Província de Sergipe - organizado pela Tesouraria
Provincial em 17/10/1881.
- 8- A relação dos lavradores possuidores de máquina de descarçar e
enfardar o algodão está inserida no capítulo III.
- 9- Antônio Carneiro de Meneses teve influência destacada na vila de
Itabaiana. Esteve envolvido diretamente nos conflitos políticos
de 5 de agosto de 1849 por ocasião das eleições para deputados ge-
rais de Sergipe. Era membro do Partido Conservador e Tenente Cor-
nel da Guarda Nacional. Em 1866 e 1876 ocupou o cargo de Juíz Mu-
nicipal e de Órfãos, além de ter sido por várias vezes presidente
da Câmara Municipal. Todas estas informações foram obtidas a par-
tir de ofícios expedidos pela Câmara da vila de Itabaiana (Cm₁-
APES) e Atas das qualificações de votantes (T₃ - APES).
- 10-Casimiro da Silva Melo foi Capitão da Guarda Nacional, vereador,
Juíz Municipal e dos Órfãos, filiado ao partido conservador. A ob-
tenção das informações foram levantadas a partir das fontes indi-
cadas na nota 9.
- 11-Laranjeiras - Fórum Levindo Cruz (Cartório do 1º ofício); inventá-
rio de José da Cunha Marques, março de 1866 (Ms).
- 12-A relação dos fazendeiros qualificados encontra-se na parte refe-
rente aos ANEXOS.
- 13-Aracaju (APES) - Informação da Câmara da vila de Itabaiana em
21/12/1861, G₁ - 1303 (Ms).
- 14-Aracaju (APES) - Inventários de José de Andrade Moura (1844), Ja-
cinta Maria do Espírito Santo (1846) e Manuel da Silva Melo
(1868). Acervo Sebrão Sobrinho, caixas 43 e 52.

15-SOUZA, D. Marcos Antônio de - op. cit. pp.22-23.

16-THETIS, Maria Nunes - op. cit. p.413; Apud ofício do Conde da Palma à muito Alta e Poderosa pessoa de Vossa Magestade D. João VI em 2 de agosto de 1820. Arquivo Nacional, Seção Histórica.

17-Colleção de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembléia Provincial de Sergipe - Lei nº 1275 de 10 de maio de 1883, p. 25 (BPES).

18-A inventariada Maria Victória da Graca, falecida em 27/03/1849, sem testamento e cujo inventário foi realizado em 1852 constam os seguintes dados: inventariante foi seu esposo Tenente Gonçalo Pinto Lobão; filhos - 1 - Dr. Alexandre Pinto Lobão,
 2 - Ten. Manoel Pinto Lobão,
 3 - Cap. Francisco Pinto Lobão,
 4 - Antônio Joaquim Pinto Lobão
 5 - Bento José Pinto Lobão
 6 - Benvindo José Pinto Lobão
 7 - Rita Máxima Lobão
 8 - Antônio Correia de Araújo Cedro casado com D. Ignácia Francisca de Almeida Cedro
 9 - Clemência Maximina Lobão e Andrade casada com Agostinho José de Andrade

Além da família havia 4 escravos:

- 1 - Ventura - angola - avaliada em 500\$000 rs.
- 2 - Marcos - mulato - avaliado em 400\$000 rs, idade 16 anos
- 3 - Feliciano - angola - avaliada em 450\$000 rs
- 4 - Benedicta - escravinha pequena avaliada em 120\$000 rs.

Por sua vez, do inventário judicial da inventariada D. Vicência de S. José, em 1871, constam: inventariante, o seu esposo José Cornélio da Fonseca, filhos - 1 - Antônio Cornélio da Fonseca - casado
 2 - João José da Fonseca - casado
 3 - José Joaquim da Fonseca - casado
 4 - José Cornélio da Fonseca - casado
 5 - Maria Cândida da Fonseca - solteira
 6 - Maria Vivência da Fonseca - solteira

E netos: 1 - José Suterio de Carvalho
 2 - Maria Vivência
 3 - Cícero de Carvalho
 4 - Onna Glicéria de Carvalho
 5 - Francisco Filho

A família possuía 3 escravos.

As informações acima constam do Acervo de Sebrão Sobrinho, parte relativa aos inventários e testamentos - APES.

19-MATTOSO, Kátia M. de Queirós - Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX, Centro de Estudos Baianos, publicação da UFBA, nº 85, pp.33-34.

20-MACHADO, Alcântara - Vida e Morte do Bandeirante, São Paulo, Livraria Martins, p.67.

21-Todos os comentários acerca da qualidade de vida dos sitiantes foram baseados nos dados colhidos nos seguintes inventários do século XIX constantes do Acervo Sebrão Sobrinho (APES).

- Ana Tereza de Jesus - 1807
- Ana Maria de Vasconcellos - 1808
- João Telles de Meneses - 1810
- João Carlos de Resende - 1844
- Rosa Maria Andrade - 1845
- Jacinta Maria do Espírito Santo - 1846
- José de Andrade Moura - 1848
- Catharina Moura - 1848
- Ignez Maria de Góis - 1848
- José Tavares d'Almeida - 1849
- Maria Victória da Graça - 1852
- Antônio José de Goes - 1864
- Maria Dorotéia do Sacramento - 1864
- Joaquim Pereira de Almeida - 1866
- Manuel da Silva Melo - 1868
- Maria Francisca de Almeida - 1868
- Joaquim Pereira de Souza - 1868
- Carolina da Tal - 1869
- Vivência de São José - 1871
- Joaquim Alves Teixeira - 1885
- Maria José Pinheiro - 1886

22-LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil, 3ª ed., S. Paulo, Alfa-Omega - 1976, p.60.

23-FREIRE, Felisbelo - op. cit. p.293.

24-NUNES, Maria Thétis - História de Sergipe, a partir de 1820. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, p.43.

25-Os vencimentos variavam de uma cidade para outra, bem assim entre as vilas. Exemplos:

Locais	Secretário	Procurador	Fiscal	Porteiro
Capital	600\$000	500\$000	600\$000	500\$000
S. Cristóvão	240\$000	240\$000	200\$000	80\$000
Laranjeiras	500\$000	300\$000	200\$000	250\$000
Maroim	500\$000	350\$000	200\$000	200\$000
Propriá	500\$000	400\$000	300\$000	200\$000
Itabaiana	420\$000	300\$000	250\$000	120\$000

Esses dados foram extraídos da Lei nº 1203 de 13 de maio de 1881, que orçava a despesa e fixava a receita das Câmaras Municipais da Província para o mesmo ano.

26-FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho - Homens livres na ordem escravocrata, 2ª ed., S. Paulo, Ed. Ática, 1976, p.117.

27-Lei nº 1203 de 13/05/1881, pp.150 e 151.

28-Informações da Câmara da vila de Itabaiana em 23/03/1868, Cm_I- 56 (Ms) APES.

29-Inventários, processos crime e recibos de pagamento da décima urbana existem no Arquivo Público do Estado, no Acervo Sebrão Sobrinho, totalmente catalogados e classificados.

30-Lei nº 1.191 de 6/05/1881 - Aprova posturas da Câmara Municipal de Itabaiana. Collecção de leis e resoluções promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial, Aracaju, Typ. do Jornal de Sergipe, 1881, pp.24-69.

31- Relatório de Pimenta Bueno, op. cit. p.43.

32-A oposição, ou seja, o Partido Liberal, era representado por Manoel Gaspar de Melo Meneses (Engenho Velho), José Antônio de Carvalho Lima (fazendeiro plantador de algodão), Joaquim José de Oliveira Mesquita, Cônego Domingos de Melo Resende, Capitão Antônio

- de Carvalho Lima, Major Geminiano Rodrigues Dantas. Para maiores detalhes consulte-se "Santas Almas de Itabaiana Grande" de Vladimir Souza Carvalho, Itabaiana, Edições "O Serrano", 1973, pp.55-56.
- 33-O "Espião" - Jornal Literário, crítico e noticioso dirigido por Aguilino de Souza Amaral, Ano 1, nº 16 de 15/04/1883. Arquivo do Departamento. de História da UFS.
- 34-Requerimento dos itabaianenses ao Presidente da Província de 20/12/1886 - SP₁ - 431 (Ms) APES.
- 35-Sebrão Sobrinho - Verbetes históricos da antiga comarca de Itabaiana, (manuscrito inédito) redigido em Itabaiana em 20/05/1920 e oferecido ao Juíz de direito Manuel Armino Cordeiro Guaraná. O referido manuscrito nos foi gentilmente emprestado pelo prof. Jorge Luis, atual diretor do Museu de Arte Sacra da cidade de La ranjeiras.
- 36-FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho - op. cit. p.125.
- 37-Resolução nº 1283 de 10/09/1883.
- 38-Parágrafo 1 do capítulo I da Lei nº 1.191 de 06/05/1881, p.30.
- 39-Lei nº 1275 de 10/05/1883 - Aprova posturas da Câmara Municipal' de Itabaiana, nela encontram-se discriminados os valores dos impostos a serem cobrados sobre todos os gêneros vendidos nas feiras e todos os estabelecimentos comerciais. Coleção de Leis e Resoluções, pp.24-28.
- 40-Segundo definição atual de Aurélio Buarque de Holanda - Novo dicionário da Língua Portuguesa, Editora Nova Fronteira, 1975, p. 541, o ENTRUDO é um folguedo carnavalesco antigo, que consistia' em lançar uns aos outros água, farinha, tinta, etc.
A proibição do entrudo na vila de Itabaiana vinha desde 1877, através da Resolução nº 1069 de 1/05 do mesmo ano.

CONCLUSÕES

Objetivamente, resumimos as principais conclusões desse trabalho.

Por razões mais econômicas e menos administrativas realizaram-se a conquista e ocupação de Sergipe, criando-se assim, laços de dependência muito fortes entre esta Província e a Bahia.

Em Sergipe, na fase colonial, o gado ocupou a maior parte do território, destinando-se inicialmente ao mercado interno baiano e posteriormente, século XVIII, ao mercado local como atividade acessória dos engenhos de açúcar.

A ocupação da terra, a partir das diretrizes da política portuguesa de colonização, se deu através da distribuição de sesmarias. Dentre as diversas doações efetuadas entre 1600 a 1602, inscrevem-se aquelas que fundamentalmente seriam responsáveis pelo estabelecimento dos primeiros colonos e do arraial de "Santo Antonio" em 1607. Quando da distribuição de 30 léguas de sesmarias, a dez petionários entre 1726 a 1800, a vila de Itabaiana já estava estabelecida desde 1698.

Paralela, a distribuição de terras no século XVIII, via sesmarias, assistimos à fragmentação das propriedades por venda e doações. Por conseguinte, coexistiam dois processos diametralmente opostos: aglutinação e retalho das terras. Nas propriedades maiores plantavam-se canas e criavam-se gados. Nas propriedades menores (sítios) e glebas pequenas (roças), cultivavam-se as lavouras de subsistência. A força de trabalho básica dos grandes proprietários são os escravos. Deste privilégio também gozaram alguns sitiantes. Os escravos chegaram-lhes às mãos, através do pagamento de dívidas de heranças ou por doações, em vida, dos inventariados.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura fundiária da vila de Itabaiana caracterizou-se essencialmente pelo fracionamento representada pelo predomínio dos sítios. Esse dado se projeta na vida econômica, que, apesar dos setores de produção voltados para o mercado de exportação (açúcar e algodão) tem as lavouras de subsistência como carro chefe.

Não obstante o poder aquisitivo muito baixo, em termos de rendimentos médios anuais, os sitiantes constituíram uma vasta ca-

mada da sociedade itabaianense. Eram pessoas juridicamente livres tendo não só o direito de possuir propriedades como também o direito ao exercício político. Até certo ponto, ocuparam uma posição de equilíbrio entre os detentores do poder político-econômico e as demais categorias sociais.

Numericamente e tão somente neste aspecto as demais categorias da população sobrepujam-se aos senhores de engenhos, fazendeiros, lavradores e criadores; sitiantes, profissionais liberais e trabalhadores assalariados. No mais, viviam de trabalhos esporádicos e entregues à ociosidade.

Apesar das condições geográficas, topográficas e climatológicas pouco favoráveis, a vila de Itabaiana desempenhou um papel ativo dentro do contexto econômico da Província de Sergipe, no século XIX. Faltou-lhe, sobretudo, apoio e atendimento as suas reivindicações, dentre elas, uma principal: "estradas". Isto contribuiu para não concorrer em pé de igualdade com as vilas de Estância, Larangeiras, Maroim e Propriá.

Assim atingiu o ano de 1888 em níveis quase semelhantes aos de 1850: sociedade predominantemente agrícola, estratificada e pobre.

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PRINCIPAIS

Arquivo Público do Estado de Sergipe
 Arquivo do "Forum Deodato Maia" - Maruim
 Arquivo do "Forum Levindo Cruz" - Laranjeiras
 Arquivo do Departamento de Filosofia e História - UFS
 Biblioteca Pública do Estado de Sergipe
 Biblioteca do Campus Universitário - UFS
 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

FONTES SECUNDÁRIAS

ALMEIDA, Maria da Glória S. de - Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe, século XIX. In, Anais do VIII^o Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, vol. II, S. Paulo, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de - A terra e o homem no nordeste, 2^o ed. S. Paulo, Editora Brasiliense, 1964.

BUESCU, Mircea - Brasil: disparidades de renda no passado: subsídios para o estudo dos problemas brasileiros, Rio de Janeiro, APEC, 1979.

CALDAS, José Antônio de - Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, Revista do I.H.G.Ba.

CANABRAVA, Alice P. - A Grande Propriedade Rural. In Holanda, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira, Tomo 1, vol. 2, S. Paulo, Difel, 1962.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. et Alli - Os métodos da história, tradução de João Maia, Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

CARVALHO, Pe. João de Mattos Freire de - Annápolis. Aracaju, Est. Graphico F. Sampaio, 1922.

CASTRO, Jeanne Berrance de - A milícia cidadã: a Guarda Nacional ' de 1831 a 1850, S. Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1977.

Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - O algodão em Sergipe. Apogeu e Crise - Relato Histórico (1590-1975), Aracaju, 1978.

DINIZ, Diana Marial de Faro - Nota sobre a história do algodão em Sergipe. In, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, Aracaju, 1965 - 1978.

Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira/ Coordenador José F. Graziano da Silva, S. Paulo: Hucitec, 1978.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho - Homens livres na ordem escravocrata, 2ª ed., S. Paulo, Ed. Ática, 1976.

FREIRE, Felisbello - História de Sergipe, 2ª ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil, 16ª ed., S. Paulo, Ed. Nacional, 1977.

NUNES, Maria Thétis - A ocupação territorial da vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores. In, Anais do VIIIº Simpósio Nacional dos Professores de História, vol. II, S. Paulo, 1976.

História de Sergipe. - (a partir de 1820), Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: INL, 1978.

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto - História econômica de Sergipe ' (1850-1930); Campinas, 1983 (mimeografado). Tese Mestrado, Dep. Economia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP.

SALOMÃO, Lillian da Fonseca - As sesmarias de Sergipe d'El Rey, Rio de Janeiro, UERJ, IFCH, 1981. (Mimeografado) Tese Mestrado, Dep. de História.

SANTOS, Aldeci Figueiredo, et Alii - O Processo de minifundização do município de Itabaiana, Cadernos Sergipanos de Geografia, nº 6, A.G.B., 1977.

SEBRÃO SOBRINHO - Fragments da História de Sergipe, Aracaju, Livraria Regina, 1972.

Verbetes Históricos da Antiga Comarca de Itabaiana, (inédito), Itabaiana, 20/05/1920.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de - O sistema eleitoral no Império, com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889. Brasília, Senado Federal, 1979.

SOUZA, Marcos Antônio de - Memória sobre a Capitania de Sergipe (sua fundação, população, productos e melhoramentos de que é capaz). In Revista de Aracaju, Ano I, nº 1, 1943.

TAVARES, Heitor Arlie - O algodão em Sergipe, Ministério da Agricultura. Serviço de Plantas Têxteis, s/d.

GORENDER, Jacob - Gênese e desenvolvimento do Capitalismo brasileiro. In Trabalhadores, Sindicatos e Política, Coleção Cultura e Política, CEDEC. Global, S. Paulo, s/d.

IVO DO PRADO - A Capitania de Sergipe e suas ouvidorias. Memória sobre questões de limites, Rio de Janeiro, Papelaria Brasil, 1919.

LEAL, Victor Nunes - Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil, 3ª ed., S. Paulo, Alfa-Omega, 1976.

LIMA JÚNIOR, FRANCISCO DE CARVALHO - Monografia histórica do município de Itabaiana. In, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ano II, vol. II, 1914.

A propósito da mensagem presidencial do General Valladão, Typ. do Diário da Manhã", 1915.

MACHADO, Alcântara - Vida e Morte do Bandeirante, S. Paulo, Livraria Martins, 1965.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós - Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX, Centro de estudos baianos, UFBA, nº 85.

VILHENA, Luís dos Santos - A Bahia no século XVIII, Salvador, Cd. Itapuã.

VIOTTI DA COSTA, Emília - Da Monarquia à República: momentos decisivos, S. Paulo, Editora Grijalbo, 1977.

VASCONCELLOS, Maristher Moura, et Alli - Arrolamento de Documentos sobre Registro de Propriedade Territorial. In, Anais do VIIIº Simpósio da ANPUH, S. Paulo, Coleção da Revista de História.

A N E X O S

ANEXO 1

Relação dos fazendeiros com rendas anuais entre 800 e 600 mil réis

Nº	NOME	RENDA	IDADE	EST. CIVIL
1-	Manuel Joaquim Barreto	800\$000	41	casado
2-	Joaquim do Prado Leite	700\$000	38	"
3-	João José de Paes	650\$000	54	"
4-	Eduardo Antônio de Souza	"	36	"
5-	Antônio de Oliveira Plumas	"	49	"
6-	Francisco Antônio de Carvalho Lima	600\$000	39	"
7-	Firmino José de Fraga	"	30	solteiro
8-	José Guilherme da Fonseca Muniz	"	29	casado
9-	Marcos José Ximandes	"	67	"
10-	Manuel Caetano de Mendonça	"	56	"
11-	Antônio Alves Bonfim	"	42	"
12-	Francisco Pereira de Araújo	"	58	"
13-	Antônio Nunes de Vasconcelos	"	52	"
14-	Francisco Manuel de Andrade	"	54	"
15-	Francisco Procópio de Oliveira	"	39	"
16-	Gabriel Tavares do Couto	"	53	"
17-	Victor Manuel de Andrade	"	64	"
18-	Manuel Francisco do Amaral	"	48	"
19-	Fabiano José de Melo	"	54	"
20-	José dos Santos Lima	"	69	"
21-	Alexandre José Barbosa	"	52	"
22-	Manuel de Deus de Santa Ana	"	48	"
23-	Antônio Joaquim de Souza	"	37	"
24-	Manuel Raimundo Barreto	"	41	"
25-	Manuel de Jesus Barreto	"	40	"
26-	José Félix Barreto	"	49	"
27-	Zacarias Mártiro de Farias	"	51	"
28-	Grigório Frique do Prado	"	58	"
29-	Boaventura Pereira de Andrade	"	34	"

Fontes dos dados brutos: Lista de Qualificação de Eleitores de 1874
 Livro de Registros de Terras de 1856 - 1859

ANEXO 2

MUNICÍPIO DE ITABAIANA

Relação dos engenhos de fabricar assucar com a designação do motor de cada um

Nº	NOMES DOS ENGENHOS	MOTORES	FOGOS
1	Várzea do Gama.....	Animaes	Activo
2	S. José.....	"	"
3	Boa Sorte.....	"	"
4	Limoeiro.....	"	"
5	Santo Antônio.....	Vapor	"
6	Tijuco.....	Animaes	"
7	Cajueiros.....	"	"
8	Fazendinha.....	"	"
9	Quizongo.....	"	"
10	S. Gonçalo.....	"	"
11	Várzea do Gama.....	"	"
12	Matipuaú.....	"	"
13	Olhos d'água.....	"	"

Fonte: Relatório de Francisco Pimenta Bueno sobre o projeto de Estrada de Ferro para Sergipe, 1881.

ANEXO 3

MUNICÍPIO DE ITABAIANA

Relação das fazendas que cultivam o algodão com a designação do motor
de cada uma

Nº	NOMES DAS FAZENDAS	MOTORES
1	S. Paulo.....	Vapor
2	S. Paulo.....	Braços
3	S. Paulo.....	Vapor
4	Serras Pretas.....	Braços
5	Serras Pretas.....	"
6	Serras Pretas.....	"
7	Serras Pretas.....	"
8	Serras Pretas.....	"
9	Serras Pretas.....	"
10	Canafístula.....	Vapor
11	Vale Grande.....	"
12	Várzea do Gama.....	"
13	Moita.....	"
14	Moita.....	"
15	Pias.....	"
16	Murungú.....	"
17	Murungú.....	"
18	Murungú.....	Braços
19	Salgado.....	"
20	Salgado.....	Vapor
21	Manopla.....	"
22	Taquary.....	Braços
23	Bemfeita.....	"
24	Bemfeita.....	Vapor
25	Vertente.....	"
26	Espetos.....	"
27	Espetos.....	"
28	Espetos.....	Braços
29	Onça.....	"
30	Onça.....	"
31	Onça.....	"
32	Serrote.....	"
33	Giboia.....	"
34	Giboia.....	"
35	Riachão.....	"
36	Riachão.....	Vapor

37	Calumby.....	Braços
38	Candeias.....	"
39	Alagadiços.....	"
40	Alagadiços.....	"
41	Pé do Veado.....	"
42	Caraíbas.....	"
43	Grota Funda.....	"
44	Grota Funda.....	"
45	Grota Funda.....	"
46	Serra Grande.....	"
47	Flexas.....	"
48	Santa Cruz.....	"
49	Santa Cruz.....	"
50	Pedras Mollos.....	Vapor
51	Pedras Mollos.....	"
52	Pedras Mollos.....	Braços
53	Rojas.....	"
54	Jacoca.....	"
55	Junco.....	Vapor
56	Junco.....	"
57	Junco.....	"

Fonte: Relatório de Francisco Pimenta Bueno sobre o projeto de Estradas de Ferro para Sergipe, em 1881.